



RELATÓRIO DE ATIVIDADES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1 DE ABRIL a 31 DE MAIO

2026



Leiria
Câmara Municipal

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Nota Introdutória	4
<u>I – Informação Financeira</u>	5
<u>II – Processos judiciais pendentes e estado de atualização dos mesmos</u>	6
<u>III – Informação relevante sobre a atividade do Município</u>	7

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O presente relatório de atividades, referente ao período de 1 de abril a 31 de maio de 2026, é apresentado num período em que o Município de Leiria continua profundamente empenhado no processo de Reerguer Leiria, sem deixar de cumprir, em simultâneo, a sua missão permanente ao serviço dos munícipes, das freguesias e do desenvolvimento do concelho.

A resposta à tempestade Kristin permanece como uma prioridade central da nossa ação. Depois da fase mais imediata da emergência, entrou-se num período igualmente exigente: o da recuperação, da organização dos apoios, da análise dos processos, da intervenção nos equipamentos e infraestruturas afetadas e da articulação com as várias entidades envolvidas. É um trabalho menos visível do que a resposta inicial, mas decisivo para garantir que a reconstrução avança com rigor, justiça e sentido de prioridade.

Este relatório demonstra que o Município continua a atuar em várias frentes. A par do esforço associado à recuperação dos danos provocados pela tempestade, mantiveram-se em funcionamento os serviços municipais, prosseguiram procedimentos de contratação pública, acompanharam-se obras, projetos e candidaturas, desenvolveram-se respostas nas áreas da ação social, educação, cultura, urbanismo, economia, atendimento ao cidadão e gestão financeira, e assegurou-se a continuidade da atividade municipal em todo o concelho.

Esta dupla responsabilidade, recuperar Leiria e, ao mesmo tempo, manter o Município em pleno funcionamento, representa um esforço adicional muito significativo.

Exige capacidade de coordenação, disponibilidade permanente, adaptação de equipas, reorganização de prioridades e uma forte consciência de serviço público.

Importa, por isso, deixar uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos trabalhadores do Município de Leiria. A dedicação, o profissionalismo e o sentido de missão demonstrados neste período têm sido fundamentais para assegurar que o concelho não pára, mesmo perante circunstâncias particularmente exigentes.

Este relatório é também o reflexo desse trabalho coletivo, muitas vezes discreto, mas absolutamente essencial.

Agradeço igualmente às juntas de freguesia, aos agentes de proteção civil, às instituições, ao movimento associativo, às empresas e aos cidadãos que continuam a contribuir para este esforço comum.

A recuperação de um território não se faz apenas com meios financeiros ou administrativos. Faz-se com cooperação, proximidade, capacidade de escuta e responsabilidade partilhada.

O documento que agora se apresenta à Assembleia Municipal evidencia a continuidade da resposta municipal à tempestade Kristin, em paralelo com a atividade regular dos serviços.

Este trabalho continuará a exigir acompanhamento, coordenação e rigor na gestão dos recursos, mantendo como prioridade a resposta às necessidades das populações e o cumprimento das responsabilidades do Município.

O Presidente da Câmara Municipal

Gonçalo Lopes

02

NOTA INTRODUTÓRIA



Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade do executivo municipal, sendo a apresentação periódica de relatórios de atividades um dos instrumentos fundamentais para o cumprimento desse dever.

O presente relatório reporta-se ao período de 1 de abril a 31 de maio de 2026 e reúne informação detalhada sobre a atividade desenvolvida pelos diversos serviços, departamentos e unidades orgânicas do Município de Leiria, incluindo áreas fundamentais como a contratação pública, gestão de recursos humanos, ação social, cultura, urbanismo, obras municipais e atendimento ao cidadão.

Em cumprimento dos princípios da transparência, da responsabilidade e da boa governação, o relatório incorpora igualmente a componente financeira, com destaque para os procedimentos adjudicados e os contratos celebrados, e apresenta o ponto de situação atualizado dos processos judiciais pendentes, quer em matéria de contencioso, quer no âmbito das contraordenações e execuções fiscais.

O documento organiza-se por áreas funcionais, facilitando a análise integrada das medidas adotadas, dos projetos em curso e dos resultados obtidos. Pretende-se, assim, não só dar cumprimento ao dever de informação à Assembleia Municipal, mas também promover o escrutínio público e o reforço da confiança nas instituições municipais, numa lógica de prestação de contas que valoriza a proximidade democrática e a cidadania ativa.

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

SÍNTESE

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria. Apresentam-se, ainda, algumas evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira – Departamento Financeiro

Índice

1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
1.1.	Receita.....	11
1.1.1.	Receita corrente	12
1.1.2.	Receita de capital.....	13
1.2.	Despesa.....	13
1.2.1.	Despesa corrente	15
1.2.2.	Despesa de capital.....	16
1.3.	Pagamentos e Recebimentos	16
2.	ENDIVIDAMENTO	17
3.	INDICADORES E RÁCIOS	18
4.	TEMPESTADE KRISTIN.....	19
4.1.	Receita.....	19
4.1.1.	Candidaturas –	19
4.2.	Despesa.....	20
4.3.	Resumo da Despesa.....	21

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria.

Começamos por expor a **execução orçamental** da despesa e da receita, evidenciando também o comparativo por períodos homólogos.

Segue-se a exposição de alguns dados relativos ao **endividamento**, nomeadamente, o montante de faturas por liquidar, o limite da dívida total, nos termos do previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, bem como dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas, em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, apresentam-se alguns **indicadores e rácios** demonstrativos da gestão do Município de Leiria, no qual se dá destaque ao grau de execução orçamental.

Na maioria dos casos apresentam-se evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Adicionalmente, é incluído um novo capítulo especificamente dedicado à execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nos termos do disposto na alínea a) do ponto 2.2 do Despacho n.º 60/2026, de 19 de março.

Face ao exposto, remete-se o presente relatório sobre a situação financeira do Município de Leiria, à data de 31 de maio de 2026, para apreciação na sessão ordinária da **ASSEMBLEIA MUNICIPAL de 26 de junho**, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Receita

No quadro abaixo apresenta-se os valores acumulados de receita arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
RECEITA CORRENTE	43 390 929,33	60 914 713,52	17 523 784,19	40,39%	52,13%	55,17%
RECEITA DE CAPITAL	9 223 634,75	8 110 402,63	-1 113 232,12	-12,07%	11,08%	7,34%
OUTRAS RECEITAS (Saldo de Gerência)	30 618 219,53	41 397 245,78	10 779 026,25	35,20%	36,79%	37,49%
TOTAL	83 232 783,61	110 422 361,93	27 189 578,32	32,67%		

Tabela 1 - Comparativo período homólogo de receita total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se um aumento de 32,67% na receita total acumulada face aos valores de 2025.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da receita dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

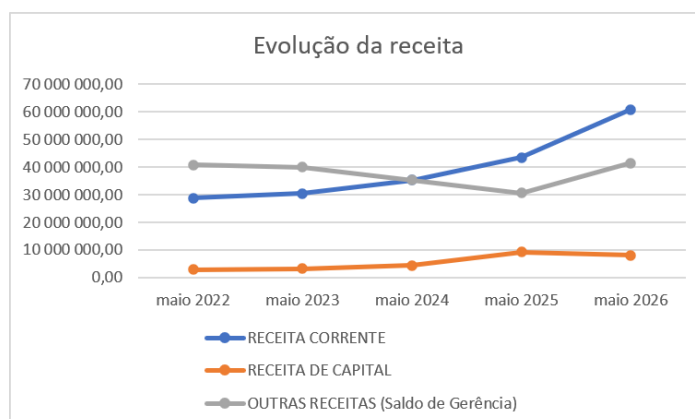


Gráfico 1 – Evolução da receita dos últimos 5 anos.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da receita por rubricas, com referência ao período em análise.

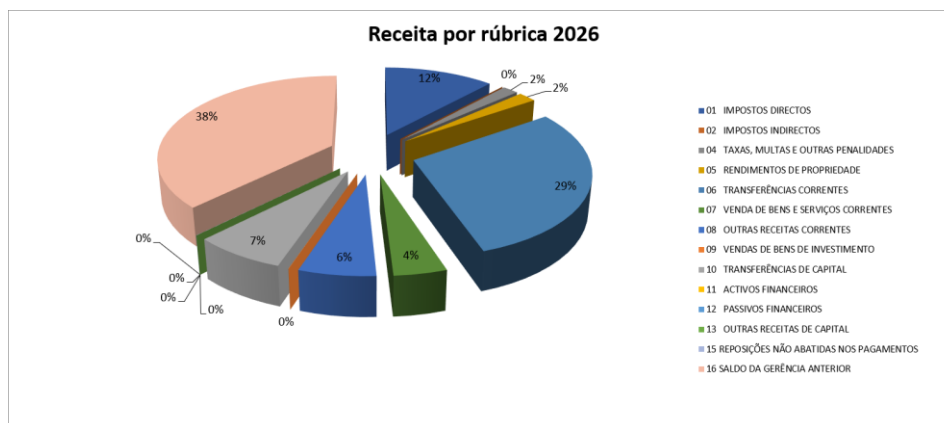


Gráfico 2 – Distribuição da receita por rubricas.

1.1.1 Receita corrente

Apresenta-se abaixo o comparativo com período homólogo, no que se refere à receita corrente acumulada.

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
01 IMPOSTOS DIRECTOS	13 136 729,88	13 023 006,45	-113 723,43	-0,87%	30,28%	21,38%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 594 207,03	1 867 253,07	-1 726 953,96	-48,05%	8,28%	3,07%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 356 312,80	2 179 325,91	-176 986,89	-7,51%	5,43%	3,58%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 464 382,92	32 509 319,97	15 044 937,05	86,15%	40,25%	53,37%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6 686 056,91	4 625 926,46	-2 060 130,45	-30,81%	15,41%	7,59%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	153 239,79	6 709 881,66	6 556 641,87	4278,68%	0,35%	11,02%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	43 390 929,33	60 914 713,52	17 523 784,19	40,39%		

Tabela 2 - Comparativo período homólogo de receita corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento de 40,39% na receita corrente (+ 17,5 milhões);
- O aumento nas outras receitas correntes (+4278,68%), referente à indemnização ao abrigo da apólice de seguros multirriscos relativo à tempestade Kristin;
- O aumento nas transferências correntes (+86,15%), referente ao adiantamento por conta do reforço orçamental e de fundos disponíveis do Fundo de Emergência Municipal;
- A diminuição registada na rubrica Taxas, Multas e outras Penalidades (-48,05%);
- A diminuição registada na venda de bens e serviços correntes (-30,81%);
- A diminuição registada nos impostos diretos (-0,87%).

Seguidamente é apresentado um quadro comparativo da receita de **impostos diretos**, considerando os valores acumulados e o período homólogo.

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	1 239 394,23	2 504 663,60	1 265 269,37	102,09%
IUC - Imposto Único de Circulação	2 131 341,91	2 311 148,69	179 806,78	8,44%
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	9 383 179,63	7 774 205,70	-1 608 973,93	-17,15%
Derrama	382 814,11	432 988,46	50 174,35	13,11%

Tabela 3 - Comparativo período homólogo de receita de impostos diretos acumulada.

Para melhor análise da evolução da receita de impostos diretos sugere-se consulta do **ANEXO 1**.

1.1.2 Receita de capital

No que se refere à receita de capital, expõe-se abaixo a receita de capital acumulada, bem como o respetivo comparativo com o período homólogo.

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	24 206,00	27 061,89	2 855,89	11,80%	0,00%	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 199 428,75	8 083 340,74	-1 116 088,01	-12,13%	100,00%	0,00%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	9 223 634,75	8 110 402,63	-1 113 232,12	-12,07%		

Tabela 4 - Comparativo período homólogo de receita de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se a diminuição em 12,07% na receita de capital acumulada face aos valores de 2025, relacionado genericamente com as transferências de fundos comunitários no período em análise.

1.2 Despesa

No quadro abaixo podemos verificar os valores acumulados de despesa arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	mai/25		mai/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
DESPESA CORRENTE	80 415 677,78	31 655 586,25	98 167 258,44	40 309 440,75	17 751 580,66	8 653 854,50	22,07%	27,34%	63,00%	78,76%	60,96%	76,43%
DESPESA CAPITAL	47 224 818,21	8 538 509,50	62 875 970,85	12 428 993,34	15 651 152,64	3 890 483,84	33,14%	45,56%	37,00%	21,24%	39,04%	23,57%
TOTAL	127 640 495,99	40 194 095,75	161 043 229,29	52 738 434,09	33 402 733,30	12 544 338,34	26,17%	31,21%				

Tabela 5 - Comparativo período homólogo de despesa total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se, face aos valores de 2025:

- O aumento de 31,21% na despesa total paga;
- A despesa paga de 52,7 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 27,08%.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da despesa dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

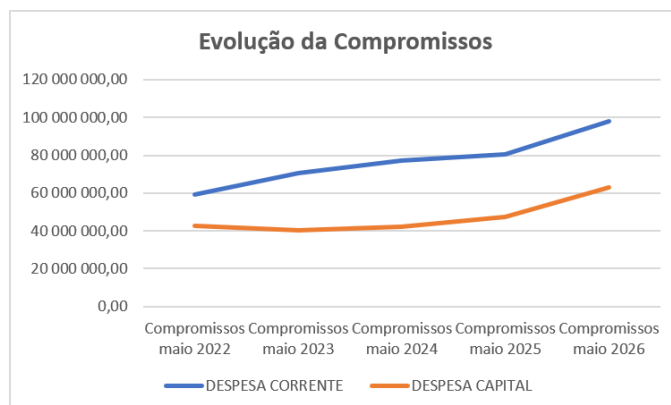


Gráfico 3 – Evolução dos compromissos dos últimos 5 anos, no período em análise.

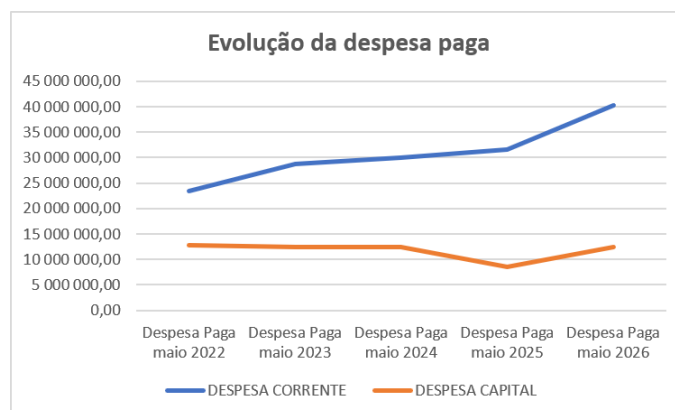


Gráfico 4 – Evolução da despesa paga dos últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (COMPROMISSOS), com referência ao período em análise.

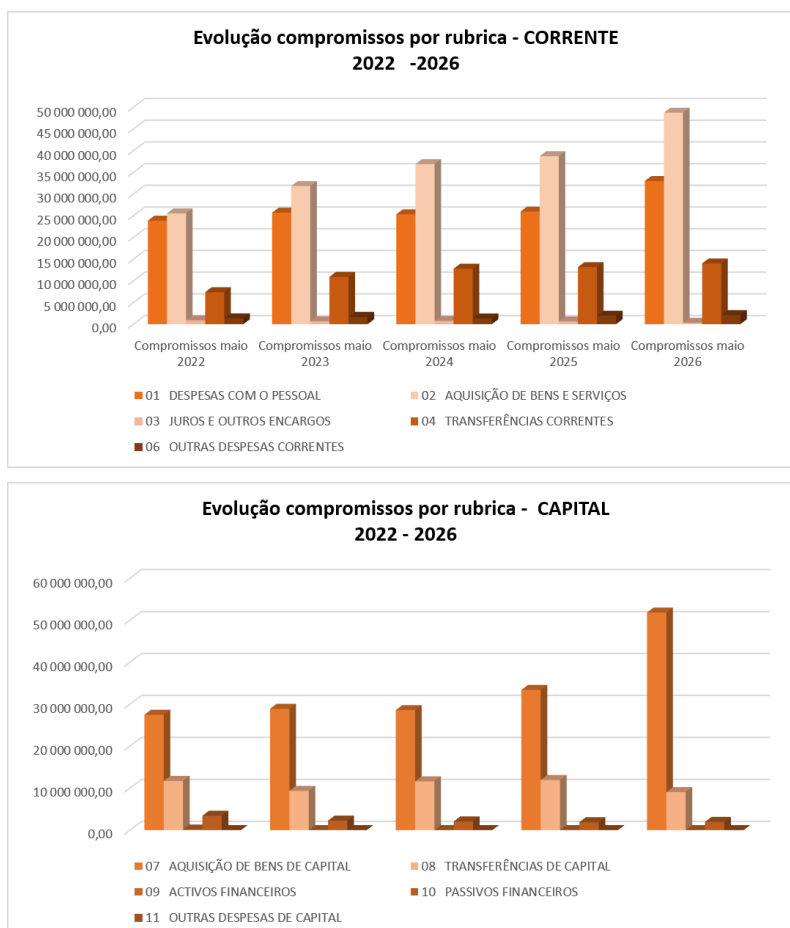


Gráfico 5 – Distribuição dos compromissos por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (PAGAMENTOS), com referência ao período em análise.

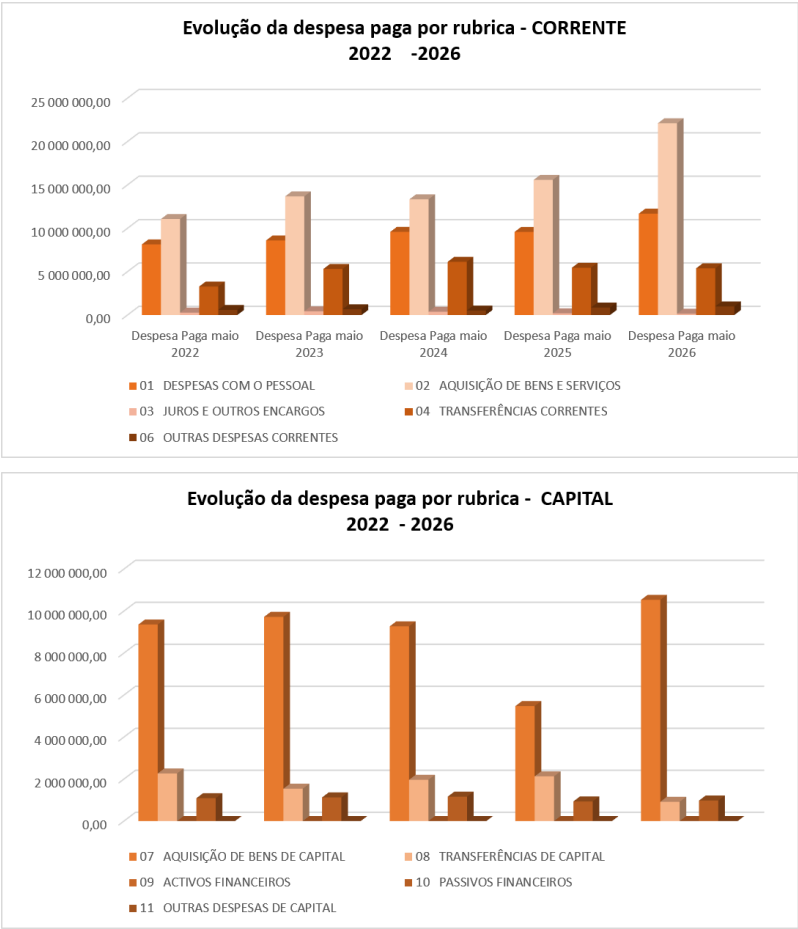


Gráfico 6 – Distribuição da despesa paga por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

1.2.1 Despesa corrente

No que à despesa corrente diz respeito, no quadro abaixo encontramos o seu valor acumulado, bem como o comparativo com o período homólogo.

Descrição	mai/25		mai/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
01 DESPESAS COM O PESSOAL	25 958 256,53	9 575 775,59	32 997 241,28	11 684 290,05	7 038 984,75	2 108 514,46	27,12%	22,02%	32,28%	30,25%	33,61%	28,99%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	38 706 929,00	15 579 527,75	48 730 388,12	22 108 539,66	10 023 459,12	6 529 011,91	25,90%	41,91%	48,13%	49,22%	49,64%	54,85%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	650 147,89	193 388,86	334 717,74	149 557,52	-315 430,15	-43 831,34	-48,52%		0,81%	0,61%	0,34%	0,37%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 150 614,15	5 447 952,67	13 996 724,22	5 380 535,75	846 110,07	-67 416,92	6,43%	-1,24%	16,35%	17,21%	14,26%	13,35%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 949 730,21	858 941,38	2 108 187,08	986 517,77	158 456,87	127 576,39	8,13%	14,85%	2,42%	2,71%	2,15%	2,45%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	80 415 677,78	31 655 586,25	98 167 258,44	40 309 440,75	17 751 580,66	8 653 854,50	22,07%	27,34%				

Tabela 6 - Comparativo período homólogo despesa corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+22,07%);
- O aumento da despesa paga (+27,34%);
- A despesa corrente paga de cerca de 40,3 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 41,06%.

1.2.2 Despesa de capital

De seguida apresenta-se um quadro relativo à despesa de capital, comparando os valores acumulados com o período homólogo.

Descrição	mai/25		mai/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	33 396 469,51	5 474 618,16	51 832 939,37	10 533 320,14	18 436 469,86	5 058 701,98	55,20%	92,40%	70,72%	64,12%	82,44%	84,75%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11 940 293,94	2 129 243,29	9 067 634,98	918 334,83	-2 872 658,96	-1 210 908,46	-24,06%	-56,87%	25,28%	24,94%	14,42%	7,39%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1 888 054,76	934 648,05	1 975 396,50	977 338,37	87 341,74	42 690,32	4,63%		4,00%	10,95%	3,14%	7,86%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	47 224 818,21	8 538 509,50	62 875 970,85	12 428 993,34	15 651 152,64	3 890 483,84	33,14%	45,56%				

Tabela 7 - Comparativo período homólogo despesa de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+33,14%) e o aumento da despesa de capital paga (+45,56%);
- O aumento da despesa comprometida com aquisição de bens de capital (+55,20%) e o aumento da despesa paga com aquisição de bens de capital (+92,40%);
- A despesa de capital de cerca de 12,4 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 19,77%.

1.3 Pagamentos e Recebimentos

No quadro seguinte podemos aferir os montantes pagos e recebidos no mês janeiro, bem como o comparativo com período homólogo.

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	52 614 564,08	69 025 116,15	16 410 552,07	31,19%
Pagamentos	40 194 095,75	52 738 434,09	12 544 338,34	31,21%
Saldo Acumulado	12 420 468,33	16 286 682,06	3 866 213,73	

Descrição	mai/25	mai/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	10 179 955,93	11 091 318,73	911 362,80	8,95%
Pagamentos (Orçamental)	9 757 359,92	14 528 762,95	4 771 403,03	48,90%
Saldo do mês	422 596,01	-3 437 444,22	-3 860 040,23	

Tabela 8 - Comparativo período homólogo de recebimentos e pagamentos.

Da análise do quadro verifica-se:

- O aumento dos recebimentos, em termos acumulados do ano, em 31,19% e aumento em 8,95% no que se refere ao mês de maio;
- O aumento dos pagamentos, em termos acumulados do ano, em 31,21% e o aumento em 48,90% no que se refere ao mês de maio.

2. ENDIVIDAMENTO

Seguidamente apresenta-se um quadro ilustrativo da evolução das faturas por liquidar desde o ano de 2022.

A 31 de maio	2022	2023	2024	2025	2026
Faturas por liquidar	962 720,79	1 095 970,72	1 811 766,49	1 193 730,27	1 321 380,06
Faturas por liquidar / Receita	1,33%	1,49%	2,42%	1,43%	1,20%

Fonte: DGAL - Mapa de Pagamentos em Atraso

Tabela 9 – Comparativo de faturas por liquidar (Fonte DGAL – Mapa de pagamentos em atraso).

O quadro seguinte evidencia o stock da dívida da Câmara Municipal de Leiria à data de **31/05/2026**.

	Capital em dívida a 31/12/2025	Amortizações até 31 de maio 2026	Capital em dívida
Instituições Financeiras	6 959 012,27	977 338,37	5 981 673,90
Total	6 959 012,27	977 338,37	5 981 673,90

Tabela 10 - Dívida a instituições financeiras.

Em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresenta-se abaixo o quadro da dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas.

Total da dívida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dividas não Orçamentais	FAM	Excluindo dividas não orçamentais e FAM
(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) - (5)
10 771 043	6 306 243	17 077 287	347 845	0	16 729 442

Tabela 11 - Dívida total.

Legenda:

AM: Áreas Metropolitanas

FAM: Fundo de Apoio Municipal

SEL: Sector empresarial Local

SM: Serviços Municipalizados

Da análise do quadro apresentado, constata-se que a dívida total do Município de Leiria, à data de 31 de maio, ascende a 16.729.442 €, conclui-se, assim, pelo cumprimento do limite legal estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que o respetivo capital em dívida se situa substancialmente abaixo do limite máximo estabelecido, fixado em 154.430.933,00 € (dados da DGAL).

3. INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores e/ou rácios demonstrativos da gestão do Município de Leiria.

Indicador	Resultado ano n-1	Resultado ano n	Variação	
			Absoluta	Relativa
Saldo Corrente (Receitas Correntes – Despesas Correntes) Poupança corrente	11 735 343,08	20 605 272,77	8 869 929,69	75,58%
Grau de execução da receita	52,42%	56,70%	4%	8,16%
Grau de execução do PPI	15,28%	16,22%	0,01	6,15%
Grau de execução do PAM	33,91%	36,03%	0,02	6,25%
Grau de execução geral da despesa	25,31%	27,08%	0,02	6,99%
Prazo médio pagamentos	4 dias	4 dias		
Rácio Despesa de Pessoal / km ²	13 817,86	16 860,45	3 042,59	22,02%
Rácio Despesa de Pessoal / população	76,42	93,25	16,83	22,02%
Rácio Investimento / km ²	12 321,08	17 935,06	5 613,97	45,56%
Rácio Investimento / população	68,14	99,19	31,05	45,56%
Notas: Indicadores na ótica dos pagamentos: despesa paga.				

Tabela 12 – Indicadores.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento do saldo corrente;
- Um ligeiro aumento da despesa paga em investimento, fruto de fatores exógenos de âmbito nacional, designadamente:
 - i. Escassez de mão de obra especializada;
 - ii. Atrasos na cadeia de fornecimento de materiais de construção;
 - iii. Elevado número de obras adjudicadas face à resposta disponível no mercado;
 - iv. Dificuldades na obtenção de respostas por parte dos projetistas a dúvidas e pedidos de esclarecimento, motivadas pelo elevado volume de trabalho que estes atualmente enfrentam;

Estes constrangimentos têm impactado negativamente o ritmo de execução dos contratos públicos em todo o País, não constituindo o Município de Leiria uma exceção.

- A manutenção do prazo médio de pagamentos em 4 dias.

4. TEMPESTADE KRISTIN

A Tempestade Kristin causou danos significativos no concelho de Leiria, afetando o funcionamento de infraestruturas, equipamentos e serviços municipais, o que exigiu a adoção de medidas urgentes e coordenadas. Apesar do contexto excecional, a atuação municipal deve manter-se em conformidade com os princípios da legalidade, do interesse público e da boa administração. Neste enquadramento, a definição de orientações claras e uniformes assume um papel essencial no reforço do controlo interno, da transparência dos procedimentos e da confiança dos cidadãos na atuação do Município.

Face ao exposto, de seguida apresenta-se informação sobre a execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nomeadamente despesa cabimentada, contratualizada e paga e a receita auferida.

4.1. Receita

No que se refere à receita relacionada com a Tempestade Kristin, expõe-se abaixo a receita acumulada até ao período em análise:

Descrição	mai/26
Indemnização Seguros	6 500 000,00
Adiantamento por conta do reforço orçamental e do FEM	11 202 325,00
Outras Receitas	21 265,25
TOTAL	17 723 590,25

Tabela 9 - Receita acumulada relacionada com a Tempestade Kristin.

Da análise do quadro destaca-se:

- O adiantamento da indemnização recebida ao abrigo da apólice de seguros multirriscos, associada aos danos provocados pela Tempestade Kristin de 6,5 milhões de euros e o adiantamento de 11,2 milhões de euros por conta do reforço orçamental e de fundos disponíveis do Fundo de Emergência Municipal;
- As restantes receitas decorrem da alienação direta de materiais ferrosos, não ferrosos e de resíduos de madeira (estilha).

4.1.1. Candidaturas

Apresenta-se abaixo um quadro resumo relativo às candidaturas do Município às diversas fontes de financiamento, no âmbito Tempestade Kristin.

Financiamento	Valor elegível	Comparticipação	Valor total da comparticipação dos pedidos de pagamento submetidos	Valor Comparticipação recebida	Taxa participação recebida	Valor Comparticipação 2026 recebida até maio
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d)/(b)	
Adiantamento Fundo de Emergência Municipal Futuros contratos de auxílio financeiro Despacho n.º 4842-A/2026 (DR 2.ª série n.º 72 de 14-04-2026)						11 202 325,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!	11 202 325,00 €
Fundo Ambiental Contrato-Programa (01/04/2026) Intervenções de emergência, de reabilitação de infraestruturas e património ambiental nos municípios afetados pelas intempéries Despacho n.º 2682- B/2026 (DR 2.ª série n.º 42 de 02-03-2026)	518 868,00 €	518 868,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €
TOTAL	518 868,00 €	518 868,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €

Tabela 10 – No âmbito de Despacho (interno) n.º 60/2026 - Mecanismos de organização e transparência administrativa – Resposta à Tempestade Kristin

4.2. Despesa

No que respeita à despesa associada à resposta à Tempestade Kristin, apresenta-se de seguida a despesa acumulada cabimentada, adjudicada e paga até ao período em análise.

Descrição	Cabimentado		Adjudicado	Pago	
	Valor	%		Valor	%
Ação Social	583 143,81	2,1%	629 488,82	507 950,93	80,7%
Ambiente	6 153 388,04	22,5%	4 875 557,79	2 436 890,90	50,0%
Bombeiros e Proteção Civil	958 521,45	3,5%	956 325,99	563 956,31	59,0%
Combustíveis	325 983,98	1,2%	327 017,17	222 559,94	68,1%
Edifícios Municipais ou sob a sua gestão	7 021 882,38	25,6%	1 813 962,39	640 059,79	35,3%
Escolas	4 122 874,35	15,1%	3 296 970,59	1 482 640,35	45,0%
Espaços Verdes	3 623 352,67	13,2%	3 628 767,63	2 995 420,99	82,5%
Limpeza e Higiene	20 729,48	0,1%	20 729,48	627,30	3,0%
Locação de equipamentos	602 312,62	2,2%	657 810,21	494 598,71	75,2%
Manutenção de espaços públicos	316 614,05	1,2%	308 194,70	229 519,97	74,5%
Mobilidade, Transportes e Trânsito	1 641 521,57	6,0%	1 676 446,86	969 070,64	57,8%
Outros	190 795,82	0,7%	188 054,52	164 401,46	87,4%
Vias e Taludes	1 728 628,34	6,3%	926 127,42	476 743,81	51,5%
Viaturas	3 116,89	0,0%	3 116,90	3 116,87	100,0%
Vigilância e Segurança	87 512,78	0,3%	87 512,78	49 414,03	56,5%
TOTAL DAS DESPESAS	27 380 378,23	100,0%	19 396 083,25	11 236 972,00	57,9%

Tabela 10 - Despesa acumulada relacionada com a Tempestade Kristin, por rubrica.

Da análise do quadro destaca-se:

- As rubricas gerais de ambiente e de edifícios municipais concentram uma parcela significativa do valor cabimentado, representando 22,5% e 25,6%, respetivamente;
- Os pagamentos efetuados, representam 57,9% do valor adjudicado.

4.3. Resumo da Despesa

O quadro seguinte apresenta os valores acumulados da despesa corrente e de capital no período em análise.

Descrição	Cabimentado	Adjudicado	Valor pago
Despesa Corrente	13 990 555,54	12 353 602,58	7 756 696,77
Despesa Capital	13 389 822,68	7 042 480,68	3 480 275,23
Total	27 380 378,23	19 396 083,25	11 236 972,00

Tabela 11 - Despesa relacionada com a Tempestade Kristin, por tipologia.

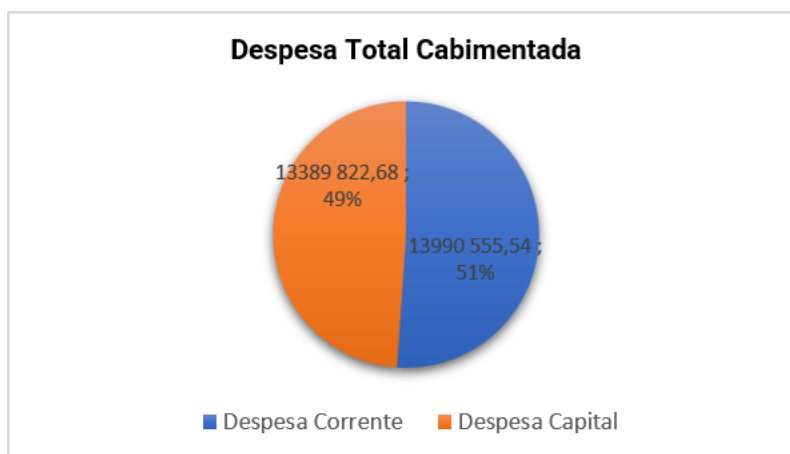


Gráfico 6 – Despesa total cabimentada, no período em análise.

04

**PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES
E ESTADO DE ATUALIZAÇÃO
DOS MESMOS**

SÍNTESE

Presente relatório sobre os processos de contencioso, para apreciação na sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Outros – Departamento Jurídico.

Identificador do Processo:

Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria atualmente do TCA Sul

Demandante:

Almerinda Faria Fiúza Pedro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;
- b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e, consequentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

Valor da ação:

Indeterminável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 958/13.0 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, atualmente no Tribunal Central Administrativo Sul

Demandante:

Aquino Construções S.A., em Liquidação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos até efetivo e integral pagamento.

b) no pagamento de custas, incluindo custas de parte.

Valor da ação:

5.373,49 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo de Contraordenação n.º 630/2012/DSAJAL, a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de denúncia feita por Florindo Carreira, foi instaurado processo de contraordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

Valor da ação:

Não aplicável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Executiva n.º 1129/15.6T8PBL, a correr termos no Tribunal da Comarca de Lisboa- Juízo de Execução-J3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Pedro Bento Cordeiro

Pedido:

Que o Executado seja condenado a pagar rendas e indemnizações no valor de € 8.952,90, acrescidas de juros vencidos e vincendos até integral pagamento.

Valor da ação:

8.952,90 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa comum n.º 881/15.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Maria Emília Saragoça da Conceição Soares;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria, P.G. Promoção e Gestão Imobiliárias, Lda, Eduardo Augusto Maria da Silva e mulher e Joaquim Luís Vieira Pereira, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armindo Espírito Santo e Silva

Pedido:

Condenação dos Réus solidariamente a:

- a) Contratar empresa especializada, credível, com vista a retirar os escombros, terras, viatura, árvores e vegetação, pertença da 1ª Ré, e que ocupam o logradouro da Autora;
 - b) Projetar e construir imprerivelmente um novo muro de suporte de terras e respetiva drenagem, cujo montante se desconhece e se relega por cautela para execução de sentença;
 - c) Pagar à Autora o montante de € 133.824,00 (com IVA incluído à taxa legal em vigor), a título de danos infligidos na propriedade desta;
 - d) Pagar à Autora os danos que venham a ocorrer ou a revelar-se até efetiva concretização de toda a obra, e que atenta a sua difícil previsibilidade de qualificação e quantificação, à semelhança da alínea b) do pedido, se relega o seu cálculo para execução de sentença;
 - e) Pagar à Autora uma indemnização decorrente da privação do uso da sua moradia, que por defeito perfaz na presente data o montante de € 94.500,00 euros, ao qual deverá acrescer o valor de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) mensais até que sejam repostas as condições de habitualidade do prédio da Autora.
- Em 21/06/2022 foi realizada Audiência Prévia. Foi proferido Despacho Saneador, fixando o objeto do litígio e os temas de prova.

Foram realizadas duas sessões de julgamento nos dias 4 e 8 de novembro de 2022. Nesta última sessão, foi proferido o seguinte despacho: "Atenta a possibilidade de, através de prospecção e retirada parcial dos escombros, como resulta da opinião dos senhores peritos, se poder proceder a simulações computadorizadas do processo de derruimento do muro em causa nos autos, de forma a melhor esclarecer o Tribunal quanto à dinâmica de todo o processo, ficam os Srs. Peritos encarregados de apresentar um caderno de encargos até dia 15 de Janeiro de 2023.

Consequentemente, dou sem efeito as datas designadas para continuação da presente audiência, hoje à tarde e no próximo dia 15 de novembro, solicitando a colaboração das partes para informarem as testemunhas da desnecessidade de comparecerem em tais datas, sem prejuízo de a secretaria proceder igualmente à sua desconvocação pelos meios mais expeditos. Ficam os autos a aguardar junção do suprarreferido caderno de encargos, após o que as partes serão notificadas para se pronunciar".

Os Peritos apresentaram o sobredito caderno de encargos. O ML foi devidamente informado. O Senhor Presidente proferiu despacho no sentido de concordar com a realização da Perícia Complementar e respetivos encargos (na proporção imputável ao ML). Em 08/06/2023, foi proferido o seguinte despacho: "Antes de mais, e de forma a permitir uma mais completa pronúncia sobre os requerimentos apresentados, notifique os senhores peritos para informarem os autos sobre qual o tempo necessário para efetuar a perícia agora proposta, tendo em conta a necessidade de articulação dos vários prestadores de serviços e as condicionantes climáticas, na medida em que as mesmas sejam previsíveis, bem como para

informarem qual o momento em que, nas melhores condições e tendo em vista o mais célere prazo de execução, deveriam iniciar-se os trabalhos. Prazo: 10 (dez) dias. Notifique também as partes."

Fomos notificados da resposta dos Peritos ao despacho supra transcrito: os Peritos referem que irão apresentar estimativa orçamental atualizada (dado o tempo decorrido) e que tal atualização será remetida ao Tribunal num prazo de 30 dias; mais referem que após aprovação formal, darão início aos trabalhos.

Perante este cenário, vêm dizer que não se deverá proceder a qualquer escavação no local, por pôr em risco o edificado existente e a segurança dos trabalhadores.

Perante a gravidade da situação, como membros do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, é sua obrigação alertar as entidades responsáveis p/ o perigo detetado, motivo porque procederão à exposição da situação à CML para devidas providências.

Em 15/02/2024, os Peritos informaram Trib que não existem no local indícios do início dos trabalhos de reconstrução; que a intervenção a realizar pela P.G. não deverá prejudicar e/ou impedir a realização dos trabalhos necessários ao esclarecimento das causas de colapso do muro. Solicitaram ser atempadamente informados do início da remoção de entulhos e trabalhos de reconstrução, p/ poderem acompanhar os trabalhos de levantamento topogr e esclarecimento das condições de fundação/drenagem do muro.

Segundo informou a CML, ocorreu em 25/06/2024 reunião entre PCML, Arq.º PR, SP, LC e Arq.ª Sara Saragoça (SS). Nesta reunião, SS manifestou preocupações por não cumprimento dos prazos impostos pelo ML à P.G., para apresentação do pedido de licenciamento do muro e execução da obra, conforme despacho proferido em 26/09/2023, no Proc ON/1989/1879 - intimação p/ realização de trabalhos urgentes, pelo Vereador com competência subdelegada .

Durante a reunião, PCML falou telefonicamente c/ Eng.º Carlos Serrano (perito indicado pelos RR), contratado pela P.G. para elaborar o proj de arquitetura do muro. Informou que projeto está atrasado porque a GEOALGAR (estudo geológico), só efetuou trabalhos em março. Afirmou que o proj de arquitetura estaria pronto em 4 semanas e, em ato contínuo, enviou o referido estudo.

Mais informou o ML que, em 21/06, a Dr.ª Dina Fernandes remeteu à CML esclarecimento, justificando o atraso da execução da obra. Não foi requerida prorrogação de prazo.

Em 21/10/2024, P.G. apresentou Requerimento e documentos anexos descritos no n/ e-mail de 31/10/2024 (ver e-mail).

Em 27/11/2024, foi proferido despacho judic que determinou: a) Oficie à CML para informar os autos o estado dos proc. ON/2024/585 e ON/1989/1879, concretamente:

- i) Se o proc. de comunicação prévia já se encontra concluído, e se a Requerente (P.G.) já se encontra habilitada a, querendo, iniciar os trabalhos;
- ii) Em caso de resposta negativa, quais os trâmites necessários à sua bem-sucedida conclusão, e tempo necessário para a mesma, esclarecendo de que forma se compaginam tais trâmites com a urgência reconhecida ao estado de segurança dos imóveis sitos na R. Coronel Pinheiro Correia, n.º 5 e R. Escultor Luís Fernandes, n.º 6, e com os prazos fixados na intimação dirigida à Ré;
- iii) Em qualquer caso se, mostrando-se decorrido os prazos fixados na intimação que foi dirigida à Ré, e tendo em conta a urgência de resolução da situação detectada pela CML, e pela mesma reconhecida, se vai proceder à posse admin. e executar as obras necessárias;
- iv) Neste último caso, tendo em conta a urgência da situação e a necessidade de coordenação atempada c/ Peritos, data previsível p efectiva tomada de posse e início trab.

a) Notifique a Ré para informar se vai ou não realizar os trabalhos descritos na intimação que lhe foi dirigida pela CML e, em caso afirmativo, atenta a urgência da situação, e a necessidade de articulação com os Peritos, para quando prevê o início da sua execução;

b) Notifique os Réus para se pronunciarem sobre a suscitada necessidade de se proceder à substituição do Perito indicado pelos Réus P.G., Eduardo e Maria Célia.

Segundo informação do ML, em 30/08/2024, a P.G. apresentou comunicação prévia relativa ao proj de reconstrução da estrutura de suporte após colapso - ON/2024/585/0.

O ML foi notificado pelo TAF de Leiria do despacho judicial de 26/09/2024, com o seguinte teor: "Atento o tempo entretanto decorrido, notifique as partes para informarmos autos sobre o estado da intervenção identificada no requerimento dos Réus PG de págs. 1437 e 1437 dos autos. Prazo: 10 dias."

Comunicámos ao ML o sobredito despacho e solicitámos que nos informasse o ponto de situação.

Serviços pediram dados que já foram entregues.

Proferido Despacho em 17/12/2024, a solicitar ao ML informações diversas, estando a decorrer o prazo para resposta.

Em 21/02/2025 respondemos ao despacho judicial de 27/11/2024. O processo está concluso ao juiz desde 27/02/2025.

Na sequência de Despacho Judicial de 10/03/2025, as partes foram notificadas para informarem se ainda pretendem ouvir os peritos em sede de audiência final. O ML respondeu ao despacho em 24/03/2025, informando que pretende ouvir os peritos em sede de audiência de Julgamento, que deve ser agendada com a maior brevidade.

O processo está concluso na sequência da pronúncia das partes quanto à alteração do perito. Req. no qual igualmente solicitámos agendamento urgente de julgamento.

Em 15/09/2025 veio a P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. e Outros (Réus nos presentes autos) comunicar ao Tribunal o óbito da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva, juntando certidão de óbito (aí constando como data do óbito o dia 10/06/2024);

Na sequência de tal Requerimento, o ML foi notificado do despacho judicial de 19/09/2025 (que se anexa), por meio do qual o Tribunal:

- Suspendeu a presente instância (artigos 269.º-1 e 270.º-1 do CPC, ex vi artigo 35.º-1 do CPTA); e
- Deu sem efeito as datas designadas para a continuação da audiência final nos presentes autos (ou seja, os dias 17, 24 e 31 de outubro de 2025).

Nos termos do disposto no artigo 276.º, n.º 1, alínea a), a presente instância, apenas poderá prosseguir os seus termos após a habilitação dos sucessores da parte falecida e a notificação do respetivo incidente. Determina o n.º 1, do artigo 351.º do mesmo CPC, que a habilitação dos sucessores da parte falecida pode ser promovida tanto por qualquer das partes que lhe sobrevivam como por qualquer dos seus sucessores. Uma vez que ao comunicarem o óbito da Co-Ré MARIA CÉLIA SECO RAMADAS DA SILVA, os Réus P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda., Eduardo Augusto Maria da Silva, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armando Espírito Santo e Silva não promoveram aquela habilitação, aguardarão os autos o necessário impulso processual - artigo 281.º, n.º 1 do CPC, ex vi artigo 35.º, n.º 1 do CPTA.

Face ao falecimento, o Tribunal deu sem efeito as datas designadas para continuação da audiência final nos presentes autos.

Em 06/03/2026, Eduardo Augusto Maria da Silva requereu a habilitação dos sucessores da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva.

Em 27/03/2026, a PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. apresentou Requerimento nos autos por meio do qual veio informar o Tribunal que a tempestade Kristin causou graves danos na sua moradia (nomeadamente danos no telhado, duas chaminés partidas e infiltrações de água no interior da habitação). Mais informa que existe risco de deslizamento da moradia e está a ocorrer deslizamento de terras, existindo outrossim árvores de grande porte caídas. Requer ainda o urgente agendamento da continuação do julgamento.

Em 02/04/2026, o ML secundou o requerimento da PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. no sentido do urgente agendamento da continuação do julgamento.

Valor da ação:

228.324,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MAGNETIC HAPPINESS, UNIPESSOAL, Ld^a
Providência Cautelar n.º 1824/15.0 BELRA- TAF LEIRIA
(CUSTAS de PARTE)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Magnetic Happiness, Unipessoal, Ld^a

Pedido:

Proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que negou provimento ao recurso apresentado pela MAGNETIC - HAPPINESS, UNIPESSOAL, LDA. e confirmou a Sentença recorrida. Apresentado requerimento de custas de parte. Celebrado acordo para pagamento das custas de parte, o qual não foi cumprido.

Foi remetido Requerimento ao TAF de Leiria para emissão de certidão e envio à AT para efeitos de processo de execução fiscal.

Em 23/08/2024- Enviámos req o à AT solicitando informação sobre o estado do PEF

Em 28/08/2024- Resposta da AT

Em 07/10/2024- Consulta do PEF0728202201120786 no SF 1 – Coimbra

Em 11/07/2022, foi instaurado o PEF, com origem na Certidão de Dívida, enviada pelo TAF de Leiria, para cobrança das custas de parte;

Foi efetuado pela AT, a título oficioso, um plano de pagamento prestacional (porque se trata de dívida de pes. col. de montante inferior a 10.000€). Devedora não aderiu;

Em 26/07/2022, ocorreu citação (funcionário- citação foi postal e não pessoal);

Foi proferido despacho para penhora em 12/09/2022;

Em 16/09/2002- Considerando que o sistema da AT não encontrou quaisquer ativos, houve automaticamente lugar a Declaração em Falhas- cf.. art.º 272.º do CPPT;

O processo mantém-se nesta fase;

Atualmente, o sistema da AT não indica qualquer ativo pertencente à devedora.

Valor da ação:

1 224,00 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Declarativa n.º 1148/16.5T8LRA, a correr termos no Tribunal da Comarca de Leiria
Juízo Central Cível de Leiria – Juiz 3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

João Carlos de Matos Pereira

Pedido:

Condenação do Réu a pagar ao Município de Leiria o montante total de 33.814,30 €, a título de indemnização.

O Réu apresentou o seguinte pedido reconvenicional: condenação do Município de Leiria no pagamento ao Réu-reconvinte da quantia de 617.272,52 €, acrescida de juros de mora, à taxa legal, desde a citação até integral e efetivo pagamento, quantia essa referente à sua remuneração pelo desempenho do cargo de liquidatário da Leirisport - EM.

Valor da ação:

33.814,30 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 323/16.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Desafios Urbanos, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) Que seja declarada a nulidade ou, pelo menos, a anulação, da notificação, através do ofício n.º 3954 de 25/01/2016, da deliberação de 19/01/2016, tomada pela Câmara Municipal de Leiria, no sentido de resolver o contrato de concessão celebrado em 15/03/2007, entre o Município de Leiria e a Autora; b) Ser declarada a anulação da deliberação de resolver o contrato de concessão, tomada pela Câmara Municipal, por deliberação de 19/01/2016, ao abrigo do disposto no art.º 163º, n.º 1, do NCPA, por violação do disposto nos arts. 428º e 334º do CC; c) Em consequência, ser declarada a manutenção e vigência do contrato de concessão do direito de uso privativo de dois espaços integrados no Parque Municipal Tenente Coronel Jaime Flípe da Fonseca, na cidade de Leiria, celebrado entre o Município de Leiria e a Autora, em 15/03/2007.

Proferida sentença em Abril de 2023, decidindo julgar:

a) a reconvenção parcialmente procedente e, em consequência, condena-se a autora-reconvinda a pagar ao réu-reconvinte a quantia de €21.485,59, acrescido de juros de mora vencidos de € 6.994,00 e juros de mora vincendos até integral e efetivo pagamento;

c) o pedido incidental de litigância de má-fé improcedente e, em consequência, absolve-se a autora do respetivo pedido.

Custas quanto à causa principal pela autora.

Custas da reconvenção pelo réu/reconvinte e pela autora/reconvinda em partes iguais.

Custas quanto ao pedido incidental de litigância de má-fé pelo réu, que se fixa em 0,5UC.

Apresentadas custas de parte.

07/12/2023- Advogado renuncia ao mandato; A Autora notificada da renúncia não constitui novo Advogado.

Tribunal tenta notificar sentença à Autora. Carta devolvida.

Tentámos notificar os gerentes por carta registada com AR- carta devolvida.

Cartas enviadas à A e aos gerentes p notificação de custas de parte- devolvidas.

Entregámos requerimento executivo (execução nos próprios autos) para tentativa de cobrança do valor em dívida.

Valor da ação:

36.492,15 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 312/17.4BELRA que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mercure- Projetos Imobiliários, S.A.

Demandado / Arguido:

Réu: Município de Leiria

Intervenientes:

- Sílvio Miguel Gaspar Roda (habilitado como sucessor do falecido Manuel Alexandre Jesus Roda);
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

Pedido:

Que o Município de Leiria seja condenado a encetar todas as diligências tendentes à reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (queda do muro) e a proceder à sua execução, determinando-se a sua condenação no pagamento de uma sanção pecuniária compulsória calculada à razão de €500,00 €/dia, por cada dia de atraso no cumprimento. Para o caso de se entender que a reconstituição natural não será possível, não repara integralmente os danos ou é excessivamente onerosa, o que se não concede, deverá ser a indemnização fixada em dinheiro no montante de €180.161,11, já deduzido da importância recebida do Dono de Oba na sequência da decisão judicial proferida e da execução instaurada, condenando-se o Município de Leiria no seu pagamento, acrescido dos competentes juros de mora, calculados à taxa legal, desde a citação até efetivo e integral cumprimento.

Por despacho datado de 11/04/2022, o Juiz deferiu as intervenções principais provocadas, requeridas pelo Município de Leiria na respetiva Contestação, de:

- Manuel Alexandre Jesus Roda;
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

A Fidelidade, SA e Manuel de Jesus Pereira da Silva apresentaram as respetivas contestações.

Valor da ação:

180.161,11 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 1475/13.3 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (em 16/11/2020, aos presentes autos foram apensados a Ação Administrativa com o n.º 168/18.0BELRA e respetivo apenso constituído pela Providência Cautelar n.º 1408/17.8BELRA)

Demandante:

Moniz & Ribeiro, Lda, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Declarar-se que a Autora adquiriu os direitos e obrigações que MANUEL OLIVEIRA e SILVA e ALZIRA da COSTA e SILVA detinham no protocolo assinado no dia 08/05/2006 e condenar-se o Réu a reconhecer à A. esses direitos.
- b) Condenar-se o Réu a pagar à Autora a quantia de 520.642,00 €, acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efetivo pagamento.
- c) Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):
- d) Condenar-se o Réu a demolir todas as obras que realizou no prédio da Autora, a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restituí-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.
- e) Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):
- f) deve o Réu ser condenado a pagar à 2ª e 3ª Autoras a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à taxa legal até efetivo pagamento.
- g) Condenar-se o Réu nas custas e procuradoria.

Valor da ação:

536.261,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda

Pedido:

Sendo julgada procedente a ação intentada pela Ré contra o Autor, que corre termos na 1ª U.O. do TAF de Leiria, sob o n.º 1475/13.3BELRA, e, consequentemente, tendo o Autor sido condenado no âmbito desta ação a pagar à Ré uma indemnização pelo incumprimento do Protocolo, deve a ação ser julgada procedente, por provada, e, consequentemente:

- a) declarar-se o incumprimento pela Ré Moniz & Ribeiro Lda do Protocolo melhor identificado em 8.º e 9.º da petição inicial, por culpa da Ré, e, consequentemente, ser proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial em falta da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, consequentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o seguinte prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Quinta de São Romão, São Romão, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, sob o artigo 10.338, com uma área de 20.310 m2, a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, freguesia de Pousos, concelho de Leiria; ou, quando assim se não entender,
- b) seja proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, consequentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: e, ainda,
- c) declarar que a transmissão ao Autor do prédio supra identificado, seja no caso da alínea A) ou B), é feita livre de quaisquer ónus ou encargos, condenando-se a Ré a reconhecer que essa transmissão é feita nestes termos;
- d) condenar a Ré a reconhecer ao Autor a faculdade de expurgar quaisquer hipotecas legais ou voluntárias constituídas sobre o prédio referido em A) e B), nomeadamente, a hipoteca voluntária a favor de Leonardo António Lisboa Moniz e Leticia Lisboa Moniz, para garantir um empréstimo no montante de €1.150.000,00, conforme melhor resulta da inscrição AP. 2660 de 2014/10/03 16:13:08 UTC, registada no prédio descrito sob o n.º 2615, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria, e, consequentemente, condenar o Réu a pagar ao Autor as quantias que este tiver que despende, sejam de que natureza forem, para expurgação daquelas hipotecas, a liquidar em execução de sentença, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento; e)
- e) condenar a Ré a pagar ao Autor, a título de indemnização, as quantias que este tiver que despende para desonerar o prédio identificado em A) e B), a liquidar em execução de sentença, nomeadamente para pagamento e cancelamento das penhoras referidas em c) e d) do artigo 35.º da petição inicial, bem como para pagamento e cancelamento de quaisquer outros ónus ou encargos que onerem ou venham a onerar o

referido prédio, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

520.642,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Embargos de Terceiro n.º 2206/15.9 T8PBL-B, a correr termos no Juízo de Execução de Pombal [Embargos à execução comum n.º 2206/15.9T8PBL da Comarca de Leiria- Pombal- Instância Central- 2ª Seção de Execução- J1, intentada pelos Exequentes/Credores Hipotecários Leonardo António Lisboa Moniz e Leonardo António Lisboa Moniz contra a Moniz & Ribeiro, Lda, para cobrança de quantia exequenda no valor de € 997.655,01]

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz; Banco BIC Português, S.A. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL

Pedido:

A) Que se declare que o Embargante adquiriu em 30/04/2007, ou em qualquer outra data que se vier apurar nos autos, por acessão industrial imobiliária, e para integrar o seu domínio privado municipal, o prédio urbano situado na Quinta de São Romão, em S. Romão, composto por terreno para construção urbana, com uma área de 20.310 m2, a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, inscrito na matriz predial urbana da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sob o artigo 10.338, descrito na 2ª CRP de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, mediante o pagamento pelo Embargante da quantia de €396.562,50 à Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. correspondente ao valor que este prédio tinha à data da incorporação das obras realizadas pela Embargante naquele prédio, ou outra quantia que se vier apurar nos presentes autos;

B) Que se condenem os Embargados a reconhecer que desde 30/04/2007, ou desde qualquer outra data que se vier apurar nos autos, que o Embargante é o dono do prédio referido na alínea anterior, e consequentemente, a ordenar o cancelamento da inscrição de aquisição AP. 10 de 2008/12/16 daquela descrição predial;

C) Que se declare a nulidade, por simulação absoluta, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas anteriores, a favor dos Embargados LEONARDO ANTÓNIO LISBOA MONIZ e LETÍCIA LISBOA MONIZ, titulada pela escritura pública de hipoteca outorgada por aqueles em 05/07/2011, no Cartório Notarial de Ourém, a cargo da notária Alexandra Heleno Ferreira, lavrada a folhas 37 a 39, do Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 155 daquele cartório, hipoteca aquela inscrita a favor destes pela AP. 2660 de 2014/10/03, sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, concelho de Leiria, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial; Ou caso o pedido referido em C) não seja julgado procedente, que se:

D) Declare a nulidade, por falta de legitimidade da Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. e conforme melhor referido de 84º a 106º da PI, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA, titulada pela escritura pública de hipoteca referida na alínea anterior, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a

reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial; ou, caso assim se não entenda, e que este pedido D) não seja julgado procedente, que:

E) Declare ineficaz, e que não produz quaisquer feitos relativamente ao Embargante, conforme alegado em 107º a 111º da PI, a hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA, titulada pela escritura pública de hipoteca já referida e, conseqüentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente a este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

F) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 29/06/2016 pela Embargada Banco BIC Português, S.A., no âmbito do processo executivo nº 3302/13.2TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Instância Central – 2ª Seção de Execução, hoje denominada por Juízo de Execução – Pombal – Comarca de Leiria, que tem como Exequente o Banco BIC Português, S.A, e Executada a Moniz & Ribeiro Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada Banco BIC Português, S.A. pela AP. 2455 de 2016/09/26, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2455 de 2016/09/26 daquela descrição predial;

g) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 21/03/2017 pela Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL no âmbito do processo executivo nº 144/13.9TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Juízo de Execução, que tem como Exequente a CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL e Executada a Moniz & Ribeiro, Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL, pela Ap. 2568 de 26/09/2016, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2568 de 26/09/2016, daquela descrição predial. Sentença proferida em 01/07/2022, com os embargos a serem julgados improcedentes por extemporâneos.

Apresentado recurso dessa decisão.

Em 14/03/2023, foi proferido acórdão pelo Tribunal da Relação de Coimbra a confirmar a sentença da 1.ª Instância.

Apresentada reclamação da nota discriminativa e justificativa de custas de parte apresentada pelos Embargados, julgada parcialmente procedente, condenando-se o ML no pagamento da quantia de 4.306,95€ a título de custas de parte e no pagamento de 0,5UC pelo decaimento parcial.

Apresentado requerimento a solicitar a restituição do valor do depósito autónomo pago em excesso e entrega do remanescente aos embargados.

Valor da ação:

396.562,50 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MONIZ & RIBEIRO Ld^a-

Providência Cautelar n.º 1408/17.8 BELRA- TAF LEIRIA

(CUSTAS de PARTE)

[Os autos de providência cautelar estão apensados à Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0BELRA, intentada na sequência do deferimento da providência

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Ld^a

Pedido:

Proferida Sentença que decretou a providência cautelar, a vigorar até ser proferida decisão na ação principal a intentar pelo Requerente, através da qual:

a) Se autoriza o Requerente Município de Leiria a retirar quaisquer objetos que impeçam o acesso e a livre utilização do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca pelos seus utentes, e público em geral, e que se encontrem colocados no prédio sito na Quinta de São Romão, S. Romão, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito atualmente na matriz predial urbana sob o artigo 10.338, da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, com a área de 20.310m², descrito na 2.^a Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, que impeçam o acesso e livre utilização dos espaços exteriores envolventes daquele complexo pelo Requerente Município de Leiria e pelo público em geral.

b) Se determina dever a Requerida permitir o acesso e utilização pelo Requerente e pelo público em geral do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca, e do prédio referido na alínea anterior, abstendo-se de qualquer comportamento que obste ou comprometa a utilização dos mesmos nas condições atualmente existentes, ou que ponha em causa essas condições. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos custas de parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

Valor da ação:

€1.101,60

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. Arlindo Moniz- Abate das Árvores

EXECUÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO POR CUSTAS - Proc. 396/17.5T9LRA.1, a correr termos no Juízo local criminal de Leiria- Juiz 2

(Proveniente do Processo Comum Singular n.º 396/17.5 T9LRA (a este processo foram apensados os Inquéritos n.ºs 2375/17.3T9LRA, 98/18.5PFLRA, 935/17.1T9LRA, 22211/17.8T9LRA, 2905/18.3T9LRA, 981/18.5PFLRA, 2/19.3PCLRA e 341/17.8PCLRA, 2934/17,4T9LRA), a correr termos no Juízo Local Criminal de Leiria- Juiz 2)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Arlindo Lisboa Pereira Moniz

Pedido:

Tendo a sentença transitado em julgado e não tendo sido pago qualquer montante, foi intentada ação executiva para cobrança da quantia de 111.914,76€, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos pelo Município de Leiria, e da quantia de 2.139,38€, a título de custas de parte, acrescidas de juros até integral pagamento.

Concretizada a penhora dos seguintes veículos:

- a) Veículo automóvel, da marca, Mercedes-Benz, modelo 220D, ligeiro de passageiros, com a matrícula, FV-16-90;
- b) Trator Agrícola, da marca International, modelo 523, com a matrícula, IL-87-89;
- c) Trator Agrícola, da marca FIAT, modelo 455 C Compatto, com a matrícula, FO-74-12.

GNR aceita armazenar veículos no antigo estaleiro da JAE.

Penhora da quota detida pelo Executado na sociedade Moniz & Ribeiro, Lda. Insistência pela realização da apreensão dos veículos com as matrículas IL-87-89 e FO-74-12.

Invocada a irregularidade da citação pelo Executado.

O Tribunal declara a regularidade da citação.

Aguarda o decurso do prazo de citação de credores.

Valor da ação:

120.400,18 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 319/18.4 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mélanie Domingues Silva Carreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Serem os Réus considerados como responsáveis pelo pagamento à Autora dos danos/prejuízos sofridos por esta em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 5.980,00 €, a título de indemnização por danos patrimoniais- 5680,00 € de perda total do veículo e 300,00 € dos óculos danificados em consequência do acidente- bem como a quantia de 1.000,00 € a título de danos morais, tudo no total de 6.980,00 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais que à taxa legal se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Proferido Despacho Saneador. Na sequência de solicitação do Tribunal, a entidade policial veio juntar aos autos participações de acidentes no local em apreço no processo judicial. O ML exercer o respetivo contraditório.

Realização da 1.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 20 de abril de 2023. Foi realizada a 2.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 25/05/2023.

Em 30/05/2023 foi proferida Sentença pelo TAF de Leiria, julgando a ação parcialmente procedente e, em consequência: condenou os Réus (ML e Fidelidade, SA) a pagar à Autora as seguintes quantias:

- i) €1.000,00, a título de indemnização por danos morais e pela privação do uso do veículo e
- ii) €5.680,00, a título de indemnização pela perda total do veículo sinistrado, o que perfaz um total de €6.680,00. Às referidas quantias acrescem os juros de mora à taxa legal desde a citação até efetivo e integral pagamento (cf. artigos 804.º, 805.º, n.º 3 e 806.º, n.º 1, todos do Código Civil).

Valor da ação:

6.980,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1119/18.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Ageas Portugal- Companhia de Seguros, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A. e Águas de Centro Litoral, S.A. Interveniente provocada: AIG Europe Limited - Sucursal em Portugal e Tranquilidade – Seguradoras Unidas, S.A..

Pedido:

Que se condenem os Réus ao pagamento solidário do valor de 4.125,00, acrescidos de juros de mora, vencidos e vincendos até efetivo pagamento, custas judiciais e respetivas custas de parte.

Valor da ação:

4.125,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 782/19.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Álvaro Gameiro Manuel e Ideal Mercantil, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteressados: BCM- Bricolage, S.A.; Continente Hipermercados, S.A.; Telhabel-Construções, S.A. e Brimogal Sociedade Imobiliária, S.A.

Pedido:

a) Que se seja nulo ou anulado o ato de licenciamento titulado pelo Alvará n.º 498/17, emitido pelo Réu, por violação do Alvará de Loteamento n.º 1/14, anteriormente emitido, a favor do 1º Autor e por violação do direito de propriedade de ambos os Autores; ou;

Caso assim não se entenda, ou seja, caso se entenda que com emissão do Alvará de Loteamento n.º 1/14 o ora Réu procedeu à alteração das áreas de cedência estabelecidas no âmbito do Alvará de Loteamento n.º 455/82, emitido a favor do 1.º Autor,

b) Ser declarado nulo ou anulado o ato titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/14, emitido oficiosamente pelo Réu, na parte em que altera as áreas de cedência estabelecidas pelo Alvará n.º 455/82.

E, em consequência,

c) Ser o Réu condenado a praticar todas as operações materiais necessárias e adequadas para o restabelecimento do direito de propriedade dos Autores, cuja violação ocorreu em virtude dos atos praticados, repondo-se os solos na situação em que se encontravam antes do início das obras em causa.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1198/19.0BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Vibeiras- Sociedade Comercial de Plantas, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Seja declarado totalmente inválido, por nulo ou anulável, o ato administrativo de aplicação de uma sanção pecuniária à Autora, pelo Réu Município de Leiria, no valor de 23.020,00 €.

Valor da ação:

23.020,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1249/19.8 BELRA, que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Ana Paula da Silva dos Santos e marido Manuel Gaspar das Neves

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Município seja obrigado a reconhecer que assiste legitimidade para os Autores, desacompanhados dos restantes proprietários de quotas indivisas, requerem a reversão das parcelas sobrantes identificadas, pelo que deverá determinar-se a anulabilidade do despacho de 09/07/2019, que indeferiu o pedido de reversão das parcelas sobrantes n.º 2 e n.º 3 da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública, constante da deliberação de 18/03/2014. Mais se requer que se reconheça o direito de reversão dos Autores das duas parcelas sobrantes da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública constante da deliberação camarária de 18/03/2014, a qual foi cedida ao Município de Leiria, para o domínio público municipal, através de escritura outorgada em 15/07/2015, respetivamente, - com a área de 1.076,00 m2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11349 e descrita na 1ª Conservatória Predial de Leiria sob o número 370420180820 da freguesia de Leiria e - com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350 e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria. Cumulativamente, requer-se adjudicação aos Autores das duas parcelas sobrantes supra descritas, sendo que pela adjudicação da parcela com a área de 1.086,00 m2, identificada com o n.º 2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes do concelho de Leiria, sob o artigo 11349, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3704/2018820 da freguesia de Leiria deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 77.667,25 € e pela parcela com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata de Câmara de 24.07.2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria, deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 102.984,19 €, tudo no montante global de 180.651,44 €.

A Autora apresentou um requerimento de ampliação do objeto do processo, nos termos do art 63º do CPTA, peticionando: deverá a presente ampliação do objeto do processo ser julgada procedente, por provada e, consequentemente, ser declarada a anulabilidade da deliberação da Ass Mun de Leiria, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CML n.º DLB 818/18, de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass. Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública.

Caso assim se não considere, deverá ser declarado que a deliberação da Ass Mun, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CM n.º DLB 818/18,

datada de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública, nos termos do disposto no artigo 171º do CPA, só produz efeitos para o futuro, isto é, não tem efeitos retroativos, pelo que o direito à reversão constituído a favor dos Autores, pela dita deliberação de 31.07.2018, não se encontra precludido por aquele ato revogatório, mantendo-se em vigor no nosso ordenamento jurídico, devendo os presentes autos prosseguir os seus trâmites até final, com a condenação do Réu nos termos peticionados. A este Requerimento respondeu o Município de Leiria, opondo-se à ampliação.

Valor da ação:

180.651,44 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 130/20.2 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Construções Ponte & Mota, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja condenado, a reconhecer:

- a) A nulidade das deliberações tomadas em reunião de Câmara de 15/05/1999 e 09/03/2006 e, em consequência dos contratos de permuta celebrados: 1- Por escritura pública lavrada no dia 13/01/2000, no 1º Cartório Notarial de Leiria, denominada "CEDÊNCIAS DE PARCELAS E PERMUTA", de folhas 1 a 8 vº do Livro de Notas para escrituras diversas número 255- do extinto 1º Cartório Notarial de Leiria; 2- Por escritura pública, em 21/03/2006 no Cartório Notarial de Leiria a cargo do Notário António Pedro Monteiro Correia Tavares, onde a Autora declarou permutar o lote 37, sito em Vale Sepal, para o Réu Município de Leiria e, adquiriu daquele o Lote B com a descrição 7564 da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria da freguesia de Marrazes, averbada ao seu favor pela Ap. 1 de 17/04/2006 e, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia com o artigo 8619, por falta de objeto do contrato de permuta celebrado.
- b) Face, à impossibilidade de repristinação natural e ser entregue à Autora o anterior lote 37, sito em Vale Sepal, ser o Réu condenado a indemnizar-lhe os montantes correspondentes ao valor do lote, atualizado, ao lucro cessante e, despesas com contrato celebrado num montante global de € 591.645,57. Quando assim se não entenda:
- c) Condenar o Réu no pagamento na diferença económica do valor de mercado do lote com o índice atual de construção e valor de mercado com o índice de construção assegurado, acrescida das respetivas despesas suportadas com o imóvel e que se fixa no montante global de 346.000,00 €;
- d) Tudo acrescido de juros moratórios até integral e efetivo pagamento;
- e) Nas custas e procuradoria condigna.

Valor da ação:

591.645,57 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 429/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Fernando de Jesus Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteressado- Isaías Gaspar Ferreira Gomes e mulher Isaltina das Neves Ferreira

Pedido:

Que sejam declarados nulos os atos administrativos referidos na P.I. com as legais consequências, ou se assim não se entender declarados os atos revogados, quer pela prescrição e/ou abuso de direito, e/ou pela circunstância de tal ordem de demolição ser contrária a lei, uma vez que o prédio sobre o qual impende a ora impugnada ordem de demolição, encontra-se devidamente legalizado, por ter sido construído de acordo com o projeto aprovando, não havendo assim, qualquer fundamento, para tal ordem de demolição. Mais requer que se considere o efeito suspensivo da impugnação relativamente à ordem de demolição referida, ordenando a notificação da Câmara Municipal de Leiria de tal ordem de suspensão.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 559/20.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Manuel Costa Rita

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Seja a Ré condenada a pagar ao Autor:

- a) A quantia de € 10.000, a título de indemnização por danos morais sofridos e que virá a sofrer;
- b) A quantia a fixar a título de danos materiais, que não deverão ser inferiores a €10.000,00;
- c) Tudo acrescido dos juros de mora à taxa legal que se vencerem desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- d) O montante que se relega para fixação/liquidação posterior correspondente às incapacidades temporais e à incapacidade parcial permanente que vier a ser fixada ao Autor pelo Instituto de Medicina Legal, bem como os danos morais que advierem da incapacidade, bem como os danos e todas as despesas associadas, com todos os tratamentos que, como consequência direta e necessária da queda, tiver feito, fizer ou que vierem a mostrar-se necessários, no futuro, para debelar as sequelas físicas e psicológicas da queda, que não deverá ser inferior a € 10.000.

Valor da ação:

20.000,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 480/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Albertina da Silva Dias

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressados- Maria Isabel Dias Gaspar; Maria Helena Anastácio Junqueira de Faria e Rui Ferreira Faria; Rui Sérgio Feliz Dinis; Henrique Cardoso Pedrosa e Maria Fernanda Henriques Pedrosa; Luís Santos Fernandes e Maria Celina Di

Pedido:

Intimada a entidade demandada a ordenar e concretizar a demolição de todas as obras efetuadas pelos proprietários do lote 12 em desconformidade com o projeto aprovado, designadamente:

- A Maria Isabel Dias Gaspar, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal e marquise no alçado posterior do prédio, bem como a reposição da fração "A", conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87;
- A Rui Ferreira Faria, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "C" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Rui Sérgio Félix Dinis, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "D" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Henrique Cardoso Pedrosa, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal, da ampliação do hall e da marquise posterior da fração "F", do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Luís Santos Fernandes, a demolição da ampliação do hall de entrada e marquise no alçado posterior da fração "G" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.

Valor da ação:

30.000,01€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1049/20.2 BELRA, a correr termos na Unidade Orgânica 1 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Cecília Margarida Cordeiro Gonçalves de Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja:

- a) condenado a reconhecer que a Autora é dona e legítima possuidora do prédio rústico composto por terreno de Pinhal, sito no Vale, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica da união de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes sob o art. 10673 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial n.º 2152 da referida freguesia de Pousos.
- b) condenado a reconhecer que, por decisão judicial, foi atribuída à Ré uma faixa de terreno com a largura de 3 metros numa extensão de cerca de 62,50m, o que totaliza a área de 187,50m², sob o "leito" do prédio da Autora, i.e., constitui-se um direito/caminho público de passagem por um prédio particular/privado, sem a aquisição, quer pela forma tradicional, quer pela expropriação, quer por qualquer outra via legal, seja por compra, doação ou até usucapião, da respetiva faixa de terreno;
- c) a pagar a quantia de €101.865,00 a título de danos patrimoniais decorrentes da apropriação de uma faixa de terreno para os fins de domínio público;
- d) a quantia de € 40.000,00 a título de danos não patrimoniais;
- e) custas

Valor da ação:

141.865,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1025/20.5 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do TAF de Leiria

Demandante:

Ondagulosa- Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que a ação seja julgada como procedente por provada e em consequência sejam declarados anuláveis ou nulo os atos melhor identificados no artigo 1º da P.I., com as legais consequências, e bem assim condenado Município Réu, ao abrigo do disposto nos artigos 67º, n.º 1, alínea b), 68º, n.º 1, alínea a) e 69º, n.º 3, todos do CPTA, à prática dos atos devidos, ou seja, à reapreciação do pedido de esplanada.

Deverá ainda o Município Réu ser condenado a indemnizar a Autora, a título da responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas, pelos prejuízos decorrentes da prática e da execução dos atos impugnados, em montante a liquidar em execução de sentença.

Apresentámos Contestação em 21/01/2021, à qual o Autor apresentou Réplica e o Município apresentou o respetivo contraditório. A Autora apresentou Réplica. O ML exerceu o contraditório em relação à réplica. Por despacho de 05/06/2023, o Juiz dispensou a realização de Audiência Prévia.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão Final

Identificador do Processo:

Procedimento cautelar n.º 1159/21.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério do Planeam

Pedido:

A autora requereu:

a) Seja decretada a suspensão de eficácia dos seguintes atos:

- i) A Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;
- ii) O Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iii) O Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo n.º 432/23.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
Contrainteressados: Lusicresce- Produção Avícola, Lda; Meigal-Construção e Adminis

Pedido:

A autora requereu:

a) Que julgada procedente a ação e, em consequência, seja decretada a nulidade dos seguintes atos:

- i) Da Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;
 - ii) Do Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
 - iii) Do Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
 - iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.
- b) Que sejam adotadas as medidas preventivas e de correção que se revelem necessárias, bem como a condenação genérica, com posterior liquidação, das Rés e Contrainteressadas, ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados no ambiente.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1604/21.3BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

José Augusto dos Santos Marques

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que, seja declarada a nulidade do ato administrativo impugnado, ou, quando assim se não se entenda, seja declarada a sua anulabilidade, e, ainda, em qualquer um dos casos, que a Entidade demandada seja condenada à prática de ato administrativo de admissão do pedido de licenciamento apresentado pelo autor.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1013/22.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Beatriz Fonseca da Anunciação

Diogo Nuno Fonseca da Anunciação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressado: GES-SONIF - Sociedade Imobiliária Lda

Pedido:

1- A declaração de nulidade ou anulação dos atos administrativos praticados no âmbito do Processo de Licenciamento nº 568/16, designadamente o despacho proferido em 23/11/2016, pelo Vereador Ricardo Santos, que aprovou o projeto de arquitetura, apresentado pelo Contrainteressada, em 29/07/2016; o despacho proferido em 29/10/2016, pela Vereadora Rita Coutinho, que aprovou as alterações ao projeto de arquitetura, apresentadas pela Contrainteressada em 19/07/2019; o despacho de licenciamento proferido em 06/05/2000, pela Vereadora Rita Coutinho, e o despacho proferido em 30/06/2020, que emitiu o alvará de obras de alteração nº 349/2020.

2- A condenação no reconhecimento de que a obra levada a cabo pela Contrainteressada não é suscetível de licenciamento.

3- A condenação do Réu na prática de ato que ordene a demolição do edificado, quanto às operações urbanísticas concretizadas com base nos atos administrativos nulos.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 680/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

José António Cândido Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- 1) Ser o Autor reconhecido como proprietário e legítimo possuidor do prédio inscrito sob o artigo matricial 6058 da matriz predial da freguesia do Arrabal;
- 2) Ser o Réu condenado a pagar ao Autor:
 - a) a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial já requerida nos presentes autos, correspondente ao valor de 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) ilegalmente cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual por danos patrimoniais, pelos prejuízos causados pelo corte dos pinheiros e dos eucaliptos, acrescida dos juros à taxa legal a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;
 - b) Ser o Réu condenado a pagar a quantia de 1,000,00 €, a título de indemnização extracontratual por danos não patrimoniais sofridos nos termos expostos, acrescida dos juros à taxa legal, a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;
- 3) Ou para a hipótese, que não se concede, de assim não se entender, requer-se, subsidiariamente, que seja o Réu condenado a pagar ao Autor a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial nos presentes autos já requerida, correspondente ao valor das 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual decorrentes da imposição de sacrifícios, acrescida dos de juros à taxa legal a contar da data da citação, até efetivo e integral pagamento;
- 4) Custas e procuradoria a cargo do Réu.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 808/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de € 6.854,06€, datada de 10/04/2023.

Valor da ação:

6.854,06 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1171/23.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

João Carlos Ferreira Moreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.; Liga Portuguesa de Futebol Profissional; Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Pedido:

Serem as Réus condenadas, solidariamente, a pagar ao Autor os danos sofridos em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 4.460,04 € a título de indemnização por danos patrimoniais, bem como a quantia de 1.000,00€ a título de indemnização por danos morais, tudo no total de 5.460,04 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais, que à taxa legal, se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

5.460,04 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1278/23.7 BELRA (Ação Administrativa) a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de 5.000,00€, datada de 22/08/2023.

Valor da ação:

5.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 15/24.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís Miguel Cardoso Lopes de Matos

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser a Ré condenada a pagar ao Autor a quantia de € 2.352,43 a título de indemnização pela reparação do veículo e pelo tempo em que o Autor esteve privado de o utilizar, acrescida de juros à taxa civis, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

2.353,43 €

Estado:

Concluído – Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo nº 613/24.5 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Isabel Maria Alves Baptista Sismeiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato identificado no artigo 1º da PI (despacho de 17/11/2023 do Sr. Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas que ordenou à Autora a demolição total das obras/trabalhos e reposição do terraço na cobertura do Lote 4 da Avenida Adelino Amaro da Costa, em Leiria), com as legais consequências.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 655/24.0 BELRA, a correr termos no Taf de Leiria

Demandante:

Manuel Antunes Caetano e mulher Maria do Carmo Carreira de Almeida Pereira Antunes Caetano

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado nulo ou anulado o ato impugnado (a deliberação de 14/07/2023, da Comissão Municipal de Toponímia do concelho de Leiria, que, no seu ponto 1, deliberou emitir "Parecer Condicionado à execução da bolsa de retorno", na Rua Joaquim de Almeida, sita em Portelas, União da Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes), no âmbito do processo ON/2022/382.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso –

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1082/24.5 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SANTGM - Investimentos Imobiliários Ld.ª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato referido no artigo 1º da P.I., com as legais consequências (ato proferido pelo Vereador Ricardo Santos em 12/06/2024, no âmbito do processo ON/2018/355, notificado à Autora em 12/06/2024, através do ofício nº 7035, e no qual foi ordenada a demolição das obras executadas em desacordo com o projeto aprovado.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1110/24.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld.ª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem anuladas as deliberações da CML de 20/02/2024 e 14/05/2024 que aplicaram à Autora a sanção pecuniária de € 119 304,75, em virtude do incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea f) do nº 2 da Cláusula 19ª e alíneas a), c) e d) do nº1 da Cláusula 51ª, ambas do caderno de encargos do contrato de concessão nº 05/2017(Parque de Campismo da Praia do Pedrógão).

Valor da ação:

119.304,75 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação administrativa nº 1121/24.0 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Cristina Pereira Gaio

Demandado / Arguido:

Agrupamento de Escolas da Caranguejeira- Santa Catarina da Serra;

Município de Leiria;

DGEST- Direção Geral dos Edstabelecimentos Escolares da Região Centro

Pedido:

Ser condenado a pagar à Autora a quantia de 15 500,00 € a título de indemnização de danos patrimoniais e morais, acrescidos de juros de mora a contar da citação. Também deve ser condenado a responsabilizar-se por todas as intervenções, tratamentos e despesas que venham a ser necessários para atenuar o agravemnto da situação de saúde da Autora, bem como todas as despesas médicas e medicamentosas que se relacionem com as sequelas do acidente descrito.

Valor da ação:

15.500,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1393/24.0BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Egídio Marques Pereira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Declarar-se a anulabilidade da ordem de demolição de anexo a tardo de sua moradia, sita na Rua do Carmo n.º 23, Casal da Cruz, decretada pelo Senhor Vereador das Operações Urbanísticas e Loteamentos, de 11/06/2024.

Valor da ação:

16.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1546/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Sandra Isabel Andrónico Casaca Matias Caseiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade- Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

Serem as R.R. condenadas solidariamente a pagar à Autora a quantia global de 372.052,79 €, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4%, a contar da citação até efetivo e integral pagamento de todas as quantias em dívida. Por fim, devem as R.R. ser condenadas no pagamento das custas e taxas de justiça do processo e nas custas de parte.

Valor da ação:

371.052,79 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Insolvência nº 1772/14.0TYLSB (CIRE), a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo do Comércio, Juiz 7

Apensos: Ação de verificação ulterior de créditos n.º 1772/14.0TYLSB- D,
Liquidação 1772/14.0TYLSB-H

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Insolvente: Albará, S.A. (antiga Moviflor- Comércio de Imobiliária, S.A.)

Pedido:

Reclamação de créditos

Valor da ação:

1.586,21 €

Estado:

Concluído – Aguarda diligências

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1630/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Patrícia Leonilde Mendes Caseiro

Luís Manuel da Silva Francisco

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Condenar-se o Ré Município de Leiria:

- a) A proceder às intervenções urbanísticas necessárias e materialmente adequadas, de acordo com as disposições técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, e em conformidade com "as leges artis", que se mostrem aptas a eliminar a fonte dos danos causados ao prédio dos Autores, tais como descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, designadamente que se mostrem aptas a permitir o escoamento das águas pluviais para poente, eliminando o ponto baixo e suprimindo o desvio do caudal para norte no alinhamento do muro dos Autores, precavendo, assim, a erosão dos solos a norte da Rua de Santo António, em Pousos, Leiria, nomeadamente mediante o reperfilamento e reformulação das valetas ali existentes, de modo a garantir aquele escoamento e, bem assim, mediante a colocação de um coletor de águas pluviais residuais, tudo com as legais consequências; e
- b) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos, descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, a quantia de € 86.000,00;
- c) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, a mínima de € 14.000,00;
- d) A pagar aos Autores juros de mora sobre as quantias referidas em b) e c), à taxa supletiva de juros civis de 4% ao ano, calculados desde a citação até efetivo e integral pagamento, tudo com as legais consequências.

Valor da ação:

100.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1659/24.9 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria (Providência cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo)

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve o procedimento cautelar ser julgado procedente por provado, decretando-se a suspensão de eficácia do ato administrativo constante da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Concluído – Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1663/24.7 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser decretada a anulação da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024, devidamente identificada nesta ação, mantendo-se em vigor o contrato de concessão nº 05/2017 (concessão de gestão e exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão), outorgado a 17/03/2017, com início a 01/05/2017 e termo a 01/05/2027.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NUI/CO/001613/24.0 EACBR

Demandante:

ASAE

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Falta de título de técnico de exercício físico, por parte de monitora (artigo 11º-1 da Lei nº 39/2012, de 28 agosto).

Valor da ação:

Coima de 8 000,00 € a 30 000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 684/12.7 TBLRA, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo de Execução de Ansão - J2

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. - Luís Alberto Henriques Magalhães

Pedido:

Ação Executiva para cobrança de rendas. Face à insolvência da “Solplay – Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.”, corre termos apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. Este Executado deduziu oposição à execução.

Foi requerida a substituição do Exequente “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM”, pelo Município de Leiria, o que foi admitido.

Em 21/03/2017, foi realizada a diligência de penhora de bens do Executado Luís Magalhães, que apresentou uma proposta de pagamento, aprovada por deliberação da CML de 03/04/2017. Nos termos da proposta aprovada, ficou estabelecido o pagamento do valor de € 400.000,00 euros, sendo 10.000,00 euros no acto da diligência de penhora e os restantes € 390.000,00 euros em 54 prestações de € 7.000,00 e uma última de € 12.000,00. De igual modo, pelo referido acordo, ficou estabelecido o penhor sobre os bens móveis penhorados ao Executado para garantia das obrigações assumidas. Atento o acordo celebrado foi declarada a extinção da instância.

Em 06/04/2018, foram efetuados pagamentos ao ML no total de € 59.000,00 euros, encontrando-se em mora as prestações de dezembro de 2017 a março de 2018.

Em 06/04/2018, foi requerida a renovação do proc execução para cobrança do valor total da dívida, face ao incumprimento do acordo de pagamento por parte do executado.

Em 03/05/2018, foi realizada nova diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, no decorrer da qual este apresentou nova proposta de acordo de pagam:

- a) As partes fixam a dívida em €341.000,00, correspondente ao valor de €400.000,00, fixado no anterior acordo, descontado das importâncias pagas pelo executado no seu cumprimento, no montante global de €59.000,00;
- b) Como princípio de pagamento, no dia da diligência, o executado efectuou a entrega de €15.000,00, por transferência bancária para conta da agente de execução;
- c) Até 08/06/2018, o executado obrigou-se a efectuar o pagamento adicional de €20.000,00, por transferência para a mesma conta, assim regularizando os pagamentos que estavam em falta até Abril de 2018, no âmbito do anterior acordo;
- d) Até 10/07/2018, o executado obrigou-se a pagar €5.000,00;
- e) O valor de €283.000,00 seria pago em 71 prestações mensais e sucessivas, no valor de €5.000,00, durante os meses de Maio a Outubro, e no valor de €3.000,00, durante os meses de Novembro a Abril, vencendo-se a primeira prestação em 10/08/2018 e as restantes no dia 10 dos meses subsequentes;
- f) No dia 10 do mês subsequente ao vencimento da 71ª prestação, o executado obriga-se a pagar o valor final de €18.000,00;

Desde a data da apresentação da proposta e até 30/09/2018, o Executado procedeu ao pagamento, por transferência para a Agente de Execução, de € 50.000,00, que foi por esta transferido para o Município de Leiria.

Em reunião da Câmara Municipal de Leiria, realizada em 02/10/2018, foi deliberado a aprovação da proposta de pagamento do Executado.

O acordo, redigido nos termos da deliberação aprovada, foi assinado por ambas as partes e junto ao processo.

Entre 19/10/2018 e 15/03/2021, o Executado pagou 88.000,00 €.

Em 17/05/2021, foi realizada a transferência de €1.000,00 relativa ao pagamento de 1/5 quinto da mensalidade de Agosto de 2020 (€5.000,00). Ficaram por liquidar €4.000,00 referentes a Agosto de 2020, bem como as prestações seguintes.

Após vários contactos tendo em vista a cobrança dos valores em dívida, em 25/10/2021, o Executado veio apresentar uma nova proposta de acordo de pagamento, propondo pagar o montante de €700,00/mês, durante dois anos, com início a partir de janeiro de 2022, findos os quais pagaria o remanescente numa prestação divisível por 24 meses. A proposta foi recusada.

Foi requerida a renovação da instância executiva e a penhora, com remoção, dos bens relacionados no auto de penhora elaborado no dia 21/03/2017, sobre os quais foi constituído penhor para garantia do acordo alcançado nos autos.

Em 17/05/2022, foi realizada diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, tendo este procedido ao imediato pagamento à AE de €2.500,00, ficando acordada a suspensão da diligência por 30 dias para apresentação de uma proposta.

Valor da ação:

651.255,88 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 563/12.8 TYLSB, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo de Comércio de Lisboa - J1

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.

Pedido:

Proferida sentença de aprovação de lista de créditos. Reconhecido o crédito no valor de €335.510,64.

Em 19/07/2017, foi apresentado requerimento para substituir a Leirisport pelo Município de Leiria, enquanto credora da insolvente. Foi deferida a substituição.

Por despacho de 28/02/2018, reiterado em 07/05/2018, o Tribunal veio fixar a remuneração e despesas do Administrador da Insolvência, e notificou-o para apresentar nova prestação de contas, tendo em atenção esses elementos.

Em 11/05/2020 e, novamente, em 16/09/2020, o Tribunal notificou o AI para vir informar qual o valor remanescente, destinado aos credores, para efeitos de rateio final.

Em 09/01/2021, o AI veio informar que a AT o notificou de uma vasta lista de dívidas fiscais do insolvente, das quais, no seu entender só uma dívida de IMI seria devida, pelo que a fixação do valor remanescente para rateio final estava dependente do tratamento a dar a estas dívidas e, em última análise, do resultado da sua eventual impugnação.

Em 19/03/2021, o MP em representação da AT, informou que as dívidas fiscais decorrem da actividade comercial da insolvente não ter sido encerrada em sede de IVA e IRS.

Em 28/05/2021, o AI veio prestar esclarecimentos acerca da cessação da actividade da insolvente.

Em 30/11/2021, o Tribunal despachou: a actividade da insolvente cessou em 31/08/2012, devendo AI informar quais as dívidas fiscais da massa insolvente a essa data.

Em 14/03/2022, o AI foi notificado para informar do saldo da conta da insolvência e apresentar proposta de rateio final.

Em 31/05/2022, o AI comunicou o saldo da conta da insolvência no montante de €197.121,34.

Em 09/08/2022, a AT enviou aos autos certidão descritiva das dívidas fiscais da Massa Insolvente, tendo por referência a cessação da actividade em 31/08/2012, no valor global de €458.248,16.

O AI reclamou contra a dívida fiscal, tendo o Tribunal ordenado a notificação da Comissão de Credores e, após esta, do MP, para se pronunciarem.

O Tribunal decidiu que não lhe compete dirimir o litígio acerca da existência ou não das dívidas fiscais.

O AI apresentou reclamação graciosa junto da AI contra as dívidas fiscais.

Valor da ação:

335.510,64 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Inquérito 551/24.1T9OER, a correr termos pelo DIAP de Oeiras - 2ª seção

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Luís Alberto Henriques de Magalhães

Pedido:

Em 26/02/2024, a AE promoveu a diligência de remoção dos bens, tendo encontrado a casa vazia.

Em 06/03/2024, o Tribunal ordenou o envio de certidão do processo para o MP, para efeitos de responsabilização criminal do Executado.

Em 26/08/2024, ML apresentou participação criminal pelo desaparecimento dos bens penhorados à ordem do processo de execução e relativamente aos quais o participado estava nomeado como fiel depositário, o que deu origem Processo nº 1848/24.6 T9OER, do DIAP de Oeiras, 1ª Seção. Esse processo foi apensado ao presente processo de inquérito.

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 12404/24.9 BELSB, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SNBS - Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores

Demandado / Arguido:

ADSE, Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP;

Município de Leiria e outros Municípios

Pedido:

Deve a ação ser julgada procedente, e em consequência:

- a) Deverão as Rés Município abster-se de proceder os descontos sobre os subsídios de férias e de Natal para a Ré ADSE;
- b) Deverá a Ré ADSE ser condenada a devolver aos Bombeiros o equivalente a 2 meses de descontos por cada ano.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 212/25.4T8LRA a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Cível de Leiria, Juiz 3

Demandante:

Conceição da Silva Franquinho e marido Fernando dos Santos Rainho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Junta de Freguesia de Amor

Pedido:

Deve a presente ação ser julgada procedente e, em consequência, condenarem-se solidariamente os réus a:

- a) reconhecerem que os A.A. são proprietários e legítimos possuidores do prédio identificado no artigo 1º da PI;
- b) Cessarem de imediato ou em prazo nunca superior a 30 dias ou outro que o Tribunal vier a fixar para o efeito, a ilícita ocupação e privação do normal uso desse prédio;
- c) Não impedirem por qualquer forma os A.A. de fazerem a ocupação e uso devidos desse seu prédio;
- d) Pagarem aos A.A. por tais ilícitas atitudes a título de danos patrimoniais e não patrimoniais por si já sofridos até 16/01/2025, a quantia global de € 14.000,00;
- e) Pagarem aos A.A. a título de indemnização de danos futuros que a tal título (patrimoniais e não patrimoniais) vierem a sofrer desde a data de que vier a ser fixada pelo tribunal para efetiva cessação das ilícitas violações dos RR.;
- f) Pagarem essa indemnização acrescida de juros à taxa legal desde a data da sua fixação até efetivo pagamento;
- g) Pagarem as custas legais e demais encargos com o processo.

Valor da ação:

15.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 122/25.5BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Gomes Gaspar, Ldª;

Fernando Graça – Sapatarias Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Aquino Construções, S.A.;

ZURICH INSURANCE PLC – Sucursal em Portugal;

Município de Leiria.

Pedido:

Devem os Réus ser condenados a:

A. Pagar à 1ª Autora:

- 1) O montante de € 13.853,63 referente à perda de mercadorias;
- 2) O montante de € 2.000,00 que se reporta a custos com a pintura dos imóveis;
- 3) Uma indemnização, a título de privação de uso dos imóveis, desde a data de 13.07.2022 e até trânsito em julgado da decisão proferida nos autos, no valor nunca inferior a €50/dia;
- 4) Juros moratórios vincendos, calculados sobre os valores supra referidos, desde a citação até integral pagamento.

B. Pagar à 2ª Autora:

- 1) O montante de € 24.792,57, ao qual acresce o valor referente a juros de mora vincendos desde a citação até integral pagamento.

Valor da ação:

40.646,20 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 3202/24.0T9LRA – DIAP de Leiria – 2.ª Seção de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Mário Gouveia Nobre

Pedido:

Processo crime por desrespeito de embargo de obra. Deu origem a processo de contraordenação PCO n.º 58/CO/2024, que o ML enviou para o MP com a participação crime.

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 251/25.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís da Silva Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser provada a ação e, em consequência:

A) Ser decretada, em via principal, a anulação do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024;

B) Condenar-se o Réu à prática dos seguintes atos administrativos devidos:

B1) Designação do Autor, em regime de substituição, no cargo de Diretor do Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DEGCO), até conclusão do procedimento concursal com a referência PC.01.2022 ou até 45 dias após a entrega pelo júri respetivo da proposta de designação de diretor em regime de comissão de serviço;

B2) Implementar os ulteriores termos, após apresentação de candidaturas, do procedimento concursal com a ref. PC.01.2022;

C) Condenar o Réu a indemnizar o A., em danos patrimoniais e não patrimoniais, que ascendem, nesta data, a 29.666,97€, também em consequência da ilegalidade, e conhecer por via principal ou incidental, da ilegalidade do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024, nos juros vincendos, à taxa legal, após citação e até efetivo e integral pagamento e, bem assim, nas diferenças, vincendas, entre os valores auferidos pelo Autor e as que este auferiria mantendo o cargo de Diretor do DEGCO;

D) Condenar o Réu nas custas e demais encargos legais.

Valor da ação:

29.666,97 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Proc. 1020/24.5 PBLRA, a correr termos no DIAP LEIRIA- 1ª Secção

Demandante:

Verónica Ferreira Marques

Demandado / Arguido:

António Rafael Amaral Guerra

Pedido:

Difamação a Técnica da CPCJ (tráfico de seres humanos, na pessoa do menor xxxxx, para fins de exploração sexual)

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 472/25.0 BELRA a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Loft XXI- Sociedade Imobiliária, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato administrativo impugnado (que o edifício sito na Rua das Olarias, 40 e 42, em Leiria foi considerado devoluto, nos termos do artigo 2º do DL nº 159/2006, de 08 de agosto, na redação do DL 67/2019, de 21 de maio), notificado através do ofício n.º 30904 de 05/02/2025 (prédio continua na lista de edifícios devolutos, no ano fiscal de 2024), com as legais consequências.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 3217/25.1T8CBR, a correr termos no Tribunal de Trabalho de Coimbra

Demandante:

José Paulo Ferreira Lopes de Moura e Sá

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Horizonte Itinerante Unipessoal Ld.ª

Pedido:**PEDIDO PRINCIPAL:**

- A. Ser declarado que o PCPP, ao qual o A. estava adstrito e prestava trabalho ao serviço da 2ª Ré, até 05/05/2025, configura um estabelecimento/unidade económica, no stermos e para os efeitos do disposto no artigo 285º CT;
- B. Ser declarado que a posição de empregadora no contrato d etrabalho celebrado entre A. e a 2ª Ré, em 01/05/2015, se transferiu para a 1ª Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e exploração do PCPP nº572017 e da posse administrativa pela 1ª Ré do estabelecimento em 05/05/2025;
- C. Ser declarada ilícita a recusa da 1ª ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral após 05/05/2025;
- D. Ser reconhecido que, por força do não reconhecimento pela 1ª Ré da transmissão da posição de empregador e da recusa da 1ª Ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral, o A. foi ilicitamnete despedido pela 1ª Ré, declarando-se a ilicitude do despedimento;
- E. Ser a 1.a Ré condenada a reintegrar o Autor ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou ser a 1.a Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência final de julgamento;
- F. Serem as RR. solidariamente condenadas a pagar ao A. as seguintes quantias:
- a. As retribuições que o Autor deixou de auferir desde a data do despedimento ilícito (05-05-2025) até ao trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida pelo tribunal;
 - b. A título de abono de falhas, a quantia total ilíquida de €4.037,41;
 - c.A título de prémio de conhecimento de línguas, a quantia total ilíquida de €4.699,55;
 - d. Pela diferença entre os montantes de subsídio de alimentação pagos entre fevereiro 2017 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito, a quantia total ilíquida de €2.946,38;
 - e. Pela diferença entre os montantes de remuneração base recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €3.618;
 - f. Pela diferença entre os montantes de subsídio férias e subsídio Natal recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €284 relativa ao subsídio férias e quantia total ilíquida €367 relativa ao subsídio Natal;
 - g. a quantia total ilíquida de €1.437,80, pela diferença entre os montantes de retribuição especial pela isenção do horário de trabalho recebidos entre janeiro 2022 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito;
 - h. A quantia não inferior a 5.000,00€, a título de danos não patrimoniais causados ao A. em virtude da conduta das 1ª e 2ª Rés, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efetivo e integral pagamento;
 - i. A quantia ilíquida de 219,00€, relativa à remuneração mensal dos 5 dias de trabalho prestados em maio 2025 até à posse administrativa;

j. A quantia ilíquida de 150,00€ , relativa ao subsídio de alimentação de maio 2025; k.A quantia ilíquida de 43,80€, relativa à retribuição específica pela isenção de horário de trabalho, no período compreendido entre 1 e 5 de maio 2025;

l.A quantia ilíquida de 1.720,15€, relativa aos 24 dias de férias vencidos entre 2016 e 2023, não gozados pelo A.;

m.A quantia ilíquida de 1.075,096, relativa aos 18 dias de férias vencidos em 01/01/2024 e não gozados pelo A.;

n. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa à retribuição de férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

o. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa ao subsídio férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

p. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa à retribuição de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

q. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa ao subsídio de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

r.A quantia ilíquida de 547,50€, relativa ao subsídio Natal, proporcional ao tempo de serviço prestado no ano 2025, caso o A- venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

s. E, bem assim, os juros de mora vencidos e vincendos, calculados à taxa legal civil, desde a data de vencimento de cada uma das prestações acima identificadas nas alíneas a) a g) e i) a r), e, depois, até efetivo e integral pagamento.

PEDIDO SUBSIDIÁRIO:

Subsidiariamente, caso assim se não entenda, e se considere que a posição de Empregadora assumida pela 2ª Ré no contrato de trabalho celebrado com o A. em 01 /05/2015 não se transmitiu para a 1º Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e da exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, sempre deverá:

A. Ser declarado ilícito o despedimento efetuado pela 2.a Ré, e, em consequência ser a 2.ª Ré condenada a reintegrar o A. ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou, em caso de impossibilidade, naquele que se situe mais próximo daquele em causa, sem prejuízo da sua categoria profissional e antiguidade, com pagamento das despesas inerentes à transferência de local de trabalho, ou ser a 2ª Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência julg.

B. Ser a 2.a Ré condenada a pagar ao Autor as quantias referidas no pedido principal.

Valor da ação:

50.534,48 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 522/26.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Centro Cultural e Recreativo das Almoinhas

Pedido:

Reversão de direito de superfície

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1084/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ideal Mercantil Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem declaradas anulados os atos acima identificados no artigo 1.º, com as legais consequências.

Atos impugnados constantes do artigo 1.º: a) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo VI/2019/1 no qual, além do mais, foi determinada a tomada de posse administrativa, para o dia 07/05/2025, dos prédios sitos no lugar de Arrabalde da Ponte, da União d freguesias de Marrazes e Barosa, inscritos nas matrizes urbanas 1702 e 2615, da dita União de Freguesias, com vista aos seguintes trabalhos- Demolição total das ruínas com remoção do respetivo entulho, do prédio a nascente; limpeza total do espaço; remoção ou substituição e reparação das chapas de vedação metálica existentes a norte das edificações;

b) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo PA 73/2025 e 23/FIS/2025, no qual, além do mais, ordenou o embargo total das obras em execução nos prédios e determinou fosse dado conhecimento à A. que deveria dar cumprimento à intimação para realização de trabalhos urgentes notificada através do ofício 12180, de 07/10/2024, ou seja, precisamente o que estava a ser levado a cabo pela A.;

c) Ofício subscrito em 04/06/2025 pela Senhora Chefe de Divisão de Apoio Técnico à Gestão Urbanística que procedeu à liquidação e comunicação à Autora, acompanhada da respetiva ordem d pagamento, das despesas efetuadas pelos serviços técnicos municipais, na sequência da posse administrativa e execução coerciva das obras nos Prédios.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Oposição

Demandante:

Ideal Mercantil

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Em data não apurada, o ML remeteu à AT Certidão de Dívida para instauração de Execução Fiscal, pela falta de pagamento voluntário da fatura FTI0000325/3202, emitida 04/06/2025, referente a trabalhos executados coercivamente, determinados por despacho datado de 23/09/2024, proferido em sede do Processo VI/2019/, pelo Vereador Eng. Ricardo Santos.

Na sequência da remessa pelo ML da adequada certidão de dívida, a Administração Fiscal autuou o PEF 3255202501342860.

Em 08/09/2025, a Executada apresentou, no SF Lisboa 10, Oposição Judicial à Execução. Pedido- Que a Oposição à Execução seja julgada totalmente procedente.

Requerimento para prestação de garantia (penhor de obra de arte), a fim de suspender a execução.

Valor da ação:

18.924,53 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1184/25.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Maria Lúcia Lopes de Almeida Tiago

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

O Réu ser condenado:

- a) A pagar à A. a quantia de €136.640,05, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescida de custas, procuradoria condigna e até efetivo e integral pagamento;
- b) A pagar à A. o que se vier a remeter para liquidação a título de danos futuros, tratamentos, consultas, medicamentos, cirurgias, exames, deslocações, incapacidades temporais e perdas salariais, não contempladas em a).

Valor da ação:

136.640,05 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 206/26.2T8ANS a correr termos no Juízo de Execução de Ansão do Tribunal da Comarca de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Ondagulosa, Lda.

Pedido:

Cobrança de rendas - 2 faturas de fevereiro de 2021 da loja 0.15 e 0.16 do Centro Cultural Mercado de Sant' Ana, no valor de 329,26€

Valor da ação:

329,26 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 49/23.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Filipa Gameiro Fernandes e Bruno Cunha Costa

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade – Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

- A) Os Réus ser condenados a pagar solidariamente aos AA. a quantia de €20.600,00 (vinte mil e seiscentos euros);
- B) Bem como deverá acrescer os juros vencidos e vincendos desde a data da citação até integral pagamento;
- C) Custas e procuradoria condigna a favor dos AA.

Valor da ação:

20.600,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Contraordenação ASAE NUI/CO/000346/25.5EACBR

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Horizonte Itinerante Lda.

Pedido:

Decisão de processo contraordenacional instruído pela ASAE

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1327/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Associação de Moradores da Urbanização da Boucharia

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e AMITEI – Associação de Solidariedade Social de Marrazes

Pedido:

Se digne deferir o pedido formulado e consequentemente determinar a suspensão de eficácia dos atos em causa, cedência do direito de superfície da parcela identificada na deliberação da CML de 23.01.2024 e licenciamento da obra para ali prevista e em concreto decretar o embargo imediato da obra que corresponde ao processo de obras n.º 0N/2022/925.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 5627/25.5T9LRA, a correr termos no Juízo do Trabalho de Leiria - Juiz 3

Demandante:

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Coima aplicada no valor de €40.800,00, por violação do artigo 285.º do Código do Trabalho (CT). Infração muito grave, nos termos do artigo 285.º-11 b) do CT.

Valor da ação:

40.800,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 169/25.1 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Hugo Manuel Guerra Afonso

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser o ML condenado a contabilizar os pontos relativamente às avaliações de serviço obtidas enquanto ex-militar, para efeitos de atribuição de reposicionamento remuneratório (SIADAP)

Deverá ainda ser condenado a pagar ao Autor as diferenças entre o que auferiu mensalmente e o que deveria ter auferido, desde 1 de janeiro de 2021, acrescido de juros de mora.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º 000253/26.4EACBR, a correr termos na ASAE

Demandante:

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de inspeção versada sobre os empreendimentos turísticos, a ASAE deslocou-se ao Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, aplicou contraordenação por oferta de serviços de alojamento turístico sem título válido de abertura, com coima entre 8.000,00 a 30.000,00 €, simultaneamente com a coima e em função da gravidade da infração e da culpa poderão ser determinadas uma ou mais das sanções acessórias previstas no (s) diploma(s) violado(s).

Valor da ação:

Coima de de 8.000,00 € a 30.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo de Insolvência n.º 1596/26,2T8LRA a correr termos no Juízo de Comércio - Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Gilmara de Oliveira Amorim

Pedido:

Candidatura ao FMES: comprovativo da aquisição de bens essenciais e rendas correspondente ao mês de fevereiro de 2023. A Insolvente obrigou-se a apresentar ao Município de Leiria nos 30 dias imediatos os documentos comprovativos da realização dessas despesas. Não entregou os documentos comprovativos da realização dessas despesas, no valor total de €535,00, dentro do respetivo prazo.

Valor da ação:

535,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 941/26.5 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Fernando Manuel Pereira Gaio

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Ser declarada a ilegalidade do despacho proferido em 19/02/2026, pelo Vereador do ML (que determinou a demolição imediata da edificação sita na Rua D. Pedro de Castilho, Longra, Carenguejeira) e da subsequente atuação administrativa material do Réu;
- b) Ser o Réu seja condenado no pagamento de indemnização ao Autor pelos danos patrimoniais sofridos, em montante a fixar equitativamente pelo Tribunal, mas nunca inferior a 55.000,00 €;
- c) Ser o Réu seja condenado no pagamento de indemnização ao Autor pelos danos não patrimoniais sofridos, em montante a fixar equitativamente pelo Tribunal, mas nunca inferior a 5.000,00 €;
- d) Ser o Réu condenado no pagamento de juros de mora desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- e) Ser o Réu condenado me custas e demais encargos legais.

Valor da ação:

60.000,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º 000258/26.5GIA, a correr termos no IGAMAOT

Demandante:

Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

A IGAMOT aplicou contraordenação ambiental grave por deposição de RCD em aterro em violação do disposto do n.º 3 do artigo 51º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro - Anexo I (a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020), na redação dado pelo Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março, sancionável, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 22º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com redação dada pela Lei nº 114/2015, de 28 de agosto, com coima entre 12.000,00 € a 72.000,00 €, em caso de negligência e de 36.000,00 € e 216.000,00 €, em caso de dolo e ainda eventual aplicação das seguintes sanções acessórias.

Valor da ação:

Coima de 12.000,00 € a 72.000,00 € (em caso de negligência), de 36.000,00 € a 216.000,00 € (em caso de dolo)

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º PCP.278.GPCO/26, a correr termos na ANEPC

Demandante:

Autoridade Nacional de Emergência e Projeção Civil

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

A ANEPC aplicou contraordenação por deficiente funcionamento ou manutenção dos equipamentos da rede de incêndio armada do tipo carretel, em violação do disposições expressas na alínea r) do art.º 2, alínea c) do n.º 1 do art. 3º alíneas a) e b) do n.º 4 do art. 8º e alínea r) do n.º 1 do art. 25º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, alterado e republicado pela Lei n.º 123/201, de 18/100, com nova redação introduzida pelo art. 94º do Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29/01, conjugadas com os art. 164º e art. 167º do Regulamento Técnico do SCIE, aprovado em anexo à Portaria n.º 1532/2008, de 29/12, atentas as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020, de 02/06. com coima entre 4.000,00 € a 8.000,00 €.

Valor da ação:

Coima de 12.000,00€ a 72.000,00€ (em caso de negligência) e de de 36.000,00€ a 216.000,00€ (em caso de dolo)

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Recurso de contraordenação n.º 5358/25.6T9LRA

Demandante:

Ministério Público

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Com fundamento em alegada violação da proibição de publicidade institucional em período eleitoral, conduta que constitui infração contraordenacional prevista no artigo 10.º, n.º 4 e punida pelo artigo 12.º, ambos da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, foi instaurado processo de contra-ordenação e o Ministério Público instaurou Recurso de Contra-ordenação.

Valor da ação:

Coima de 15.000,00€ a 75.000,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 855/18.2BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Primaworld, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso – aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 891/22.4BELRA

Demandante:

Pinta do Oceano, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

3.350,75 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 746/15.9BELRA,
a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

LCC - Leiriashopping - Centro Comercial

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 969/22.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Carlos Miguel Gameiro Martinho Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

58.900,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 968/22.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Paula Alves Mendes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

10.950,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 1899/24.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Joviality, Unipessoal, Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

13.987,57 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 776/23.7BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Lourenço das Neves Vicente

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

9.845,87 €

Estado:

Em curso - Aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1632/24.7T8LRA, a correr termos no Juízo de Comércio de Leiria – Juiz 2

Demandante:

Município de Leiria (e Outros)

Demandado / Arguido:

VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Pedido:

Ser declarada a nulidade e/ou anulabilidade das deliberações tomadas na assembleia geral realizada em 26 de março de 2024, nomeadamente as vertidas nos pontos 1 a 3 da ordem de trabalhos: deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas referentes ao exercício de 2023; deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados; e, apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade.

Mais requer que a Ré seja notificada para apresentar a ata da assembleia geral, nos termos previstos no artigo 59.º, n.º 4, do CSC, uma vez que, apesar de já ter sido interpelada para o envio da mesma, ainda não o fez, não sendo, por isso, possível aos Autores proceder à sua junção.

Requer que a Ré informe os autos acerca da identificação do seu contabilista certificado, para que o mesmo seja notificado para ser inquirido como testemunha.

Valor da ação:

30.001,00 €

Estado:

Remetido a “Teófilo Araújo dos Santos & Associados” - Em curso - aguarda a prolação de sentença

Decisão final:

Não previsível



15

**INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE A
ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No âmbito das funções constitucionais e regimentais que lhe estão conferidas, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria participou, durante o período em análise, nos trabalhos e reuniões de âmbito institucional e intermunicipal, designadamente nas reuniões da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal de Leiria, no Conselho de Administração dos SMAS, na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e na Valorlis.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

No período compreendido entre 1 de abril e 31 de maio de 2026, a Divisão de Comunicação e Relações Públicas assegurou o acompanhamento comunicacional da atividade municipal, com especial incidência na informação pública, relação com os órgãos de comunicação social, comunicação digital, apoio a projetos estratégicos, desenvolvimento gráfico e multimédia e articulação com fornecedores.

A atividade desenvolvida incidiu em áreas como ambiente, mobilidade, proteção civil, ação social, saúde, educação, cultura, juventude, economia, habitação, freguesias, espaço público, espaços verdes, transparência e recursos humanos.

1. Produção de conteúdos e assessoria de comunicação

No período em análise, destaca-se:

- Redação, revisão e divulgação de notas de imprensa, convites institucionais e conteúdos de apoio à atividade municipal;
- Acompanhamento das reuniões de Câmara e de iniciativas públicas com presença do Executivo Municipal;
- Gestão dos pedidos dos órgãos de comunicação social, incluindo recolha de informação, preparação de respostas e articulação com os serviços municipais;
- Atualização de conteúdos no site institucional do Município;
- Divulgação de iniciativas municipais nos canais digitais do Município;
- Apoio à comunicação de eventos, sessões públicas, projetos municipais e iniciativas de proximidade.

2. Comunicação associada à depressão Kristin e ao processo Reerguer Leiria

A resposta municipal aos impactos da depressão Kristin constituiu uma das áreas de maior relevância comunicacional no período em análise.

No período em análise, destaca-se:

- Produção e divulgação de informação pública sobre medidas municipais associadas à resposta aos impactos da depressão Kristin;
- Comunicação de ações de recolha de resíduos e de intervenção no território;
- Planeamento e implementação de ações de comunicação relativas às AIGP e OIGP;
- Desenvolvimento do projeto “Memórias das Tempestades”;
- Comunicação da exposição “Reerguer Leiria” e de materiais institucionais associados;
- Criação de materiais gráficos e suportes de identificação, incluindo materiais do Pavilhão do GCAL e projeto de oferta institucional “Reerguer Leiria”;

- Reforço de uma narrativa pública centrada na recuperação, resiliência e reerguimento do concelho.

3. Comunicação digital e redes sociais

A Divisão assegurou a gestão editorial dos canais digitais do Município, com produção, adaptação e calendarização de conteúdos para diferentes plataformas.

No Facebook do Município foram registados os seguintes dados:

- Abril: 139 publicações, 94 877 seguidores, 1 980 690 visualizações, 18 583 interações e 539 novos seguidores;
- Maio: 189 publicações, 95 016 seguidores, 2 256 361 visualizações, 22 172 interações e 630 novos seguidores.

No Instagram do Município foram registados os seguintes dados:

- Abril: 117 publicações, 47 129 seguidores, 1 492 091 visualizações, 30 083 interações e 756 novos seguidores;
- Maio: 144 publicações, 47 443 seguidores, 2 276 162 visualizações, 51 912 interações e 1 306 novos seguidores.

Nota: os dados de seguidores de abril foram recolhidos no dia 29 e os de maio no dia 19.

4. Projetos estratégicos e conteúdos institucionais

A Divisão participou na estruturação e comunicação de diversos projetos municipais, nomeadamente:

- “Autarquia de Leiria Vista por Dentro”, incluindo desenvolvimento de conteúdos e preparação da candidatura ao Prémio Autarquia do Ano;
- “Leiria Repara”, com preparação do plano de comunicação e articulação com a empresa ESRI;
- “Reminder”, na área da ação social;
- “SAAS” e “+ Perto de Si”, com desenvolvimento de identidade e materiais de comunicação;
- “Orienta-te”, na área da educação;
- Plano de Comunicação Interna, em fase de recolha de contributos;
- Reforço da comunicação do projeto “Transporte a Pedido”;
- Comunicação do Ecocentro Móvel de Leiria;
- Comunicação associada a obras municipais e projetos de requalificação.

5. Comunicação de proximidade e apoio à atividade municipal

Foram acompanhadas várias iniciativas de proximidade e ações públicas, com preparação de conteúdos, registo fotográfico, apoio gráfico e divulgação institucional.

Destacam-se:

- “Câmara Aberta”, com conteúdos, apresentações de suporte e divulgação fotográfica;
- Sessão solene do Dia do Município;
- Iniciativas associadas ao 25 de Abril;
- Ações nas áreas do ambiente, mobilidade, prevenção rodoviária, proteção civil e segurança;
- Preparação de materiais relacionados com a Bandeira Azul;

- Divulgação da programação cultural, da Leiriagenda e de iniciativas nos espaços culturais.

6. Design, multimédia e identidade visual

A equipa de design e multimédia desenvolveu soluções gráficas, digitais, audiovisuais, expositivas e de sinalética para projetos e iniciativas municipais.

Destacam-se:

- Materiais gráficos e expositivos associados ao “Reerguer Leiria”;
- Comunicação visual para “Leiria Sobre Rodas 2026”, “Gathering Super Cars”, “Concertamos Juntos”, “Lancheira Saudável” e “Leiria Kids”;
- Desenvolvimento de materiais para exposições, incluindo “O Quê? De Jeff van Weereld”, Museu Imaginários, Exposição Abílio Febra, Exposição António Bracons e Exposição Fabião;
- Produção e edição de vídeo sobre a oferta de ensino profissional de Leiria, abertura do Castelo e conteúdos multimédia para as comemorações do Dia da Cidade;
- Desenvolvimento de sinalética para o Mercado Municipal, posto de Turismo de Monte Real, Unidade de Saúde da Carreira e Bombeiros Sapadores na marginal da Praia do Pedrógão;
- Criação de materiais institucionais, incluindo estacionário, ofertas e suportes de identificação.

7. Relação com fornecedores e requisições

No âmbito da execução de projetos de comunicação, foram acompanhados procedimentos de contratação e fornecimento contínuo nas áreas de impressão, publicidade em órgãos de comunicação social de âmbito regional e serviços de vídeo/streaming.

Foram registados os seguintes procedimentos junto de fornecedores:

- BIGBRAND – Lote 1: 28
- BIGBRAND – Lote 2: 9
- BRINDICIS: 23
- FIG: 0
- PIXEL EXTRIDENTE: 3

No mesmo período, foram registadas 35 requisições, distribuídas da seguinte forma:

- Jornais e publicidade: 13
- Vídeo, fotografia e locução: 2
- Outros procedimentos: 20

DIVISÃO DE TURISMO E EVENTOS

I - Instalações

Quinta do Faria | EcoParque Leiria – Caranguejeira – Gestão Diária do Espaço com enfoque para a manutenção geral e vedação do espaço total da Quinta do Faria; Gestão de Reservas de Ocupação do Espaço; Reuniões com Projetistas e Equipa Técnica de Piscinas Biológicas para conclusão do projeto global de implantação do projeto Ecoparque Leiria-Caranguejeira; Reuniões com os SMAS para realização dos

estudos técnicos necessários para proceder à ligação de água e esgotos da rede à Quinta; Procedimentos associados à limpeza e recuperação das infraestruturas danificadas no âmbito da tempestade Kristin;

Parque de Campismo da Praia do Pedrógão - Gestão Diária do equipamento e das relações com os clientes; Apoio à equipa da divisão de manutenção com recolha, identificação e solicitação de orçamentos de serviços necessários à recuperação do Parque (vedações, construção civil, eletricidade, incêndio, entre outros); Finalização das MaPs para envio a ANEPC e aquisição de todos os equipamentos necessários à realização de vistoria para reabertura do Parque; reuniões de conclusão do projeto de arquitetura dos novos balneários; definição da data de reabertura para a época balnear 2026 a 3 de julho;

II – Eventos

Gathering Supercars – coordenação operacional e apoio logístico ao evento Gathering Supercars, garantindo a articulação com parceiros, a gestão de espaços e a operacionalização das condições necessárias à sua realização. A intervenção incluiu ainda o acompanhamento da produção do evento, o apoio à comunicação e a monitorização das atividades no terreno, contribuindo para o sucesso da iniciativa e para a sua afirmação enquanto evento âncora na promoção turística de Leiria; Dados | 240 Supercarros | 440 participantes | 30.000 visitantes estimados;

Praça da Gastronomia Reerguer Leiria – Desenho e Implementação da Planta do evento; Gestão dos fornecimentos de equipamentos e serviços; Gestão dos contratos e das ativações com patrocinadores de serviços – SuperBock e MEO; Implementação do Regulamento Geral do Evento e dos respetivos concursos públicos para conceção de espaços às Associações, Clubes e IPSS (13 Associações); Gestão do Programa de Animação;

Concertamos Juntos – Planeamento Global do evento com a Vodafone, MOT, Ritmos, CIMRL e parceiros CML (SB e Repsol); Operacionalização das condições logísticas necessárias ao evento; Angariação de Parceiros para o evento no âmbito do Reerguer Leiria (SB e Repsol – 30.000€ para apoio à produção; Contratação de serviços de produção do evento; suporte à comunicação e a monitorização das atividades no terreno; contribuindo para a valorização cultural da iniciativa e para o reforço da oferta turística do concelho. Dados | 35.000 pax;

Leiria Kids Festival - Planeamento global do evento em coordenação com a Junta de Freguesia e *stakeholders* do projeto; Definição do Plano de Comunicação; Definição do Plano de Bilhética e dos canais de venda; Aquisição de serviços diversos; Definição do Programa Geral – implementação do novo estrutura de palco (Palco Anta), integração de atividades dos parceiros no evento (AOC, Leirishopping, AMC e outras, atividades noturnas em parceria com a Musicalmente, ampliação do espaço “Praia” com insufláveis de água, ampliação dos mini palcos dedicados a atividades musicais (8); Implantação da nova planta do evento com alteração dos espaços de Palco Leiria Kids e Zona de Ativação de Patrocinadores;; Reuniões de preparação com o movimento associativo local; Formulação do protocolo de utilização da Quinta do Faria; Gestão e Produção do Evento;

Festival da Sardinha – Definição do Programa Geral; Definição e concretização do plano geral de Aquisição de serviços diversos; Estudo para a implantação da nova Planta do evento – mais área na Praça da Gastronomia para acomodar os comensais, redução das estrutura física do palco e novo desenho do espaço de cozinha e de apoio aos operadores; Planeamento global do evento em coordenação com a Junta de Freguesia e *stakeholders* do projeto; Implementação do Plano de Comunicação do evento com o GRPC;

VIVÓ VERÃO – Preparação das ações de promoção e dinamização da Praia do Pedrógão – Carnaval de Verão e Festa Silenciosa; Realização de reuniões de planeamento com os *stakeholders*; Aquisição de serviços e de equipamentos para os eventos, bem como, a preparação do Programa geral; Definição do Plano de Comunicação; Preparação de Procedimento de Aquisição de Serviços e Produtos;

III – Marcas

É DE LEIRIA – Gestão da Campanha de promoção dos produtos endógenos de Leiria (Morcela de Arroz, Brisas do Lis, Leitão da Boa Vista); Aquisição de serviços para a ativasções; Operação e Gestão da participação do ML em diversas ações: Festival de Gastronomia de Valenton, Jogo Portugal vs Nigéria, Think Conference 2026 e Novas 7 Maravilhas de Portugal com os Produtos; Morcela de Arroz de Leiria – Definição do Plano de Comunicação e de Ações de promoção da marca; Reuniões com a entidade que irá apoiar o processo de certificação da Morcela de Arroz, QUALIFICA e ADAE;

Visite Leiria | Turismo | Definição do Plano de Comunicação e de ações a realizar em 2026; Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage*; Implementação de ações de promoção do território em parceria com o operador internacional, Hoteleiros de Leiria e Turismo do Centro; Presença em diversas ações do Turismo do Centro – Vê Portugal – Fórum do Turismo Interno. Preparação da presença no evento de apresentação da edição 2027 da Bolsa de Turismo de Lisboa; estruturação do projeto e na recolha e análise de informação de suporte, considerada essencial para o diagnóstico do território e definição de linhas estratégicas. Este processo incluiu a preparação de um relatório de performance turística, com recolha de dados sobre eventos, indicadores turísticos e estudos de perfil do visitante, bem como a realização de reuniões técnicas de arranque e acompanhamento com a equipa do IPDT, nomeadamente no Reunião de Arranque - Estratégia de Turismo Leiria e sessões subsequentes de trabalho, como a Reunião IPDT/CMLeiria - Estratégia Turismo, que têm permitido validar metodologias, alinhar objetivos e dar continuidade ao desenvolvimento da estratégia.

Outras Ações

1. Pavilhão Carlos Neto – definição do programa de eventos culturais para o recinto em 2026;
 1. Apoio à Produção do Leiria Master Padel (abril/maio);
 2. Produção do Programa de Televisão “Gozar com quem Trabalha” da SIC com a presença de 1.400 pax;
 3. Apoio à produção do evento empresarial Conversas com o Fomento que contou com a presença de mais de 1.000 empresários, Ministro da Economia, Primeiro-Ministro e Presidente da República;
2. Jogo Estádio – Portugal vs Nigéria – Apoio à organização geral do evento com especial incidência no Plano de Mobilidade, Segurança e Ativações;

DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ÀS FREGUESIAS

A Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos e às Freguesias tem a seu cargo o serviço de atas da Câmara Municipal, a ligação com as freguesias e delegação de competências, entre outras.

Passaremos a apresentar, de forma sumária, a atividade desenvolvida no período em análise.

Atuação transversal da divisão

Neste período, no que se refere à atuação transversal da divisão, serão de destacar as seguintes atividades:

- Continuação dos trabalhos de revisão dos estudos de recursos subjacentes a alguns Contratos Interadministrativos;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à monitorização e discussão de melhorias no âmbito da Transferência de Competências e da Delegação de Competências;
- Trabalhos no âmbito da Comissão da Transparência e Integridade;

Serviço de Atas

O Serviço de Atas desenvolveu no período em análise o seu trabalho em torno das seguintes atividades:

SERVIÇO DE ATAS	
INDICADOR	RESULTADO
N.º de deliberações	234
N.º de atas aprovadas	6
N.º de reuniões ordinárias	4
N.º de reuniões extraordinárias	0
N.º de reuniões descentralizadas (*)	2
N.º de reuniões com possibilidade participação do público	2
N.º de reuniões com efetiva participação do público	2
N.º de intervenções do público	6
N.º de presenças do público	34
N.º de Ordens de Trabalho para sessões AM	1
(*) Reunião Câmara Aberta na Bidoeira (06/04/2026) e Caranguejeira (04/05/2026)	

No âmbito do **serviço de atas** destaca-se ainda:

- O levantamento de apoios não financeiros atribuídos a diversas entidades;
- A anonimização de todos os dados pessoais presentes nos documentos referentes às reuniões de câmara publicados na área pública do site do Município de Leiria, em cumprimento do RGPD;
- A 3.ª edição do programa #CâmaraAberta.

Ligação com freguesias e delegação de competências

No período em análise foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Transferência e delegação de competências	N.º deliberações/despachos de delegação de competências	0
	N.º deliberações/informações relativas a transferência de competências	0
	N.º comunicações DGAL - transferência de competências	0
Delegação de competências - contratos interadministrativos	N.º de procedimentos negociação iniciados	20
	N.º de novos contratos celebrados	9
	N.º de adendas/modificações celebradas	11
	N.º de relatórios de execução física e financeira analisados	35
	N.º reuniões realizadas com executivo e gestores	2
N.º de Novos Contratos: CI Proteção Civil - 9 contratos; N.º de Adendas/ modificações celebradas: Proteção Civil – 11 adendas		

Relativamente à Delegação de competências – contratos interadministrativos, informa-se que foram celebrados contratos novos com 9 Freguesias/ União de Freguesias, ao abrigo da Lei 25-A/ 2025, no âmbito do CI – Proteção Civil e Gestão de Fogos Rurais. No mesmo período, foram celebradas 11 adendas ao mesmo contrato interadministrativo.

No âmbito das **freguesias** destaca-se a realização de Reuniões Temáticas com Eleitos e Técnicos das Freguesias 2025-2026 sobre os temas:

TEMÁTICA	FREGUESIAS REPRESENTADAS	INSCRITOS	PARTICIPANTES	% FREQUÊNCIA
Recursos Hídricos	13	33	26	79%
Urbanismo e Toponímia	17	38	38	100%

DIVISÃO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL

DESPACHO N.º 3924/26 DE 25 DE MARÇO- PROGRAMA NACIONAL DE LUTA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA RAIVA ANIMAL E OUTRAS ZOONOSES (PNLVERAZ)

Após emissão de despacho 3924/2026 da DGAV, deu início à organização da campanha PNLVERAZ nas instalações do Centro de Recolha Oficial (Canil Municipal) de Leiria e nas diversas Juntas de Freguesias do

Município de Leiria. Mobilização de recursos humanos e transporte nas diversas datas assinaladas no Edital referente à Campanha.

Intervenção no âmbito do Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) de colónias felinas

Os serviços do CRO encontram-se a intervir em colónias felinas através do Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução), em conformidade com a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, e com a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que promovem a esterilização como método de controlo da população de gatos errantes. As ações desenvolvidas incluem a captura, esterilização, identificação, monitorização e devolução dos animais ao seu local de origem, contribuindo para o bem-estar animal, a redução da reprodução descontrolada e uma gestão sustentável das colónias felinas. Os serviços encontram-se a intervir nos Capuchos e Prisão Escola.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Atividades desenvolvidas de 01.04.2026 a 31.05.2026

Descrição e quantificação das ações de Fiscalização	
Processos Urbanismo	351
Atribuição de N.º de Polícia/Toponímia	109
Certidões	85
Licenciamento Zero	7
Publicidade	-
Autos de Participação/Notícia	1
Autos de Embargo/Remoção	1
Notificações	11
Reclamações/Queixas	127
Ambiente	14
Viaturas Abandonadas	47
Gestão de Combustíveis	95
TOTAL	836

Resumo
Foram executadas cerca de 1003 ações de fiscalização para informar os 836 processos acima discriminados
Realizadas 16 ações de fiscalização aos depósitos de RCD's após tempestade kristin

DIVISÃO DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

Durante o período em análise, as ações mais relevantes desenvolvidas pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco (DIAGR) foram as seguintes:

1. Cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, incluindo:

- a) Avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos do Município de Leiria com elaboração do relatório final e submissão ao Responsável pelo Cumprimento Normativo;
- b) Elaboração do relatório de avaliação do Sistema de Avaliação do Programa de Cumprimento Normativo;
- c) Acompanhamento contínuo da implementação e monitorização dos instrumentos de prevenção da corrupção e infrações conexas;
- d) Prossecução do procedimento de revisão da Norma de Controlo Interno (NCI).

2. Auditoria Interna:

- a) Elaboração, aprovação e disseminação de dois relatórios de auditoria interna;
- b) Elaboração de dois memorandos e divulgação na intranet, com formulação das principais conclusões genéricas dos relatórios elaborados.

3. Apoio à decisão e desenvolvimento de instrumentos internos:

Continuação do processo de implementação de procedimentos com vista ao cumprimento da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro ("Lei do Lobby").

4. Promoção da ética e integridade institucional:

- a) Desenvolvimento de ações de sensibilização e formação, incluindo a divulgação da iniciativa de *microlearning* "Minuto de Ética";
- b) Disseminação de conteúdos informativos produzidos por entidades competentes em matéria de ética, transparência e prevenção da corrupção.

5. Apoio técnico-jurídico:

Prestação de apoio técnico-jurídico permanente às Unidades Orgânicas, nas áreas da auditoria interna, gestão de risco, controlo interno, ética e conformidade legal.

6. Atividade operacional:

Desenvolvimento de outras ações de natureza operacional indispensáveis ao regular funcionamento da Divisão, ainda que com impacto mais circunscrito na gestão municipal.

DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO DE PESSOAS

Apoio à Gestão

Apoio na elaboração e registo de procedimentos de contratação pública- Tempestade Kristin

- Departamento de Obras Municipais - Apoio na elaboração de documento base para pedido de cotação para contratação de equipa de fiscalização - 1
- Serviço Municipal de Proteção Civil – Apoio na retificação de peças de contratação pública - 2

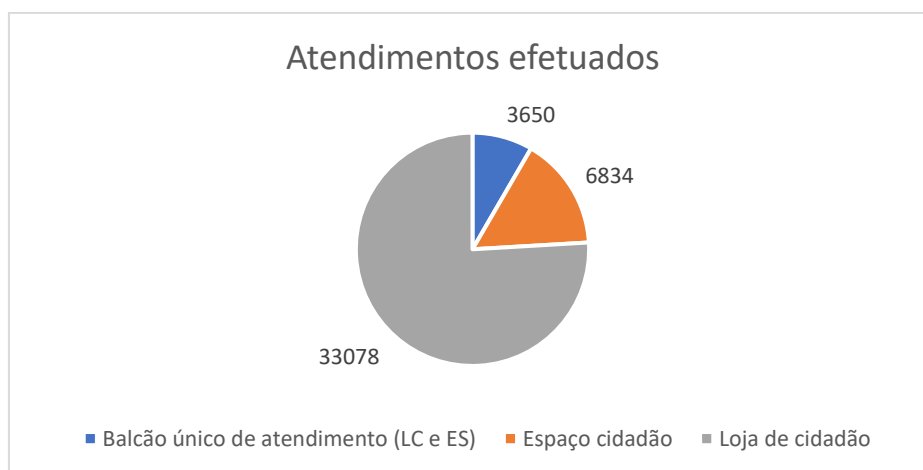
Apoio na elaboração de procedimentos diversos

- Candidatura ao Aviso-Convite - apoio à renovação da imagem e sinalética das Lojas de Cidadão de gestão municipal;
- Instalação de Entidades na Loja de Cidadão
 - Reunião com entidades
 - Estudo do espaço e necessidades materiais e técnicas para instalação de entidades
- Instalação de Espaços Cidadão - Junta de Freguesia/União de Freguesia

- Estudo dos manuais disponibilizados pela ARTE, sintetização da informação e envio de comunicação às juntas/uniões de freguesias;
- Recolha de informação dos espaços e técnica para envio à ARTE;
- Identificação das necessidades materiais para instalação dos EC para aquisição.
- **Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação:** Procedimentos de contratação – 8
- **Divisão Administrativa e de Modernização** - Procedimento de Contratação Pública – 1
Reformulação da área de Contratação Pública, na página institucional do Município de Leiria
 - Reunião para definição final da apresentação da área;
 - Início do processo de atualização de informação e reformulação de páginas

DIVISÃO DE ATENDIMENTO E APOIO AO CIDADÃO

Atendimento presencial



DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

No âmbito das medidas de apoio à recuperação das habitações afetadas pela Tempestade Kristin, foi prestado apoio técnico ao grupo de trabalho responsável pela análise das candidaturas submetidas.

As atividades desenvolvidas incluíram a análise técnica dos processos de candidatura, a verificação da documentação apresentada, a validação da informação relativa aos danos reportados e o acompanhamento da instrução dos processos, assegurando o cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos.

Paralelamente, foi assegurada a articulação com os técnicos externos responsáveis pela realização das vistorias às habitações afetadas, promovendo a troca de informação necessária à avaliação dos danos e ao enquadramento das intervenções propostas.

Acompanhamento do Serviço Municipal de Proteção Civil para caracterização da rede viária florestal afetada pela tempestade Kristin, para trabalhos de reconhecimento e desobstrução em campo da respetiva rede, e coordenação das diferentes entidades. Acompanhamento do trabalho realizado pelo CIPO (Comando Integrado de Prevenção e Operações).

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Balanço de entradas e saídas:

Foi efetuado o acolhimento dos trabalhadores e demais procedimentos relativos à contratação por tempo indeterminado de 38 assistentes operacionais, designadamente 22 da área de ação educativa, 15 da área de apoio geral e 1 da área de cantoneiro, com recurso a procedimentos concursais e respetivas reservas de recrutamento.

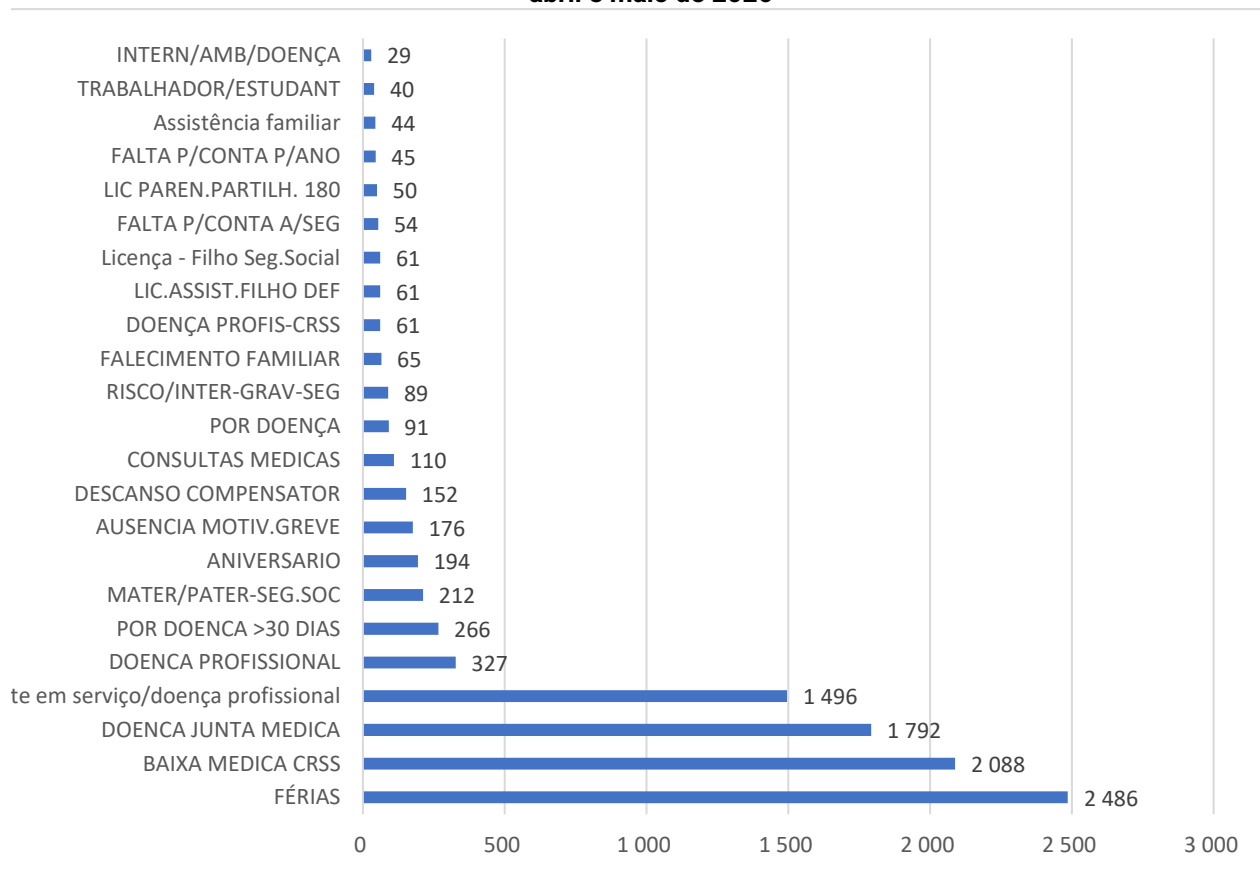
Foi prestado apoio aos júris designados para a tramitação de procedimentos concursais na análise de reclamações apresentadas na fase de admissão ao procedimento, designadamente na sequência da audiência dos interessados concedida aos candidatos que o júri manifestou intenção de excluir, nomeadamente:

- a) Cinco relativas ao procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 5 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.11.2025), a que corresponde a carreira e categoria de Técnico Superior, e a área de Gestão, tendo sido uma deferida e quatro indeferidas;
- b) Uma relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 1 posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.12.2025), a que corresponde a carreira e categoria de Técnico Superior, e a área Engenharia do Ambiente, tendo sido indeferida;
- c) Quatro relativas ao procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 10 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.15.2025), a que corresponde a carreira e categoria de Assistente Operacional, e a área de jardineiro, tendo duas sido deferidas e duas indeferidas.

Foi celebrado um contrato de estágio profissional com uma estagiária, Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, candidata a membro efetivo da Ordem dos Psicólogos, para a Divisão de Programas Educativos (Equipa PIPSE), com efeitos a 01/05/2026 (duração de 12 meses).

Assiduidade

Número de dias de faltas ao serviço no período de abril e maio de 2026



SIADAP

Avaliação do Desempenho:

Iniciaram-se os procedimentos tendentes ao planeamento do processo de avaliação de ciclo de 2026, estabelecendo-se as diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 2 e 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão de 2026, procedendo-se à implementação de uma nova aplicação informática (SAD-AIRC) que permite a tramitação de todo o processo de avaliação de desempenho em formato eletrónico.

Na presente data, encontra-se concluída a fase da contratualização de parâmetros de avaliação.

Paralelamente, no que respeita ao ciclo de 2025, procedeu-se ao reajustamento de alguns prazos fixados no âmbito do planeamento do processo de avaliação, em virtude da entrada em vigor da nova estrutura orgânica, a 1 de janeiro de 2026, bem como em consequência do acréscimo do trabalho decorrente dos danos resultantes da intempérie provocada pela tempestade Kristin.

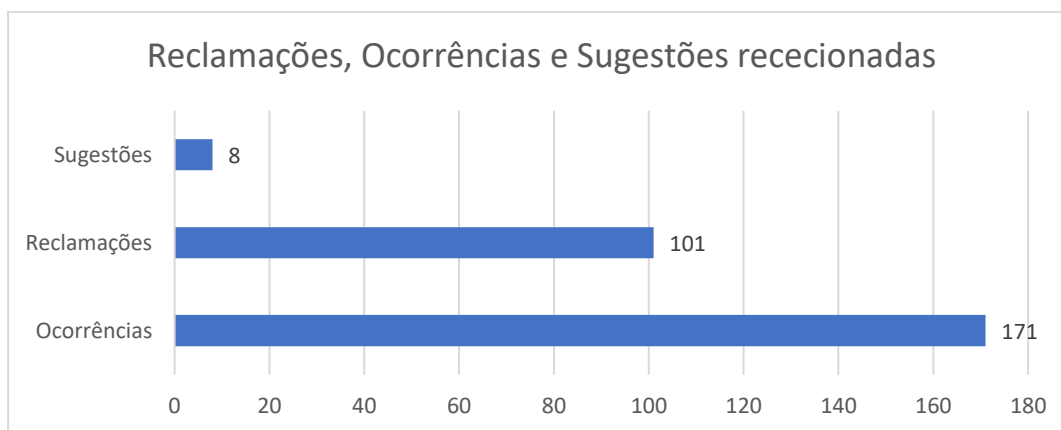
Gabinete do Trabalhador:

- Procedimentos inerentes ao acompanhamento de 10 acidentes de trabalho participados;
- Realização de ações de acolhimento e sensibilização no âmbito da segurança e saúde no trabalho aos novos trabalhadores (recrutamento) nos dias 13/04 e 4/05
- No âmbito da Saúde Ocupacional foram realizadas as consultas/exames identificadas no quadro seguinte:

N.º consultas médicas periódicas	N.º consultas médicas admissão/iniciais	N.º consultas ocasionais	N.º consultas de apoio psicossocial	N.º consultas aconselhamento alimentar	N.º Consultas de Medicina Curativa*
132	46	9	12	31	16

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Gestão de reclamações, exposições, ocorrências e sugestões



Receção e expedição de correspondência

Para além da recção e distribuição de correspondência, foram expedidos **1682** envelopes.

Classificação e registo de documentos

Correio eletrónico	Correio papel	Plataformas eletrónicas	Telefone	Documentos internos	Total
2323	520	104	1	100	3048

Modernização Administrativa

1.1.1. Desmaterialização e melhoria na tramitação de processos internos.

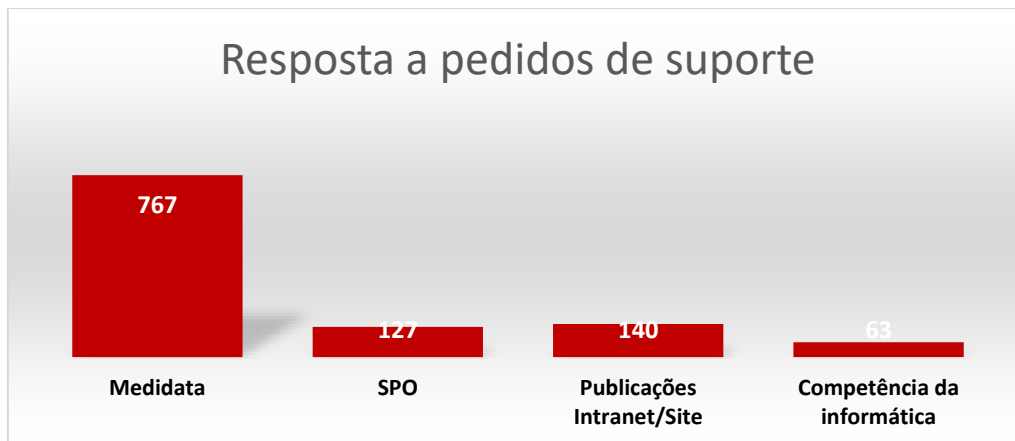
Documentos Internos	Formulários internos	Modelos internos	Requerimentos	Modelos externos	Circuitos	Grupos	Instruções de trabalho
Normalização							
Criação/ implementação		180	4				

Modelos Implementados e disponibilizados nos Serviços Online:

- Declaração de entrega de viaturas

Apoio aos serviços

A distribuição dos pedidos de suporte revela uma forte concentração na Medidata, responsável por cerca de 70% do total de ocorrências, evidenciando a sua elevada utilização e a necessidade de um acompanhamento técnico contínuo.



Serviços Online

As adesões dos munícipes online registaram uma diminuição entre abril e maio de 2026, passando de 185 para 83 adesões. Este comportamento representa uma redução de cerca de 55%



UNIDADE DE ARQUIVO MUNICIPAL

Atividades desenvolvidas

Funções	Informatização de processos	Digitalizações	N.º total de pedidos	Consultas online	Consultas presenciais
Processos	1.198	999	1.949	1.085	864
Imagens		22.386			

Acesso online ao site do Arquivo Municipal

Acesso online ao site do Arquivo Municipal	
Utilizadores	16.955
Sessões	17.847
Visualizações	134.525
Distribuição geográfica	117 países

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E INOVAÇÃO**Considerações Gerais - Principais Atividades desenvolvidas**

O Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação assegura a definição e execução da estratégia municipal de tecnologias de informação, promovendo a transformação digital, a inovação, a segurança e a interoperabilidade dos sistemas e serviços municipais. Compete-lhe garantir a gestão integrada das infraestruturas tecnológicas, aplicações e dados, assegurando a fiabilidade, eficiência e sustentabilidade dos recursos digitais. A Divisão de Segurança e Infraestruturas Digitais é responsável pela gestão, manutenção e segurança das infraestruturas tecnológicas, redes e sistemas centrais. A Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações desenvolve, integra e gere os sistemas aplicacionais, assegurando o suporte aos utilizadores, a qualidade da informação e o apoio à decisão. Em conjunto, promovem a modernização administrativa, a desmaterialização de processos e a oferta de serviços digitais ao cidadão.

Procedimentos de contratação

- Adenda contrato com a *MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia*, para serviços de antenas starlinks;
- Adenda contrato *Epimetheus* – Serviços de Consultoria e Gestão, serviços de RPA;
- Concurso para aquisição de componentes para manutenção, modernização e reforço das Infraestruturas Tecnológicas (áreas da Educação, Feiras e Mercados, Loja do Cidadão e outros Serviços Municipais);
- Concurso para aquisição de equipamentos ativos de rede para Edifícios Municipais;
- Concurso para aquisição de licenciamento ChatGPT;
- Concurso para aquisição de digitalizador de grandes formatos.

Apoio e participação em projetos transversais

- Plataformas de denúncia;
- Plataforma de gestão de ocorrências;
- Serviços ao Cidadão;
- Modernização Administrativa;
- Apoio em diversas plataformas e *sites* para gestão diversa;
- Apoio à análise de projetos ITED de obras municipais;
- Preparação e participação nas reuniões da Assembleia Municipal e de Câmara;
- Cartão Municipal;
- Ações de intervenção relacionadas com a depressão *Kristin*;

Planeamento, reporte e articulação institucional

- Elaboração e consolidação de relatórios periódicos de atividades do Departamento;
- Participação em reuniões técnicas e estratégicas, assegurando a articulação institucional;
- Contributo para o alinhamento das soluções aplicacionais com os objetivos de transformação digital e modernização administrativa do Município de Leiria.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS DIGITAIS

Gestão de *datacenters* e infraestruturas centrais

- Manutenção de máquinas virtuais, servidores e sistemas operativos, garantindo atualizações regulares de segurança;
- Gestão de *backups*, espaço de armazenamento, *firewalls*, *routers* e continuidade dos serviços tecnológicos;
- Migração de infraestruturas de servidores associadas a vários equipamentos e serviços municipais, numa perspetiva de melhoria contínua e atualização tecnológica.

Redes, comunicações e conectividade

- Gestão das centrais telefónicas, comunicações fixas e móveis, acessos à Internet, *M2M*, *VPN's*, *IPs* públicos e *DNS*;
- Implementação e planeamento do alargamento das comunicações (*internet*, voz *IP* e cablagem estruturada) a escolas, espaços do cidadão e edifícios municipais;
- Configuração, instalação e manutenção de equipamentos ativos de rede (*switches*).

Infraestruturação de espaços municipais

- Manutenção de bastidores, redes cabladas e redes *wireless*;
- Desenvolvimento de projetos de infraestruturação tecnológica em diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Realização de levantamentos técnicos de infraestruturas de rede em múltiplos locais.

Segurança da informação e sensibilização de utilizadores

- Monitorização contínua de sistemas, redes, antivírus, *firewalls* e *VPN's*;
- Implementação e acompanhamento das medidas decorrentes do Decreto-Lei n.º 65/2021 (Cibersegurança);
- Auditorias técnicas, reforço de políticas de *passwords* e *compliance*, controlo de acessos físicos e utilização de ferramentas de gestão centralizada do parque informático;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre boas práticas de segurança da informação, proteção de contas e utilização adequada dos recursos digitais;
- Análise e mitigação de incidentes de segurança, nomeadamente relacionados com *phishing* e outras formas de fraude informática;
- Articulação com as políticas municipais de segurança e cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Redes *wireless* e videovigilância

- Gestão e reforço das redes *wireless* públicas, *WiFi4EU* (27 antenas) e redes *wireless's* privadas municipais (cerca de 160 antenas, distribuídas pelos vários edifícios Municipais);
- Gestão dos sistemas de videovigilância municipais e planeamento da sua modernização.

Procedimentos de contratação infraestrutural

- Apoio à gestão de concursos e aquisições relacionadas com comunicações, *hardware* de redes, fibras óticas, alojamento e manutenção de sistemas de suporte infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E APLICAÇÕES**Suporte a utilizadores a apoio operacional**

- Encerramento de 1449 pedidos de suporte registados através do serviço de suporte;
- Prestação contínua de suporte técnico aos utilizadores, assegurando a resolução de pedidos relacionados com aplicações corporativas, ferramentas de produtividade e equipamentos informáticos;
- Apoio na organização, otimização e reestruturação de caixas de correio eletrónico e objetos da AD;
- Realização de intervenções técnicas locais e remotas, garantindo a continuidade operacional dos serviços municipais.

Formação, capacitação e apoio funcional

- Apoio funcional e formativo aos serviços municipais na utilização das aplicações de gestão autárquica;
- Promoção da correta utilização dos sistemas e contributo para a desmaterialização de processos e modernização administrativa;
- Apoio às áreas de contraordenações, financeira, recursos humanos (implementação da nova plataforma do SIADAP), ação social e obras municipais.

Gestão aplicacional e continuidade dos sistemas

- Gestão, manutenção e acompanhamento das aplicações municipais, com especial enfoque na transição anual das plataformas *AIRC*, *ERP*, *MyNet* e *SPO*;
- Articulação com fornecedores e serviços internos para execução, validação e acompanhamento de procedimentos técnicos críticos;
- Monitorização da estabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação;
- Apoio à gestão das políticas de segurança aplicacional e sensibilização de utilizadores.

Gestão do parque informático e apoio a estabelecimentos de ensino

- Gestão, acompanhamento e manutenção do parque informático afeto aos utilizadores finais;
- Instalação e substituição de equipamentos informáticos;
- Apoio técnico aos estabelecimentos de ensino, incluindo acompanhamento de pedidos e incidentes reportados através das plataformas existentes.

Procedimentos de contratação aplicacional

- Apoio à gestão de procedimentos concursais relacionados com licenciamento de *software* aplicacional, plataformas digitais, soluções de inteligência artificial e ferramentas de produtividade infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO**Enquadramento**

O presente Relatório de Atividades visa dar cumprimento ao dever de reporte à Assembleia Municipal, apresentando a atividade desenvolvida pelo Departamento Financeiro e respetivas divisões no período em referência, nos termos da estrutura orgânica vigente.

O Departamento Financeiro integra as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira;

- Divisão de Controlo da Receita;
- Divisão de Património Municipal.

A atividade desenvolvida encontra-se sistematizada por divisão, evidenciando-se as principais ações e indicadores do período.

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA

No período em análise, a Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira assegurou o normal funcionamento dos circuitos contabilísticos e o cumprimento das obrigações legais em matéria de registo e reporte financeiro, bem como o apoio técnico-financeiro à gestão municipal.

Destaca-se, no período em análise, o desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao processo de prestação de contas consolidadas, incluindo a preparação, validação e consolidação da informação financeira, nos termos legalmente previstos.

Sem prejuízo da informação detalhada constante do Relatório Financeiro elaborado autonomamente, a atividade da Divisão incidiu ainda, designadamente, na validação e acompanhamento dos registos contabilísticos, na articulação com a Tesouraria Municipal e no apoio técnico aos restantes serviços.

DIVISÃO DE CONTROLO E RECEITA

Enquadramento da atividade desenvolvida

A Divisão de Controlo da Receita desenvolveu atividade no domínio da emissão e acompanhamento administrativo da receita municipal, assegurando a emissão de documentos de receita, designadamente faturas, anulações, estornos e declarações de não dívida.

Assegurou ainda a instrução, tramitação e acompanhamento dos processos de execução fiscal, nos termos legalmente previstos.

No período em análise, a atividade da Divisão foi igualmente influenciada por solicitações de natureza transversal associadas à resposta municipal aos efeitos da tempestade «Kristin», designadamente a centralização da informação relativa aos donativos remetida pelos diversos serviços municipais e a instrução do procedimento conducente à sua submissão a deliberação da Câmara Municipal.

Paralelamente, prosseguiram os trabalhos com vista à definição de um modelo de controlo da receita municipal, com incidência na análise e sistematização dos circuitos de tramitação dos procedimentos associados à receita.

Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Emissão e Gestão da Receita	N.º de documentos de receita relativos a transferências correntes e de capital emitidos e conferidos	74
	Valor total das transferências correntes e de capital emitidas e conferidas (€)	29 030 811,06
	N.º de documentos de receita relativos a rendas e concessões emitidos e conferidos	70
	Valor total das rendas e concessões emitidas e conferidas (€)	74 002,33
	N.º de anulações emitidas e conferidas	97
	Valor total das anulações emitidas e conferidas (€)	407 739,48
	N.º de anulações conferidas (emitidas pelos restantes serviços)	6
	Valor total das anulações conferidas (€) (emitidas pelos restantes serviços)	103 643,56
	N.º de estornos à receita emitidos e conferidos	22
	Valor total dos estornos emitidos e conferidos (€)	139 747,46
	N.º de declarações de não dívida emitidas	507
Execuções Fiscais	N.º de processos de execução fiscal em curso (final do período)	12 938
	N.º de processos extintos (*)	448
	N.º de processos extintos por pagamento	424
	Valor total cobrado (€) (**)	11 010,42

(*) No período em análise, 24 dos processos extintos foram anulados, tendo os restantes sido extintos por pagamento.

(**) O valor apresentado corresponde ao montante contabilizado no período, sendo que os pagamentos parciais referentes a processos instaurados pela AT apenas são refletidos quando o processo se encontra totalmente extinto por pagamento.

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

Enquadramento da atividade desenvolvida

No período em análise, a Divisão de Património Municipal assegurou a gestão, inventariação e acompanhamento do património municipal.

Procedeu ao início dos trabalhos necessários para o novo procedimento a realizar para a contratualização de seguros para os anos de 2027 e 2028.

Recolheu os dados contabilísticos de algumas entidades participadas pelo município, por forma a preencher os mapas SIPART e os mesmos serem enviados à DGAL.

Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Inventário geral	N.º total de bens inventariados	3589
	Valor total inventariado (€)	1 522 134,09
	N.º total autos de abate	0
Bens móveis – inventariação	N.º de bens móveis inventariados	3587
	Valor total dos bens móveis inventariados (€)	1 515 667,04
Bens imóveis – inventariação	N.º total de bens imóveis inventariados	2
	Valor total dos bens imóveis inventariados (€)	6 467,05
	N.º total de escrituras	0
	N.º de desafetações do Domínio Público	0
	Valor das desafetações do Domínio Público (€)	0,00
Imóveis – aquisições	N.º de imóveis adquiridos	0
	Valor dos imóveis adquiridos (€)	0,00
Imóveis – onerações – direitos de superfície	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de escrituras de reversão	0
Imóveis – onerações – comodatos	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de contratos extintos	0
Imóveis – onerações – arrendamentos/concessões	N.º de novos contratos de arrendamento/concessão	1
Imóveis – alienações	N.º de imóveis alienados	0
	Valor dos imóveis alienados (€)	0,00
Procedimentos	N.º total de procedimentos tramitados	1
	N.º de novos contratos celebrados	1

5. Considerações Finais

O Departamento Financeiro desenvolveu, no período em análise, as competências que lhe estão atribuídas no âmbito da estrutura orgânica vigente, assegurando a regularidade e o acompanhamento das áreas financeira, patrimonial e de controlo da receita.

Mantém-se como prioridade a consolidação dos procedimentos e a monitorização da atividade, em articulação com os serviços municipais.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Pareceres	N.º de pareceres emitidos	61
	N.º minutas preparadas a pedido dos serviços	8
Regulamentos	N.º total procedimentos iniciados	2
	N.º de procedimentos elaboração iniciados	1
	N.º de procedimentos alteração/revisão iniciados	1
	N.º total procedimentos transitados	15
	N.º total procedimentos concluídos	1
Responsabilidade civil extracontratual	N.º de processo em curso	272
	N.º de processos concluídos	6
	N.º de processos desertos	0
	N.º de processos indeferidos	4
	N.º de processos deferidos	2
	Valor de indemnizações pagas pela seguradora	453,71€
Danos em património municipal	N.º de processo em curso	42
	N.º de processos concluídos	3
	Valor de indemnizações pagas ao ML	4655,55€
Contraordenações gerais	N.º de processo em instrução	429
	N.º de processos com decisão	23
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	262,00€
Contraordenações ambientais	N.º de processo em instrução	85
	N.º de processos com decisão	3
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	251,00€

Contraordenações económicas	N.º de processo em instrução	109
	N.º de processos com decisão	2
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	225,50€
Contraordenações rodoviárias	N.º de processo em instrução	6.926
	N.º de processos com decisão	131
	N.º de Execuções judiciais	10
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	15.117,81€
Processos de inquérito/disciplinares	N.º de processos de inquéritos instaurados	0
	N.º de processos de inquéritos em curso	3
	N.º de processos de inquéritos findos	3
	N.º de processos de disciplinares instaurados	0
	N.º de processos de disciplinares em curso	0
	N.º de processos de disciplinares findos	0
Processos contencioso	N.º TOTAL de processos em curso	74
	N.º de processos em curso demandados pelo ML	17
	N.º de processos em curso demandados contra o ML	57
	N.º de novos processos	2
	N.º de processos concluídos	0
	N.º de processos concluídos com decisão favorável	0
	N.º de processos concluídos com decisão desfavorável	0

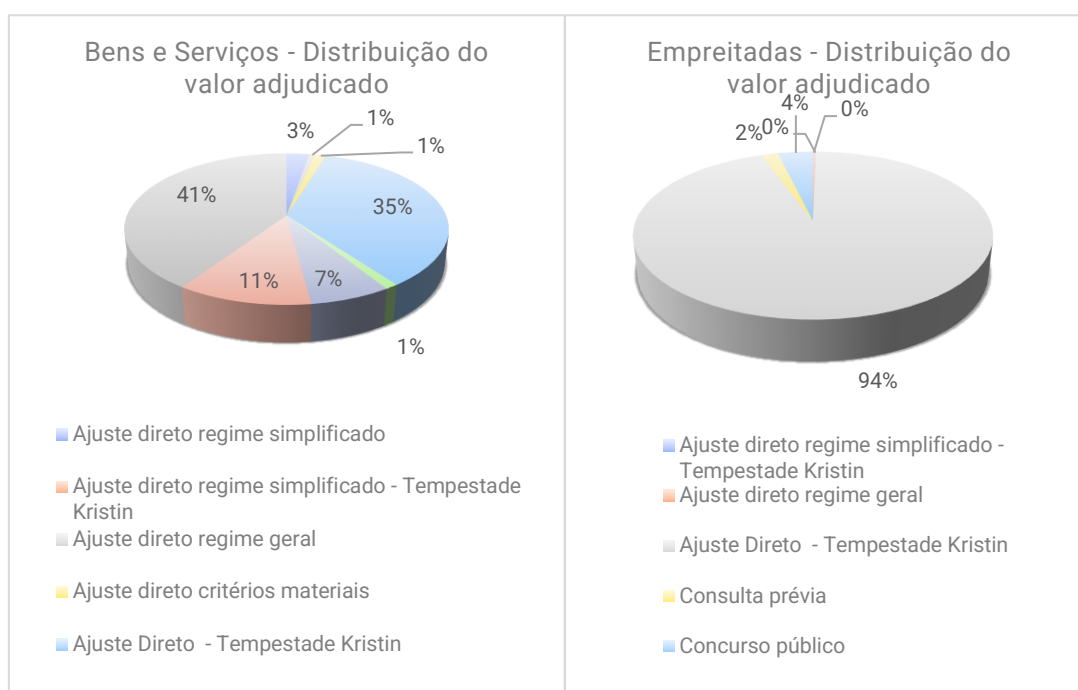
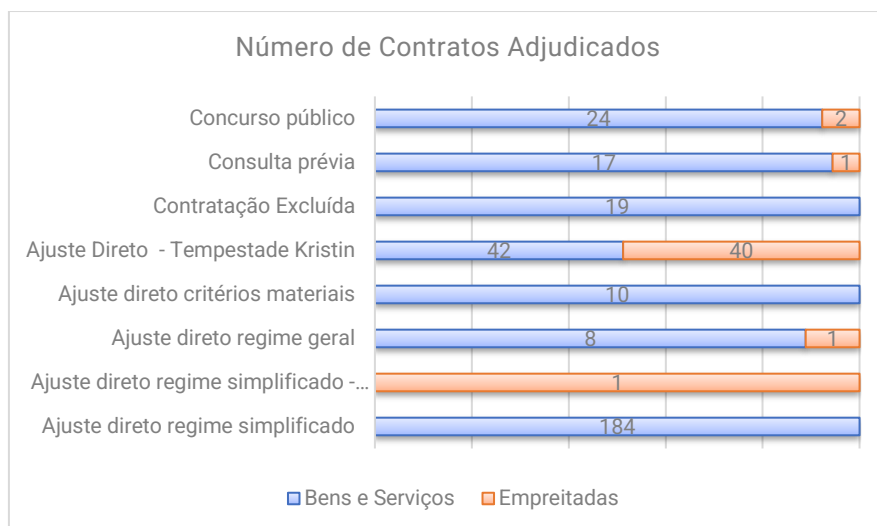
DEPARTAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No período a que se refere o presente relatório, a Divisão de Contratação Pública desenvolveu a sua ação procedendo à realização de procedimentos administrativos de contratação, no âmbito dos quais resultou:

- Prestação de informações técnicas, na sequência de pedidos de apoio realizados pelas unidades orgânicas em relação a procedimentos de contratação a iniciar e ou em instrução – 33 Informações;
- A **adjudicação** de 351 contratos, no valor global de **€18.813.307,65**;
- A tramitação, **em curso**, de **77** procedimentos, cujo preço base total dos mesmos é de **€26.273.173,60**.

Os gráficos seguintes ilustram, sucintamente, a atividade registada ao nível dos procedimentos de contratação adjudicados, por tipo de procedimento e por tipologia de contrato:



De destacar, ainda, os seguintes indicadores:

- As adjudicações de **bens e serviços** totalizaram **€10.566.275,60**, representando 56% do valor total adjudicado, predominando sobre as **empreitadas**, que totalizaram **€8.247.032,05**;
- Em termos de quantidades do total de contratos adjudicados, a maioria (53%) diz respeito a **ajustes diretos regime simplificado** (184 contratos).

Ao abrigo de ajuste direto por critérios materiais foram adjudicados 10 contratos, conforme tabela abaixo:

Nome Fornecedor	Objeto	Valor
FOLIAS E TROFÉUS – UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 127/2026/DICP - Contratação de serviços de apresentação e animação musical no âmbito da Gala Anual do Programa Viver Activo	€8.550,00
BUBBLES PLATEAU, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 194/2026/DICP - Aquisição de serviços integrados de comunicação, programação e produção do evento "Gathering Supercars 2026"	€15.000,00
ACTUASYS, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 215/2026/DICP - Contratação de manutenção e assistência técnica do serviço de gestão de assiduidade já implementado e aquisição de licenças adicionais para registo de picagem	€15.631,60

Nome Fornecedor	Objeto	Valor
PADEL XXL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 240/2026/DICP - Prestação de serviços para a promoção das marcas VISITE LEIRIA e LeiriaDesporto no pós evento Leiria Master Padel	€29.700,00
LUIS MIGUEL CHAGAS VIEIRA MARTINS	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 228/2026/DICP - Contratação de prestação de serviços de animação com o DJ Miguel Chagas no âmbito dos eventos Reerguer Leiria	€7.600,00
ESPUBLICO PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 251/2026/DICP - Aquisição de serviços para integração das aplicações SIGMA com serviços da ARTE, no âmbito da candidatura "Identidade digital no Município de Leiria - Integração de ferramentas eAI" Aviso N.º 116/C19-i	€30.000,00
SOCIEDADE ARTISTICA MUSICAL DOS POUSOS	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 260/2026/DICP - Contratação de ciclo de concertos "Serenatas e divertimentos em família" – Centro de Artes Villa Portela	€12.000,00
DWMAN - PRODUÇÕES E AGENCIAMENTO ARTÍSTICO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 264/2026/DICP - Contratação de serviços de animação musical no âmbito da Gala Anual do Programa Viver Ativo	€8.500,00
MUSICALMENTE, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 250/2026/DICP - Prestação de serviços de espetáculos musicais para concertos para bebés, Micro-Palcos e outras cantigas no âmbito do Leiria Kids Festival 2026	€16.000,00
LEONARDO MARQUES RITO	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 273/2026/DICP - Prestação de serviços de execução de objeto tridimensional em forma de mesa de mistura de Disc Jokey - "A Festa do Moji" – Leiria Kids 26	€724,99

No que diz respeito ao valor, destacam-se as adjudicações a seguir apresentadas, que correspondem a 43% do montante total adjudicado (€18.813.307,65):

Valor Adjudicado	Procedimento
€2.747.726,04	Ajuste Direto n.º 227/2026/DICP - T-86/2026 - Tempestade Kristin - Reparação da cobertura do Estádio Municipal de Leiria
€2.294.153,40	Consulta Prévia (AQ) n.º 16/2026/DICP - Fornecimento e distribuição agregado, por lotes, de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente - Lote 1
€1.997.162,80	Consulta Prévia (AQ) n.º 16/2026/DICP - Fornecimento e distribuição agregado, por lotes, de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente - Lote 2
€1.125.000,00	Ajuste Direto n.º 229/2026/DICP - T-87/2026 - Tempestade Kristin – Reparação de coberturas de 7 Pavilhões Desportivos Municipais

Despesa Associada à Tempestade Kristin

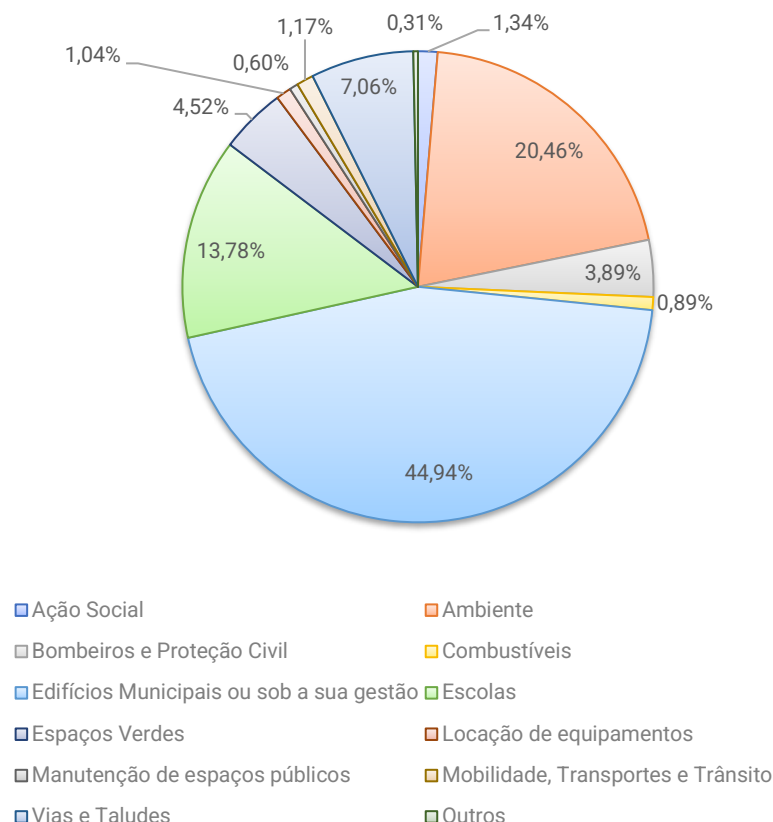
Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, ocorrida na madrugada de 28 de janeiro, foram adotadas medidas excecionais de resposta e recuperação, enquadradas legalmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e respetivas renovações, que declararam a situação de calamidade e autorizaram a adoção de mecanismos excecionais de contratação e despesa pública.

Complementarmente, o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, veio estabelecer um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira, destinado à reconstrução e reabilitação de património e infraestruturas, bem como prestação de apoio às populações, designadamente no que respeita à formação dos contratos de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, destinados à realização das intervenções necessárias para resposta aos danos causados pelo fenómeno meteorológico extremo.

No âmbito das medidas adotadas no período em apreço, foram adjudicados **101** contratos, no valor global de **€11.560.602,12**, que correspondem a **61%** do montante total adjudicado (€18.813.307,65).

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do valor dos contratos adjudicados por rubrica, destacando-se as rubricas dos Edifícios Municipais ou sob a sua gestão e de ambiente como as mais representativas, com 44,94% e 20,46%, respetivamente.

Tempestade Kristin - Distribuição do Valor Adjudicado por Rubrica



No período em análise, o Tribunal de Contas procedeu à aposição de visto a contratos anteriormente remetidos a fiscalização prévia, nos seguintes procedimentos:

- Concurso Público n.º 30/2024/DICP - T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4, adenda ao contrato n.º 176/2024, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Construções Vieira Mendes, Lda., tacitamente visado em 15/04/2026;
- Concurso Público n.º 95/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 13, contrato n.º 7/2026, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Cimalha - Construções da Batalha, S.A., tacitamente visado em 21/04/2026.

Neste período, foram apresentadas observações, em sede de audiência prévia, pelos seguintes concorrentes:

- **INVESTECA, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Consulta Prévia n.º 168/2025/DICP - T-71/2025 - Fornecimento e instalação de luminárias solares em Ruas Municipais da União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista;
- **SIQ - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 10/2026/DICP - Contratação de serviços de manutenção das condições de água do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria, Piscina Municipal de Maceira e Piscina Municipal de Caranguejeira;
- **MONTERINA - GESTÃO E INVESTIMENTOS, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 113/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação

de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lotes 2, 10 e 11;

- **IMPORQUÍMICA - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO QUÍMICA, S.A.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 135/2025/DICP - Aquisição, por lotes, de artigos de higiene e limpeza, na modalidade de fornecimento contínuo;
- **SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE, S.A.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 135/2025/DICP - Aquisição, por lotes, de artigos de higiene e limpeza, na modalidade de fornecimento contínuo;
- **AMERICANA - PAPELARIA, S.A.**, relativa ao relatório final I, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 5/2026/DICP - Aquisição, por lotes, de dossiês, pastas e envelopes, na modalidade de fornecimento contínuo - Lote 2.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

No que se refere às tarefas cometidas à Divisão de Gestão de Contratos, será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido no período a que se refere o presente relatório, o seguinte:

- Prestação de informações técnico-jurídicas, na sequência de pedidos de apoio realizados sobre a execução de contratos decorrentes de procedimentos de contratação ou com estes relacionados – **20 Informações**;
- Acompanhamento da execução dos contratos de fornecimento contínuo, ao nível financeiro e controlo das quantidades, tendo sido movimentadas **1.272 faturas**, no **montante total de €12.107.318,26** (IVA incluído);
- Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, foram emitidos **32 pedidos de fornecimento**, nos procedimentos em vigor, no montante total de **€598.809,65** (IVA incluído).
- Promoção das diligências para a avaliação dos fornecedores / prestadores de serviços / empreiteiros, tendo sido avaliados no período em apreço **29 contratos**;
- O desencadeamento dos diversos processos de aquisição, por fornecimentos contínuos, bem como a monitorização e execução dos que se encontram em vigor, a fim de fazer face às necessidades decorrentes da atividade e/ou intervenção municipal;
- Prestação de Serviços no Armazém Solidário, receção e entrega de bens à população em geral, ao abrigo do programa "Reerguer Leiria".

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Programa de Comparticipação à Aquisição de Medicamentos do Concelho de Leiria

Foram apresentadas 116 candidaturas, das quais, 47 deferidas, 4 indeferidas, 1 apreciada liminarmente e 64 em análise.

2. Programa de Comparticipação ao Arrendamento do Município Leiria

Foram rececionadas 21 candidaturas, das quais 8 deferidas, 5 indeferidas, 2 apreciadas liminarmente e 6 em análise. Neste período existiam 249 processos ativos, dos quais 5 cessaram, ficando ativos 244 processos familiares.

3. Programa Creche Para Todos

Não foram apresentadas candidaturas para a integração em creche da rede privada devido à existência do programa nacional Creche Feliz.

4. Fundo Municipal de Emergência Social (FMES)

Foram apresentadas 26 candidaturas, das quais, 8 deferidas, 2 indeferidas e 16 em análise.

5. Táxi Social 65+

Foram rececionadas 30 candidaturas, das quais, 12 deferidas, 3 indeferidas e 15 em análise.

6. Banco Local de Voluntariado de Leiria

Foram registados 7 novos/as voluntários/as. Foram integrados/as 3 voluntários/s em programas de voluntariado de longa duração.

7. Programa Teleassistência

Foram rececionadas 2 candidaturas, as quais em análise. No total, estão a usufruir do apoio 49 beneficiários.

8. Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)

Encontravam-se em situação de Sem Abrigo (na rua), 14 pessoas (13 Homens e 1 Mulher), 18 pessoas no Morada Certa - Housing First (está um casal integrado numa habitação) e 9 pessoas integradas em Apartamentos Partilhados. O NPISA recebeu 4 novas sinalizações de PSSA, que se encontram a ser objeto de análise e avaliação.

9. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Foram realizados 378 atendimentos, 370 a particulares e 8 entidades.

10. Projeto Viver Melhor

Classes Mobilidade – 13 sessões; Capoeira – 9 sessões; Oficinas Criativas – 7 sessões; Aula de ginástica intergeracional; Participação no Espetáculo "O AMOR É"; Dia de jogos e lembrança do 25 de abril com 20 participantes; Visita à Casa-Museu João Soares; Arte e Terapia; Visita ao Super Circo.

11. SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) do Concelho de Leiria – Transferência de competências na área social

Realizados 1235 atendimentos descentralizados, 150 visitas domiciliárias, 591 contactos telefónicos e 305 articulações com serviços; 35 novos requerimentos de Rendimentos Sociais de Inserção (RSI) atribuídos; 18 ocorrências LNES. Atribuídos 4 Apoios económicos de carácter eventual.

12. Habitação

Relativamente à ELH, no âmbito do 1º Direito - AVISO Nº1 - RE-CO2i01/2021 – PRR. Continuação da construção 6 fogos de HS – Coimbra e requalificação de 1 fogo - Milagres e 1 fogo - Sto. António do Carrascal. Conclusão da requalificação das HS casa 4 e 3 no Bairro Social dos Parceiros e das HS casa 52 e 72 – Ortigosa.

13. Habitação Social Municipal

Foram realizados 10 pedidos de habitação social, no período em apreço.

14. Pro Leiria

Foram analisadas e aprovadas, em Reunião de Câmara, apoios para 16 instituições (11 na área da ação social, 3 na área da saúde e 2 na área da proteção animal) para implementação de atividades/projetos, no valor de €284.476,22 e 1 candidatura para apoio ao investimento (aquisição de equipamento) a efetuar por IPSS, no valor de 3.800,00€.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**1. Projeto Bata Branca**

Continuidade do projeto.

Abril – 3361 consultas

Maio – 3116 consultas

2. Projeto Reminder

Início a 7 de abril. Acompanhamento de 13 jovens e realização de 37 consultas online.

DEPARTAMENTO DE DESPORTO E JUVENTUDE**DIVISÃO DE DESPORTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS****1. ASSOCIATIVISMO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DESPORTIVA****1.1. Apoio ao Associativismo Desportivo**

1.1.1. PRO Leiria 2024 e 2025: Desbloqueamento das verbas referentes aos montantes do apoio, consoante os casos, após assinatura dos Contratos-Programa (40% do apoio) e entrega de 70% ou 100% dos comprovativos de despesa, relativas às correspondentes tranches do apoio;

1.1.2. PRO Leiria 2025: PRO Leiria - Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – controlo e encerramento dos processos, nomeadamente comunicação de documentação em falta relativamente às candidaturas apresentadas neste âmbito, designadamente Prática Desportiva Federada, Apoios Pontuais e atribuição de Espaços Desportivos;

1.1.3. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – Apoio Pontual, aprovado em Reunião de Câmara de 06.04.2026, no valor de €24.100,00 (vinte e quatro mil e cem euros) – ao Grupo Desportivo Recreativo e Cultural "Unidos" de Casal dos Claros e Coucinheira, para a realização do "4.º Côdeas Trail" (€750,00); ao Clube Recreativo e Desportivo de Soutocico, para a realização do "XVI Torneio Nacional de Pool Português" (€1.000,00); ao Grupo Alegre e Unido, para a realização dos "34.º Grande Prémio de Atletismo Bajouca" (€1.000,00) e "Pirilampos Nighth Run" (€1.250,00); ao Grupo de Atletismo da Caranguejeira, para a realização do "9.º Trail Pinheiro Manso" (€1.000,00); ao Ateneu Desportivo de Leiria, para a "Aquisição de Equipamentos Desportivos de Ginástica" (€4.500,00); ao Clube de Atletismo da Barreira, para a realização do "3.ª Milha de S. Pedro" (€500,00); ao Clube de Orientação do Centro, para a realização do "Projeto Crescer Brincando" (€500,00); ao Hóquei Clube de Leiria, para a realização dos "Festival Anual de Patinagem 2026" (€750,00) e "Torneio Wheel Lovers Cup" (€750,00); à Juventude Desportiva do Lis, para a realização dos "Torneio Nacional Andebol Seniores Femininos" (€500,00), "Torneio

Nacional Andebol Seniores Masculinos" (€500,00), e "Festand - A Festa do Andebol 2026" (€500,00); à Associação Cultural e Recreativa de Maceirinha, para a realização do "38.º Circuito de Ciclismo ACRM" (€1.000,00); à Associação Cultural e Desportiva Leiria Já Ginga, para a realização da "Oficina do Makulele" (€400,00), "Evento Capoeira Ginga Camará 2026" (€1.000,00); e "Aquisição de Material Treino" (€800,00); à Academia de Esgrima do Lis, para as participações no "Campeonato do Mundo de Cadetes e Juniores - Rio de Janeiro" (€750,00) e no "Campeonato da Europa de Sub 23" - Cagliari (Itália)" (€500,00); ao Clube Praticantes de Karaté de Leiria, para as participações no "Estágio de Verão" (€400,00) e no "Estágio de Outono" (€500,00); à Associação Desportiva APWF de Leiria, para a participação no "6.º Semi Kempo Challenge Cup" (€1.500,00); à Associação Recreativa e Cultural Valpedrense, para a realização do "5.º Raid de BTT Ribeira das Carpalhosas" (€3.000,00); e à Escola de Ginástica de Formação Acrobática, para a realização do "EGFA CUP 2026" (€750,00);

1.1.4. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – Apoio Pontual, aprovado em Reunião de Câmara de 18.05.2026, no valor €1.164,00 (mil cento e sessenta e quatro euros) – ao Fudoshin - Clube Kendo de Leiria, para a participação na "II Copa Furancho" (€164,00); e à União Desportiva da Serra para a realização do "Campeonato Nacional Sub 18 de Andebol Feminino - 3.ª Fase" (€1.000,00);

1.1.5. Outros Apoios Pontuais e Parcerias (apoios financeiros e logísticos - cedências de materiais, espaços e ofertas institucionais, a diversas entidades):

- Apoio financeiro de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), cedência do CMPL e respetiva logística no valor estimado de €1.216,81 (mil duzentos e dezasseis euros e oitenta e um centimos), à Associação de Natação do Distrito de Leiria, para a realização do "VII Meeting Internacional de Natação de Leiria", aprovado em Reunião de Câmara de 6 de abril de 2026;
- Apoio financeiro no valor de €1.290,20 (mil duzentos e noventa euros e vinte centimos) à Federação Académica do Desporto Universitário, para a realização do 2.º Estágio de Seleção Nacional Universitária de Futsal – Preparação Campeonato Mundial Universitário - Futsal", aprovado em Reunião de Câmara de 20 de abril de 2026;
- Apoio financeiro de €600,00 (seiscentos euros), à Vive & Surpreende - Associação para a participação no "Torneio MalmstenSwim Stockolm", ratificado em Reunião de Câmara de 20 de abril de 2026;
- Apoio financeiro de €1.000,00 (mil euros), à Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos para a realização do "4.º Trail do Bairro dos Anjos", ratificado em Reunião de Câmara de 20 de abril de 2026;
- Cedência do CMPL e respetiva logística no valor estimado de €445,72 (quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta e dois centimos), à Vive & Surpreende - Associação para a realização da "Patada Aquática 2026", aprovado em Reunião de Câmara de 18 de maio de 2026;
- Apoio financeiro de €600,00 (seiscentos euros), cedência do CMPL e respetiva logística no valor estimado de €758,35 (setecentos e cinquenta e oito euros e trinta e cinco centimos), à Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos para a realização do "Leiria Swim", ratificado em Reunião de Câmara de 18 de maio de 2026.

1.2. Programa de Formação Desportiva

1.2.1. Leiria Bike

Coordenação do programa Leiria Bike, em parceria com os 8 Agrupamentos de Escola do concelho, que conta com a participação de 2000 crianças do primeiro ciclo no programa

1.3. Divulgação Desportiva

Atualização e publicação de conteúdos no Site, Facebook e Instagram do "leiriadesporto.pt", com informação alusiva aos diversos programas desportivos municipais, eventos e iniciativas desportivas das Associações/Clubes Desportivos do Concelho, que decorreram entre os meses de fevereiro e março de 2026.

2. PROGRAMA DE DESPORTO INFORMAL

2.1. Eventos Desporto Informal

Fazem parte desta programação os eventos Rede de Percursos Pedestres de Leiria, Leiria RUN 2026, Meia Maratona de Leiria, entre outros. Para o efeito, têm sido preparados os respetivos cadernos de encargos, planos de comunicação e dossiers de marketing, para apresentação junto dos eventuais parceiros públicos e privados (freguesias, clubes e associações/federações de modalidade, entidade privadas, etc.).

2.1.1. *Rede de Percursos Pedestres de Leiria*

Preparação dos Percursos Pedestres, contactos com as respetivas freguesias para definição dos percursos e demais logística, acompanhamento dos contactos a efetuar com as entidades particulares para a passagem nas suas propriedades, nomeadamente dos seguintes percursos:

- a) **Percorso do Peregrino:** decorreu na data de 14 de maio de 2026, com a participação de 480 caminhantes e colaboração logística da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;
- b) **Percorso de Amor:** decorreu na data de 31 de maio de 2026, com a participação de 279 caminhantes e colaboração logística da União de Freguesias de Colmeias e Memória e do Clube Bairro dos Anjos;

2.1.2. Leiria Run 2026 | 19 de setembro de 2026

Coordenação e preparação do evento desportivo municipal, dando início aos procedimentos de contratação pública para as necessidades logísticas identificadas, bem como, a realização de diversas reuniões com parceiros e entidades públicas, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública, para a definição dos percursos do evento e cortes de trânsito.

3. PROGRAMA DE DESPORTO FORMAL

Programa Viver Activo e Academia Sénior

- Atendimento geral, de forma a dar resposta a questões relacionadas com os dois programas;
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores e também com a equipa administrativa.

- Coordenação e organização do “O Amor é” ao vivo no Teatro José Lúcio da Silva, com a presença de 730 pessoas, no dia 22 de abril de 2026.
- Coordenação e organização do colóquio “Conversas que protegem”, no teatro Miguel Franco, com a presença de 200 pessoas, no dia 20 de maio de 2026.

4. GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – ACORDOS

4.1. Pavilhões Desportivos Municipais

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, a DIDGED operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

Foram marcados/alterados jogos, torneios, etc. dos respetivos campeonatos oficiais, num total de 127 competições.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Procedeu-se ainda, à análise dos relatórios quadrimestrais dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos PDM, no período de vigência 2025/2029.

Efetuiu-se mensalmente o controlo dos formulários de presença dos clubes utilizadores nos PDM e no Pavilhão da Escola Rodrigues Lobo, Pavilhão da Escola José Saraiva, Pavilhão Colégio Milagres e na tenda desportiva na Escola Sede - Marrazes.

Quanto à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza regular e pontual/extraordinária do espaço.

4.2. Piscinas Municipais de Caranguejeira e Maceira

- Acompanhamento de trabalhos e pequenas reparações a realizar pelas empresas de tratamento de água e manutenção (DPM e KINGMAN);
- Acompanhamento da alteração da empresa de tratamento de água, devido à realização de novo concurso público;
- Análise e acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo em vigor;

5. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Complexo Municipal de Piscinas de Leiria

- Reorganização de procedimentos de forma a melhorar continuamente o bom funcionamento dos diversos serviços da infraestrutura desportiva – CMPL;
- Controlo e monitorização dos acessos à infraestrutura desportiva - CMPL;
- Análise e resposta aos munícipes, na sequência das reclamações/ sugestões apresentadas;
- Realização das correspondentes reuniões de operacionalização com as empresas de tratamento de águas e de manutenção, respetivamente, DPM e Kingman;
- Realização de reparações, manutenções e limpeza geral garantindo o bom funcionamento do equipamento;
- Realização da iniciativa “VII Meeting Internacional de Natação de Leiria”, nos dias 25 e 26 de abril organizada pela Associação de Natação do Distrito de Leiria;

6. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa

6.1. No período em referência, em termos gerais, foram recolhidos os seguintes dados estatísticos:

Registaram-se 3 708 entradas de atletas dos clubes do Concelho de Leiria para utilização da pista de atletismo;

- Assinalou-se o registo de 1143 entradas de atletas dos clubes do Concelho Leiria para utilização dos espaços desportivos para Ténis Mesa, Dança, Bilhar, Esgrima, Kickboxing e Pentatlo moderno;
- Relativamente aos espectadores dos jogos de futebol e participantes em atividades pontuais, foi registado o número de 12 871.

6.2. No âmbito das atividades acolhidas pelo Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, durante o período supracitado em título, destacam-se:

- Retoma dos jogos Oficiais no EML, da Liga 2, com a realização de três jogos entre as equipas da União Desportiva de Leiria versus Penafiel, Farense e Feirense, onde estiveram presentes 12 871 espectadores.
- Foram realizados quatro plenários de destaque, um do Executivo do Município de Leiria, outro da CCDR, FADU – com o Treinador Jorge Braz e ainda as Jornadas MedLei, todos os eventos realizados no auditório.
- Ao nível do Desporto Escolar, esteve o Encontro de Escolas de Ultimate Frisbee, que contou com mais de 800 anos de 20 escolas e 73 equipas, no relvado do EML.
- Evidenciam-se dois eventos com elevado destaque mediático, o Gathering Super Cars e o evento musical “Concertamos Juntos”. Onde a instalação foi montra e base logística dos eventos mencionados.
- Para finalizar e de acordo com os dados recolhidos totalizaram-se aproximadamente 21 541 utilizadores do Estádio Municipal de Leiria, englobando atletas, espectadores de jogos de futebol e participantes nos eventos e provas que se realizaram no período considerado.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

No período em análise, os serviços culturais sob responsabilidade da Divisão de Ação Cultural, no âmbito das suas competências e em articulação com o planeamento estratégico definido pelo Executivo Municipal, desenvolveram um conjunto significativo de ações, das quais se destacam as seguintes:

1. Gabinete de Apoio à Cultura

Na sequência do preconizado no Regulamento de Atribuição de Auxílios – PRO Leiria, em vigor no Município de Leiria, foi entregue, durante o período em apreço uma candidatura para o programa de apoios municipais em 2026.

Foi efetuado atendimento pessoal a aproximadamente 60 Entidades Associativas na área da Cultura e prestado atendimento telefónico a aproximadamente 120 Entidades.

No universo dos apoios financeiros atribuídos ao associativismo de escopo cultural foram instruídos e regularizados, pela Divisão Financeira, 29 pagamentos.

2. Centro Cultural Mercado de Sant'Ana (CCMS)

A atividade do Centro Cultural Mercado de Sant'Ana (CCMS) centrou-se na gestão corrente dos recursos humanos afetos ao equipamento, assegurando simultaneamente o apoio técnico, logístico e operacional a diversas iniciativas culturais e institucionais promovidas pelo Município de Leiria.

O **pátio do Centro Cultural Mercado de Sant'Ana** acolheu várias iniciativas de natureza cultural, comemorativa e institucional. No dia 25 de abril decorreram as comemorações do 25 de Abril, com a atuação de uma filarmónica na entrada principal do edifício e o acolhimento das 11 filarmónicas do concelho para um almoço-convívio. Nos dias 1 e 2 de maio foi assegurado o apoio logístico à montagem e realização do evento *Gathering Supercars*, que contou com cerca de 400 participantes num almoço realizado no pátio. Entre os dias 5 e 10 de maio decorreu o Leiria Film Fest, tendo o espaço acolhido e apoiado as atividades associadas ao evento. No dia 22 de maio foi assegurado o apoio logístico a um almoço do GT Tour, para cerca de 100 pessoas. Nos dias 11, 18 e 25 de maio realizaram-se as sessões da iniciativa Danças de Segunda, promovida pela Associação Asteriscos. No dia 31 de maio teve igualmente lugar o convívio da Trovantina.

No **Auditório Manuel Artur Santos** realizaram-se, nos dias 17 e 24 de abril, reuniões com os operadores económicos da Praça Rodrigues Lobo. O espaço acolheu ainda sessões do GIP Imigrante da InPulsar, nos dias 19, 26 e 28 de maio, bem como uma reunião promovida pelo Sindicato dos Professores, na modalidade de aluguer, realizada no dia 27 de maio, para as quais foi garantido o necessário apoio operacional.

Paralelamente, a equipa do CCMS prestou diversos apoios técnicos e operacionais a iniciativas promovidas por outros serviços e equipamentos municipais. Foi ainda assegurado o apoio logístico à Cerimónia de Entrega de Viatura à PSP – entrega do Posto Móvel de Atendimento, às comemorações do Aniversário da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Leiria, às comemorações do Dia da Cidade, ao evento “Foto Tipo Passe” e ao Mercado da Tradição, nos dias 30 e 31 de maio.

A considerar, no período em evidência, um total de 3.147 visitantes.

3. Banco das Artes Galeria (BAG)

O período em referência foi marcado pela reabertura do edifício ao público, no dia 21 de maio, com a inauguração da exposição de escultura “O QUÊ?!” do artista holandês Jeff van Weereld.

Em paralelo, o BAG manteve e reforçou a sua estratégia de mediação cultural e descentralização através de três iniciativas: o programa “Fora de Portas”, com a dinamização de atividades pedagógicas sobre Arte Contemporânea, História de Leiria e Arquitetura nas escolas do ensino básico do concelho de Leiria; o Programa “Palcos da Arte”, iniciativa desenvolvida pelos alunos de Educação Básica do IPLeiria que consistiu na criação de uma narrativa performativa itinerante sobre o Percorso Korrodi e as Lendas da cidade, apresentada aos alunos de educação básica; e a participação no Bioblitz - Fundação de Serralves, no Porto, através da realização de oficinas de Arte e Natureza focadas na observação e no desenho.

Público (Total: 1.293 participantes/visitantes):

- Visitantes na galeria (Exposição e Edifício): 785 visitantes
- Atividades “Fora de Portas” (Escolas): 358 participantes
- Atividades Bioblitz (Serralves – Porto): cerca de 150 participantes

Todas as atividades mantiveram o carácter gratuito e de livre acesso ao público.

4. Leiria Cidade Criativa da Música | UNESCO (LCCM)

No dia 11 de abril, aconteceu a deambulação do grupo West Notes pelas ruas da cidade, no âmbito da 5ª edição do "Jazz no Centro Histórico", projeto da Associação Jazz de Leiria;

No dia 24 de abril, recebemos um grupo de alunos de doutoramento e mestrado da UC - área do Turismo Cultural com o objetivo de conhecerem o projeto da LCCM e a relação deste projeto com o turismo cultural, através da apresentação na Black Box sobre a atividade e o posicionamento da LCCM;

Já em maio, foi dado o arranque ao primeiro de três concertos pelo grupo de solistas da SAMP a realizar no Centro de Artes Villa Portela em maio, junho e julho. Foram ainda encetados os procedimentos para diversas contratações de âmbito musical a decorrerem em 2026.

Foi ainda efetuado o acompanhamento das comunicações e da logística associada à atuação do grupo "A CATRAIA", que irá atuar a convite da cidade da música polaca KATOWICE no festival "Gardens of Sounds", que se realiza no dia 27 de junho.

5. Teatro Miguel Franco

Foram acolhidas 78 iniciativas culturais, distribuídas pelas áreas do teatro (12), dança (3), música (15), cinema (40) e outros eventos (8).

Registou-se um total de 7.148 espectadores e uma receita de €16.640,75.

6. Black Box – Plataforma de Criação Artística

Foram realizadas 13 ações culturais, incluindo dança (4) teatro (4), música (3) e outros eventos (2), com um total de 1596 espectadores.

7. Grandes Eventos

No âmbito da iniciativa "75 Minutos de Paz", foi mediado com as Juntas e Uniões de Freguesia o agendamento de cada um dos concertos, verificadas as necessidades logísticas, preparados os materiais de divulgação e os respetivos licenciamentos autorais. No universo das 20 freguesias, apenas 4 não participaram na iniciativa, por dificuldade de agenda ou por não disporem de espaço para o acolher.

No âmbito do Pro-Leiria – apoios não financeiros, o processo do "Mercado da Tradição" da AFRLAE, foi elaborado e presente à Reunião de Câmara de 18/05/2026, e articulada toda a logística necessária para a sua realização, nos dias 30 e 31 de maio.

Com a reabertura ao público dos espaços municipais foi mediada a ativação do seguro municipal para 3 exposições e para o evento "Tipo Passe".

8. Stay Lab – Galeria MAS

Durante o período em análise, destacam-se os seguintes acontecimentos e dados estatísticos:

- O Stay Lab reabriu ao público no dia 12 de maio, após os impactos da tempestade Kristin. Durante o período de encerramento, o equipamento assegurou a valência de atendimento ao público do projeto municipal Reerguer Leiria, garantindo a continuidade do apoio à população;
- A "Game JAM" da Licenciatura em Jogos e Multimédia (IPL/ESTG) subordinada ao tema "Stay Lab: Leiria Viva", de 23 a 24 de maio, com a participação de 78 jovens estudantes;

- Total de utilizadores: 140.

9. Cineteatro de Monte Real

Equipamento encerrado desde a ocorrência da tempestade Kristin.

10. Centro de Artes Villa Portela (CAVP)

Durante o período em referência, destacam-se as seguintes ações:

- Produção e apoio à montagem da exposição “Corpo Fantasma”, desenvolvida em articulação com a Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE) e inaugurada a 22 de maio;
- Produção e montagem da exposição “Fala do Tronco”, da artista Sofia Silva, culminando na sua inauguração a 31 de maio;
- Realização de atividades do Serviço Educativo, com destaque para a participação no projeto “Bioblitz” em articulação com a Fundação de Serralves, nos dias 20 e 26 de abril e da iniciativa “Fora de Portas”;
- Dinamização de atividades pedagógicas com uma comitiva Erasmus+ (Alemanha), englobando uma palestra sobre os impactos da tempestade Kristin na Villa Portela, workshops artísticos de cianotipia e pintura com clorofila, e a plantação de uma árvore simbólica;
- Dinamização da Loja do Centro de Artes Villa Portela, destacando-se o contacto com o artista Vítor Reis para a preparação de exposição pop-up na loja da Villa Portela;
- Reabertura oficial do Centro de Artes Villa Portela ao público no dia 22 de maio, assinalada com a inauguração da exposição “Corpo Fantasma” (262 visitantes desde a abertura às 17h30 até às 19h) e com um concerto dos solistas da SAMP;

A afluência de Público à exposição: 966 visitantes e a faturação da Loja Villa Portela foi 22,00€, no período entre 22 e 31 de maio.

DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL

O Agromuseu Municipal Dona Julinha acolheu, neste período, um total de 244 visitantes, tendo o serviço educativo promovido, 6 visitas guiadas e atividades do serviço educativo, nomeadamente “Pequenos Hortelãos” e “Pinto o que vejo”.

Para além das atividades gerais, foi lançado o projeto “Ortigosa: Histórias, Tradições e Memórias”, em parceria com a Junta de Freguesia da Ortigosa, a Samvipaz e o Rancho Folclórico Flores da Primavera, com o intuito de valorizar o património local e promover o envolvimento comunitário, tendo sido realizada a primeira sessão, na Samvipaz, que contou com a participação de 29 utentes.

O Agromuseu acolheu uma sessão de auscultação promovida pela ADASCO, no âmbito da reativação da marca “Norte de Leiria” com 20 participantes.

O Agromuseu participou na 12.ª edição do BioBlitz Serralves com a dinamização da oficina “Pequenos Hortelãos” 113 crianças.

No âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas”, foi dinamizada a atividade “Tradicionalmente explorando - Conhece o Agromuseu”, que contou com a participação de 115 alunos de escolas do concelho.

O Castelo de Leiria registou, no período em análise, um total de 2.944 visitantes em regime de visita livre, visitas orientadas, visitas guiadas, participantes em atividades pedagógicas, cedências de espaço e

entradas em datas comemorativas. Relativamente às atividades realizadas fora do Castelo, participaram 452 pessoas.

No âmbito do Serviço Educativo, foram dinamizadas 13 atividades. Realizaram-se 3 visitas livres, que contaram com 69 participantes, e 2 visitas guiadas, com um total de 76 participantes. No contexto do evento “Bioblitz – Serralves”, realizado no Porto, entre 21 e 26 de abril, foi promovida a oficina pedagógica “A Horta do Alcaide”, que registou 250 participantes. No âmbito do projeto “Património em Rede – Fora de Portas”, foram dinamizadas 5 sessões da atividade “Lendas do Castelo e da Cidade” e 1 sessão da atividade “A Horta do Alcaide”, totalizando 202 participantes. Foi ainda realizada 1 atividade com o kit pedagógico “À Descoberta do Castelo de Leiria”, que contou com 49 participantes.

No âmbito da programação cultural, foram promovidas 4 atividades, que reuniram um total de 1.728 participantes:

- “Recriação Medieval Histórica”, organizada pela Associação Vícios do Campo, integrada nas Festas da Cidade e na reabertura do Castelo, entre 22 e 25 de maio, com 1.146 participantes;
- “Pedras com História: Construção e Reconstrução do Castelo de Leiria”, visita orientada, com 40 participantes;
- Residência Artística com o artista plástico Abílio Febra, com 478 participantes;
- Inauguração da exposição “A Poética dos Materiais”, de Abílio Febra, com 64 participantes.

Mantiveram-se igualmente patentes ao público a exposição de longa duração “Castelo de Leiria: Construções de um Lugar” e a exposição temporária “A Poética dos Materiais”, de Abílio Febra, instalada nas Cisternas do Castelo e integrada no circuito de visita.

No período homólogo, registou-se ainda 1 atividade em regime de cedência de espaço, totalizando 25 participantes.

Realizou-se igualmente 1 visita livre, no âmbito do PRO Leiria, que contou com 61 participantes.

Durante o período em análise, não foram desenvolvidas atividades na Igreja de São Pedro, que se mantém encerrada devido aos danos provocados pela tempestade *Kristin*.

O CIALV - Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho e Vale do Lapedo, reabriu ao público em 16/04/2026, após os danos causados pela Tempestade *Kristin*, e recebeu um total de 34 visitantes, todos em regime de visita livre.

Para além das atividades gerais, foram desenvolvidas ações pós tempestade *Kristin*, em articulação com diversas entidades para mitigação dos danos no Abrigo do Lagar Velho (ex.: corte de árvores caídas).

No CDIL – Centro de Diálogo Intercultural de Leiria:

A Igreja da Misericórdia encontra-se encerrada ao público desde 28/01/2026, em consequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*. Recebeu no dia 2 de maio o Ciclo de Música Exploratória Portuguesa, organizados pela Fade In (58 participantes) e nos dias 9, 10 e 11 de maio os concertos do Ciclo de Guitarras, dinamizados pelo Orfeão de Leiria (179 participantes). Trata-se de programação enquadrada no ProLeiria e agendada já desde finais de 2025. Total: 237 participantes.

A Casa dos Pintores esteve encerrada ao público entre 28/01/2026 e 19/03/2026, tendo reaberto a 20/03/2026. No período em análise contabilizou 261 visitantes, todos em regime de visita livre.

O mjlmo - museu da imagem em movimento, durante este período, manteve-se encerrado ao público para a realização de obras de reabilitação decorrentes dos danos causados pela depressão *Kristin*. Neste contexto, a equipa do museu acompanhou os trabalhos de intervenção realizados no exterior e no interior do edifício, articulando a sua atividade com as necessidades decorrentes da obra. Paralelamente, foram desenvolvidos diversos trabalhos de gestão de coleções, conservação preventiva, preparação da reabertura do museu, incluindo a reorganização dos espaços expositivos, a criação e adaptação de salas para acolhimento de novos conteúdos museográficos, bem como trabalhos de manutenção e pintura. Procedeu-se igualmente à produção e montagem do núcleo expositivo “Fabião – Uma memória coletiva”.

Apesar do encerramento do espaço museológico, o Serviço Educativo desenvolveu alguma atividade, contabilizando a realização de 3 visitas guiadas, com um total de 48 participantes, e 11 oficinas pedagógicas, que envolveram 257 participantes.

As visitas guiadas realizadas incluíram a visita “A bonança pós-tempestade: oportunidades em tempos de portas fechadas”, integrada nas comemorações do Dia Internacional dos Museus. No dia 28 de maio realizou-se uma visita para a Turma de Cinema e Fotografia do Mestrado em Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. No dia 30 de maio foi promovida uma visita no âmbito das Jornadas da Primavera do ICOM.

No âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas”, foram dinamizadas atividades junto de 10 turmas, envolvendo um total de 231 alunos.

No âmbito do Leiria Film Fest, realizou-se, no Mercado de Sant’Ana, uma oficina de brinquedos óticos simples, com 26 participantes. A sessão de curtas-metragens de animação destinada a famílias contou com a presença de 60 participantes.

Durante este período foram ainda desenvolvidos os trabalhos de produção e montagem do núcleo expositivo “Fabião – Uma memória coletiva”, bem como os trabalhos de preparação e produção da exposição “Sobre o Silêncio”, de António Bracons, cuja apresentação se encontrava prevista para período posterior.

Para apoio ao Reerguer Leiria, durante este período, foram destacados trabalhadores da equipa.

O Moinho do Papel reabriu portas em 16 de maio ao público, após os danos causados pela tempestade *Kristin*, tendo contabilizado, desde então, 295 visitantes.

Para além das atividades gerais, foram realizados vários projetos educativos e de programação cultural, dos quais se destacam:

- Visita guiada à exposição Poem’Arte pela artista Olinda Mota;
- Dia Internacional dos Museus: Oficina de reciclagem de papel, oficina de papel marmoreado;
- Domingo nos Museus – Oficina de pintura sob o tema “Pintar à maneira de Mondrian” para famílias;
- Bioblitz – Serralves - O Moinho do Papel associou-se à 12.ª edição do BioBlitz Serralves que é um evento dirigido à comunidade educativa, público em geral e famílias, com uma forte componente pedagógica e científica de referência no âmbito da educação e sensibilização para a

Biodiversidade. Participaram na oficina oferecida pelo Moinho 243 crianças nos dois dias de participação;

- Moinho Fora de Portas – Deslocação do Moinho ao Instituto Politécnico de Tomar e a Escola José Saraiva com a oficina de reciclagem de papel e feitura de papel de algodão;
- Lançamento de livro – Lançamento do livro “O poder de acreditar” de Fernando Frazão;

A oficina do serviço educativo “Como nasce o papel”, no âmbito do projeto Património em Rede/Museus Fora de Portas, iniciativa da Divisão de Museus, foi dinamizada em 4 Agrupamentos de escolas, com a participação de 110 alunos.

Para apoio ao Reerguer Leiria, durante este período, foram destacados trabalhadores da equipa.

O Museu de Leiria reabriu ao público em 29/05/2026, após os danos causados pela Tempestade *Kristin*, e recebeu um total de 243 visitantes/ participantes: 38 visitantes em regime de visita livre; 61 participantes nas Jornadas de Primavera do ICOM; 74 visitantes integrados na Celebração 103º Aniversário do CNE; 70 participantes no concerto Capítulo #5: Daniel Johnston.

Para além das atividades gerais, foram dinamizadas atividades de serviço educativo ao projeto Património em Rede/Museus Fora de Portas.

O museu tem participado em vários projetos de investigação, preservação, valorização e formação na área do património cultural, tais como o acompanhamento de estágio de um aluno da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo - Curso Profissional de Técnico de Turismo; inventariação das coleções de pintura moderna (séc. XVI – XIX) e de objetos em plástico do Museu; inserção de dados do Inventário do acervo do Museu de Leiria na plataforma *In Patrimonium*; catalogação do fundo documental do museu, em articulação com o Castelo de Leiria e a BMALV; gestão do processo com vista ao restauro de obras de Lino António e das obras de Tereza Arriaga (doadas ao Município e existentes no edifício da CML); gestão do processo de empréstimo de parte destas obras à Câmara Municipal de Oeiras para integração na exposição “Tereza Arriaga: um percurso de obra e vida”, entre julho e dezembro de 2026; acompanhamento da contratação do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria. – Fase 2, integrada no projeto geral de Estabilização e Valorização do Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; acompanhamento e gestão das ações subsequentes à atribuição da Marca de Património Europeu 2025 ao Abrigo do Lagar Velho/ Criança do Lapedo/ Vale do Lapedo: participação em reuniões e formações; desenvolvimento do projeto de mediação cultural para o Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR e dos eixos de ação da Marca de Património Europeu: articulação com a equipa contratada para execução do projeto, articulação com escolas e lares para dinamização de atividades; produção de 10 pareceres/ informações/ análises de arqueologia e património para informar DOM, DGU, DITSR, DIADS, Gabinete Técnico Florestal e arqueólogos responsáveis por intervenções no concelho; participação na comissão de vistorias a edifícios degradados no centro histórico (participação em reuniões técnicas/ de monitorização; produção de pareceres); acompanhamento do processo de monitorização geológica e estrutural das Muralhas do Castelo de Leiria (participação em reuniões técnicas, análise dos relatórios).

Para apoio ao Reerguer Leiria, durante este período, foram destacados trabalhadores da equipa.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR E DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No domínio do planeamento e da governança da política educativa municipal, destacam-se as reuniões do Conselho de Diretores, realizadas nos dias 30 de abril e 28 de maio, bem como a concretização da iniciativa Município Vai à Escola, que decorreu em vários estabelecimentos de ensino do concelho.

Esta iniciativa teve lugar no Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, no dia 13 de maio; no Agrupamento de Escolas de Colmeias, no dia 14 de maio; no Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, no dia 21 de maio; no Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, no dia 27 de maio; e na Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, no dia 29 de maio.

O Conselho Municipal de Educação tomou posse no dia 14 de abril, tendo, nessa sessão, debatido a proposta de rede escolar para o ano letivo 2026/2027. Posteriormente, voltou a reunir no dia 30 de abril, com o objetivo de analisar a proposta de oferta de ensino profissional no concelho e proceder à avaliação do primeiro semestre.

Relativamente à rede escolar para 2026/2027, foi discutida, em sede de Conselho Municipal de Educação, a necessidade de reorganização da rede escolar, em particular na zona urbana de Leiria.

Neste âmbito, destacaram-se medidas como a reabertura do Jardim de Infância Janardo, a definição da oferta educativa na EB Pinheiros, a abertura da EB S. Romão no ano letivo 2026/2027 e a organização da oferta educativa na EB Guimarães. Este processo visa assegurar uma resposta adequada às necessidades educativas da comunidade, promovendo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis e garantindo a qualidade do ensino. Ao nível do ensino secundário, salienta-se a abertura de uma turma do curso de Ciências Socioeconómicas, bem como a definição da rede de ensino profissional. Regista-se ainda a abertura de uma turma CEF na Escola N.º 2 de Marrazes.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR

No âmbito do processo de transferência de competências da administração central para o Município, na área da educação (2.º, 3.º ciclos e secundárias), continuou o trabalho de acompanhamento, monitorização e avaliação do processo. Assim, informa-se que foram realizadas duas transferências, conforme previsto na Quinta Modificação ao Contrato Interadministrativo de delegação de Competências celebrado com os agrupamentos de escolas e com as escolas não agrupadas (cujas transferências passaram a ser mensais).

Valor das verbas transferidas para os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas.

AE / ENA	Valores
AE Caranguejeira - Santa Catarina da Serra	40 143,58 €
AE Colmeias	31 342,50 €
AE Henrique Sommer	31 151,80 €
AE Marrazes	63 724,62 €
AE Rainha Santa Isabel	52 725,80 €
AE Correia Mateus	44 508,30 €
AE D. Dinis	39 796,92 €
AE Domingos Sequeira	86 685,24 €
Esc. Sec. Francisco Rodrigues Lobo	34 000,52 €
Esc. Sec. Afonso Lopes Vieira	17 508,72 €
	441 588,00 €

Em preparação os procedimentos concursais para aquisição de equipamento informático e audiovisual, mobiliário escolar, material didático e equipamento de refeitório e cozinha.

A decorrer a intervenção nas escolas afetadas pela tempestade em parceria com o Departamento de Obras Municipais. E a preparação da intervenção da requalificação dos seguintes estabelecimentos de ensino: EB n.º 2 de Marrazes, EB Dr. Correia Alexandre, EB Santa Catarina da Serra, EBS Henrique Sommer e EB Colmeias, em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Territorial.

DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No período em análise, foi dada continuidade à execução dos Programas de Apoio à Família, em simultâneo com o início dos trabalhos de planeamento do próximo ano letivo.

O Gabinete de Apoio às Refeições Escolares manteve a monitorização dos refeitórios escolares e formação *in loco* aos funcionários afetos a este serviço. Assim como a monitorização do Programa da Fruta Escolar.

No âmbito do Projeto Educativo Municipal, foram desenvolvidas diversas iniciativas ao longo do período em análise, abrangendo áreas como o empreendedorismo, a orientação escolar e profissional, a cultura, a participação cívica, a inclusão e a valorização do ensino profissional.

Neste contexto, realizou-se, no dia 16 de abril, na Black Box, a Final Municipal do Empreendedorismo nas Escolas. Entre os dias 22 e 23 de abril decorreu o Fórum Emprego e Formação Profissional, que contou com a participação de todas as turmas do 9.º ano.

No domínio cultural, teve início, no dia 19 de abril, o XXXI Festival de Teatro Juvenil Miguel Franco, que se prolonga até 14 de junho. A iniciativa decorre nos palcos do Teatro José Lúcio da Silva, do Teatro Miguel Franco e da Black Box, integrando 21 peças apresentadas por grupos de teatro das escolas do concelho, companhias de teatro de Leiria e grupos oriundos de quatro concelhos vizinhos.

Foi ainda desenvolvida a preparação da Assembleia de Pequenos Deputados, através da deslocação às escolas, reforçando a promoção da participação cívica dos alunos.

Nos dias 9 e 16 de maio de 2026, realizou-se o 8.º Encontro sobre Inclusão em Contexto Escolar, subordinado ao tema “Há um mundo na minha escola: porque existem ainda tantos alunos de outros mundos?”, promovendo a reflexão sobre os desafios da inclusão em meio escolar.

No dia 30 de maio, decorreu, no IPDJ, o II Fórum do Ensino Profissional: O Futuro que se Constrói, iniciativa orientada para a valorização do ensino profissional e para a articulação entre os diferentes intervenientes educativos e formativos.

A Equipa Multidisciplinar PIPSE manteve a intervenção nas escolas, dando continuidade ao acompanhamento desenvolvido junto da comunidade educativa e implementando o projeto “Um Passo em Frente”. Assim como o acompanhamento no Redes na Escola, no que se refere ao 2.º e 3.º ciclos e secundário.

Foi igualmente iniciado o processo de construção do Plano Estratégico Municipal de Educação – Leiria Concelho Educador: Educar para a Criatividade, Crescer com Humanismo, referente ao período 2026–2029.

UNIDADE DE BIBLIOTECA MUNICIPAL

No período referido em epígrafe, a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira- BMALV, a “Casa dos Livros de Leiria”, deu continuidade ao seu plano de ação, como espaço de estudo, investigação, oferta cultural eclética, promoção do livro, da escrita, dos autores e da leitura.

Apesar da tempestade Kristin a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira esteve sempre aberta ao público.

Entraram na Biblioteca neste período **18.779** utilizadores.

Neste período realizaram-se **177** novos cartões de leitor.

Neste período realizaram-se **5.156** empréstimos.

Na Caixa de Devoluções entregaram **330** documentos.

Acessos aos computadores: 140 utilizadores.

Listagem de Livros/Documentos TOP

Listagem de Livros/Documentos TOP**Existências Mais Empréstadas**

Posição	Título	Quantidade
1	Os mauzões	28
2	Spy x family	13
3	Visão	11
4	Blue exorcist	10
5	Naruto	9
6	Demon Slayer	8
7	Visão júnior	6
8	O hotel das recordações	6
9	Chainsaw man	6
10	Saber viver	5

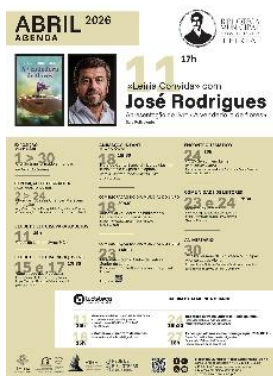
Atualmente, as redes sociais da BMALV têm:

- Facebook – 10.941 seguidores
- Instagram – 4.442 seguidores
- Youtube - 358 seguidores
- X - 25 seguidores
- Threads – 596 seguidores

Relativamente aos canais de comunicação da BMALV:

- WhatsApp – 45 seguidores
- Telegram – 109 seguidores

Neste período em apreço a BMALV apresentou a sua agenda cultural eclética, com oferta relativa a diversas manifestações culturais, com destaque para o Leiria Convida com José Rodrigues e também José Pedro Castanheira, apresentação de livros, exposições, ateliês, e outras atividades para todos os públicos.



Apresentação dos Livros:

- «As minhas avós» de Lúcia Neves
- «A incrível história do meu avô anarquista» de Óscar Enrech Casaleiro
- De ilha a ilha: duas décadas de trocas epistolares entre Afonso Lopes Vieira & Vitorino Nemésio» de Cristina Nobre

Realizaram-se ainda na galeria de arte da BMALV, as exposições

- O chão transformado em ondas de Ricardo Gomes
- «Porque todas as crianças merecem proteção», org. Centro Social Paroquial de Regueira de Pontes
- «O nosso Mar começa aqui... 70% de ti» - Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo
- «Os meus escritores» de António José Ervideiro
- «Desenhar Leiria» dos alunos da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira
- «Rostos Deste Mundo» de Carlos Figueiredo

Decorreu ainda, o Clube de Leitura Livros & C.^a, o Clube de Leitura para Jovens «Sociedade das Raposas», o Clube de Leitura Sénior de Leiria, a Comunidade de Leitores – Acadamia Pometeu, a Meditação na Biblioteca, a Malharia – Encontro de Malhas, o atelier «Ideias e Brincadeiras», a Hora do Conto nas Freguesias, a Hora do Conto, Bebeteca, a Bebeteca Extra na Ludoteca, a atividade «Mãe, Pai vou dormir à Biblioteca», o Clube de Leitura Sénior de Leiria, o Encontro Temático «O 25 de Abril em Leiria» com Acácio Sousa, o 71.º Aniversário da BMALV e a Semana da Leitura «Leiria não existe... sem leitores».

Ludoteca Municipal de Leira

Entraram na Ludoteca neste período 3.952 utilizadores.

Neste período realizaram-se 3.362 consultas (Publicações Periódicas, Livros Adulto, Livros Infanto / Juvenil e Jogos).

Neste período realizaram-se 18 atividades - 591 participantes.

ANIMAÇÃO

- Bebeteca – 3 sessões – 43 crianças + 52 acompanhantes
- Hora do Conto – 2 sessões – 22 crianças + 40 acompanhantes

- Ideias e Brincadeiras – 2 sessões – 27 crianças + 24 acompanhantes
- Histórias que abraçam – 4 sessões – 164 crianças + 19 acompanhantes
- Visitas / Hora do Conto – 11 visitas – 252 crianças + 21 acompanhantes
- Histórias de Fio a Pavio – 5 sessões – 94 utentes – 24 acompanhantes
- Projeto - "Conta-nos histórias" - Serviço pediatria – 15 crianças + 39 empréstimos
- Projeto - "Conta-nos histórias" - Serviço UCEP – 6 crianças

Neste período em apreço decorreram também os projetos:

Tertúlia "Janelas para o mundo - livros que nos tocam"

- Estabelecimento Prisional Preventivos - 2 sessões; 24 participantes; 80 empréstimos;
- Estabelecimento Prisional Jovens - 3 sessões; 23 participantes; 121 empréstimos

Serviço Empréstimo na Unidade de Internamento de Doentes de Evolução Prolongada de Psiquiatria (UIDEPP) nos Andrinos - Hospital de Leiria - 2 sessões; 40 participantes; 40 empréstimos

Semana da Leitura nas escolas: cerca de 17 000 participantes

Semana da Leitura na Biblioteca Municipal: 634 participantes

Roteiro com um escritor - Ensino secundário: 5 sessões com a participação de 275 alunos

Escrita criativa - 3º ciclo - 8 sessões com a participação de 210 alunos

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Este Serviço elaborou e acompanha a Correção Material da 6.ª Alteração ao PDM (Aviso nº 9036/2026/2, de 21 de abril), com posterior submissão para conhecimento da Assembleia Municipal e subsequente tramitação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro e remissão para publicação e depósito. No âmbito da 6ª alteração do PDM tramitação da publicação e depósito.

Elaboração da Declaração Ambiental da 6.ª Alteração à primeira revisão do PDM Leiria; foi disponibilizado ao público através do sítio eletrónico do Município e remetido à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., o respetivo Relatório Ambiental e o correspondente Resumo Não Técnico.

No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), foi dada continuidade ao processo de delimitação das áreas concelhias integradas na REN, que é responsabilidade dos Municípios, desenvolvendo diversas tarefas, sendo a metodologia fixada com base nas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (OENR). Disponibilização dos elementos da 3ª alteração à delimitação da REN do Município de Leiria no sítio da internet. Atualização da página da internet referente ao PDM, em face da publicação da 6ª alteração ao PDM e à disponibilização da respetiva Declaração Ambiental.

Desenvolvimento de trabalho técnico respeitante procedimento simplificado de reclassificação dos solos previsto no artigo 72.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), como seja definição de critérios orientadores para a apreciação/avaliação dos pedidos de reclassificação de solo rústico para solo urbano, com vista a reforçar e uniformizar procedimentos internos e contribuir para uma avaliação mais consistente e fundamentada das pretensões apresentadas pelos particulares., assegurando a eficiência da tramitação administrativa.

Acompanhamento da elaboração do plano de pormenor do Vale da Cabrita (Relatório de Definição do Âmbito (RDA) da AAE do Plano de Pormenor do Vale da Cabrita, compilação de pareceres de entidades

consultadas; atualização das peças desenhadas à nova cartografia 1/500); no âmbito do Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte foi efetuada análise técnica da possibilidade de execução do plano sem recurso aos sistemas de execução legalmente previstos, nos termos de exceção consagrada no RJIGT, em face do regime-regra de execução sistematizada dos planos territoriais; no âmbito do Plano de Pormenor do Outeiro avaliação sumária da eventual possibilidade de alteração do plano por parte do promotor; no âmbito do Plano de Pormenor de São Romão Olhalvas reunião com potenciais interessados no desenvolvimento de parte de uma unidade de execução.

Acompanhamento da elaboração do Plano de Urbanização da Nova Estação de Leiria (PUEL) (análise e apreciação dos esclarecimentos prestados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) sobre questões suscitadas pelo Município, contribuindo para a avaliação da oportunidade e enquadramento do futuro instrumento de planeamento; colaboração na elaboração do relatório de definição de oportunidade, dos termos de referência e da qualificação do procedimento para efeitos de Avaliação Ambiental Estratégica).

Destaca-se a colaboração com as demais unidades orgânicas dos Serviços, nomeadamente em projetos que tramitam pelo DEOM, DEDT, DEH, DICAIE, UTC, DILD e DIPM com o enquadramento urbanístico de diversos projetos, elaboração de Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção; elaboração de peças escritas de projetos na elaboração de memórias descritivas e garante do cumprimento de formalismos legais (submissão nas plataformas SIRJUE e SILIAMB) de diversas obras e intervenções; elaboração de peças gráficas; tramitação de pedido de título de utilização de recursos hídricos (TURH). Colaboração com o DEGU na interpretação de normas dos Planos; verificação da nova cartografia NdD1 fornecida pela empresa para a área de três planos de pormenor, da estação da Sismaria e da Nova Estação LAV; colaboração com o Vereador responsável pela Gestão Urbanística na prestação de enquadramento urbanístico de diversas situações.

No âmbito de processos de licenciamento, foram efetuadas notificações à Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, tendo como base a elaboração de informação com o enquadramento no PDM e envio à entidade.

Foi garantida a análise e resposta a inúmeros pedidos de esclarecimento e solicitações recebidas, por diversos meios, incidindo sobre matérias relacionadas com a reclassificação de solos, instrumentos de gestão territorial, infraestruturas rodoviárias e procedimentos urbanísticos. Foram elaboradas 41 certidões de usos e condicionantes, 125 Informações técnicas e gráficas em resposta a solicitações via e-mail; apoio técnico presencial (Balcão Único) e telefónico na emissão de plantas e interpretação de informação geográfica online.

No âmbito da tempestade Kristin análise e validação de pedidos de candidatura a apoios efetuados por residentes com as habitações próprias afetadas e realização de vistorias de controlo.

Participação na sessão "Planeamento Regional em Debate: O Contributo dos PROT (Programas Regionais de Ordenamento do Território)", promovida pela Ad Urbem, realizada em Coimbra no dia 27 de maio de 2026.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS

Elaboração, acompanhamento e coordenação dos seguintes projetos/ações:

- T 49/2017 - Loja de Cidadão - proposta de estudo para colocação de dois postos de atendimento da E- Redes, no piso 1;
- Projetos e candidaturas: apoio ao Departamento na coordenação dos projetos financiados, no âmbito de vários Avisos, de acordo com calendarização prevista e respetivo procedimentos concursais: projetos de arquitetura e especialidades e pareceres de entidades;
- T 65/19 - Reabilitação de 35 Habitações Sociais - Assistência Técnica (Certificado Energético) Finalizada;
- T 37/20 - Requalificação da Antiga Adega Cooperativa, Cortes - revisão do projeto;
- T 10/2021 - Projeto da construção do Auto Silo, na Rua dr. João Soares – triagem do projeto de execução;
- T 10/2021 - Projeto da construção do Auto Silo, na Rua dr. João Soares – triagem do projeto de execução;
- T 48/21 - Aprovação em sede de Reunião de Câmara do projeto de execução da req. Do Jardim do solar do Visconde da Barreira;
- T 02/22 - Antigo Edifício EDP, Espaço CoWork - Projeto de execução em revisão;
- T 52/22 - Requalificação da Rotunda Dom Dinis e envolvente: Estudo prévio e faseamento;
- T 67/22 - Projeto de arranjos exteriores e reabilitação de armazéns em edifício municipal - Ponte Hintze Ribeiro – Revisão de projeto de execução;
- T 72/22 – Projeto de Complexo de Piscinas ao Ar Livre – A pareceres da APA, CCRDC e DGADR;
- T 75/2022 - Rua D. José Alves Correia da Silva - estudo para paragem de autocarros e ilha ecológica, junto ao Colégio CCMI;
- T 20/2023 - Habitação a custos controlados - Coimbra. Execução da Propriedade Horizontal;
- T 26/23 – Projeto de Execução ponte pedo-ciclável sobre rios Lis e Lena – a aguardar decisão superior sobre parecer DGADR;
- T 31/24 – Requalificação de 7 habitações (8fogos) do Bairro Secil, Maceira – Estudo Prévio;
- T 10/25 - Proposta nº 423 OP 24/25 - Edifício apoio Mercado Bajouca - anteprojecto;
- T 20/25 - Projeto Requalificação e Ampliação CS Dr. Gorjão Henriques – projeto base;
- T 22/25 - Proj. Execução Espaço Polícia Municipal – aprovação do projeto de execução;
- T 55/25 - Levantamento topográfico e levantamento cadastral de infraestruturas - r. Paulo VI Leiria;
- T 63/25 - Projeto do parque de estacionamento do C.Saúde Dr. Gorjão Henriques - Prestação suspensa;
- T 72/25 - Aquisição de serviços para Elaboração de projeto ordenador da Rua Paulo VI;
- T 86/25 - Projeto de requalificação do acesso à Quinta da Malta e respetivo parque de estacionamento;
- T 04/26 - Projeto Inst. CDI - C.S. Gorjão Henrique – em aprovação PE e abertura proc. empreitada;
- T 23/26 - Projeto Unidade de Saúde da Ortigosa e Regueira de Pontes – projeto base;
- EB2,3 Parceiros – apoio técnico na definição de programa e escolha de terreno;
- T36/26-Requalificação da EB2,3 Correia Alexandre, Caranguejeira– início de procedimento; T38/26 - Requalificação da EB2,3 de Colmeias - elaboração das peças de procedimento

- T39/26 - Requalificação da EB2,3 e Secundária Henrique Sommer, Maceira - elaboração das peças de procedimento e visita ao local com equipa projetista;
- T 52/26 - Levantamento arquitetónico e topográfico - EB Dr. Correia Alexandre e EB Henrique Sommer – em execução;
- T 53/26 - Elaboração Estudo Geológico e Geotécnico e Relatório Avaliação de Vulnerabilidade Sísmica - EB Dr. Correia Alexandre e EB Henrique Sommer – em execução;
- T 62/26 - Levantamento arquitetónico e topográfico - EB St. ^a Catarina da Serra e EB Colmeias – concluído;
- T 63/26 - Elaboração Relatório Avaliação de Vulnerabilidade Sísmica - EB St. ^a Catarina da Serra e EB Colmeias – concluído;
- T 84/26 - Elaboração Projeto Estabilidade e Planos de Saúde e de Gestão de Resíduos de Percurso Pedo-ciclável - em adjudicação;
- T 90/26 - Fase 2 – Projeto execução das infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo – em adjudicação;
- T 113/26 - Projeto execução Percurso Pedo-ciclável Aquapolis – em execução;
- Gabinete Reerguer Leiria - Análise técnica de candidaturas no âmbito do apoio às habitações afetadas pela tempestade *Kristin* – CCDD (2 técnicos a tempo inteiro e 2 técnicos com 1 hora de serviço e horas extraordinárias; todos os técnicos requisitados para este procedimento);
- Edição na plataforma SIG, das “PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS”, Obras Municipais, do ano 2025;
- Edição na plataforma SIG, dos projetos das Obras Municipais, referentes aos anos de 2013 e 2012;
- Execução das alterações das opções de implantação da US Ortigosa/Regueira de Pontes;
- Execução dos extratos do PDM, para diversos projetos da DiEPM, nomeadamente das Escola EB de Colmeias, Caranguejeira, Maceira e Santa Catarina da Serra;

UNIDADE DE REGENERAÇÃO URBANA

Áreas de Reabilitação Urbana da Cidade de Leiria - ARU

- Atualização do cadastro matricial das ARU da cidade de Leiria – permanente;
- Emissão de Certidões de localização de edifícios em ARU;

Licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público no Centro Histórico (Esplanadas)

- Análise e elaboração de informações técnicas destinadas a apoiar a tomada de decisão no âmbito dos processos de licenciamento que tramitam na Divisão de Licenciamentos Diversos.
- Elaboração de propostas de melhoria das esplanadas sobre espaço público no Centro Histórico e espaço envolvente ao Centro Comercial Maringá.

Benefícios Fiscais - Reabilitação Urbana

- Prestação de esclarecimentos e emissão de informações técnicas sobre intervenções de reabilitação, para efeitos de aplicação da taxa reduzida de IVA (verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do IVA) e de atribuição dos benefícios fiscais previstos no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais

Estudos sobre o Centro Histórico

- Recolha de dados do edificado referente ao Centro Histórico e inserção em SIG;
- Levantamento dos pontos de iluminação pública das fachadas do Centro Histórico (conclusão);

- Interação e intervenção com restantes serviços no âmbito da gestão do espaço público do Centro Histórico;

Exercício do Direito de Preferência

- Gestão dos pedidos, plataforma “Casa Pronta” - referentes a edifícios inseridos nas áreas pré-definidas;

Gestão Urbanística nas ARU

- Acompanhamento dos projetos em licenciamento e de vistoria nas ARU’S da cidade.
- Apoio técnico e administrativo - Disponibilização de dados aos vários serviços, aos proprietários e projetistas;
- Acompanhamento de vistoria no âmbito do Festival “A PORTA”;
- Elaboração de guias de utilização para auxílio do preenchimento de formulários.

Tempestade Kristin – Reerguer Leiria

- Compilação e validação, em fase de instrução, dos documentos da candidatura a decorrer com vista ao apoio às habitações - “Reerguer Leiria” - em curso.
- Realização e validação de orçamentos/estimativas para as candidaturas RERGUER até 5000€.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E HABITAÇÃO

DIVISÃO DE ECONOMIA E INOVAÇÃO

A Divisão de Economia e Inovação, no período em análise, foi iniciado o terceiro procedimento de alienação de lotes industriais do Parque Empresarial de Monte Redondo, cuja hasta pública teve lugar no dia 19/06/2026. Após o encerramento do período de apresentação de candidaturas, verificou-se que foram rececionadas candidaturas de 11 sociedades, das quais se apurou que 9 reúnem as condições para serem admitidas na hasta pública. Às duas candidaturas restantes foi enviado ofício a manifestar a intenção de não admissão na hasta pública, dando um período para audiência de interessados.

Considerando o interesse manifestado por diversas empresas em adquirir lotes no Parque Empresarial de Monte Redondo, foi dado início Fase 2 do mesmo, com o aditamento ao loteamento para a constituição dos lotes desta fase e a preparação dos projetos de execução da segunda fase.

Com o intuito de flexibilizar os procedimentos de alienação dos lotes, foi iniciado o procedimento da segunda alteração ao respetivo Regulamento de alienação dos lotes.

No mesmo período foram desenvolvidos trabalhos com outras unidades orgânicas dos serviços para a preparação e elaboração de estudos económicos referentes a transferências de competências para as juntas de freguesia.

Paralelamente, foram estabelecidos os critérios e objetivos para a distribuição de apoios na área de Economia, de acordo com o estabelecido no ProLeiria. Nesse âmbito foram acompanhados vários pedidos de apoio de entidades que pretendem desenvolver ações em equipamentos municipais. Neste período decorreram algumas reuniões de preparação do Nexxt, o principal evento na área da inovação desenvolvido em regime de coprodução pelo Município de Leiria.

A Divisão de Economia e Inovação tem três trabalhadores afetos ao Gabinete Reerguer Leiria. No período compreendido entre 1 e 7 de abril, foram assegurados 345 atendimentos presenciais nas áreas da Habitação, Empresas e IEFP, bem como o respetivo acompanhamento através de contactos telefónicos aos municípios e requerentes. Os atendimentos incluíram esclarecimento de dúvidas, apoio na instrução de

processos, acompanhamento de candidaturas e prestação de informações relacionadas com as medidas de apoio disponíveis.

Após o dia 8 de abril, estes trabalhadores integraram a equipa de apoio à análise de candidaturas submetidas na Plataforma da CCDRC. As atividades desenvolvidas incluíram a avaliação técnica dos processos, verificação da documentação apresentada, saneamento processual, atualização de informação nas bases de dados, realização de contactos com requerentes, apoio ao aperfeiçoamento de candidaturas e demais procedimentos necessários à respetiva instrução. Durante o período em análise foram concluídas 761 candidaturas.

DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO

No período em análise foram desenvolvidos um conjunto de ações relacionadas com a promoção da Habitação:

- Foram desenvolvidas reuniões entre o Município de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e a Estrutura de Missão – Reconstrução da Região Centro do País, tendo por vista a elaboração do Programa Intermunicipal de Habitação Acessível e a criação do respetivo veículo executor, a Agência Intermunicipal Viver Região de Leiria, E.I.M.S.A.;
- Decorre o acompanhamento da elaboração da Carta Municipal de Habitação de Leiria;
- Foi efetuado o levantamento da bolsa de terrenos municipais que apresentam aptidão para a construção de habitação pública;

Foi dado início à preparação das peças do futuro procedimento de contratação de projetos para a construção de habitação pública.

DIVISÃO DE GESTÃO E FUNDOS ESTRUTURAIS

A Divisão de Gestão de Fundos Estruturais apresenta o Mapa de Monitorização das Candidaturas à data de 31 de maio de 2026.

Mapa de Monitorização das Candidaturas

Divisão de Gestão de Fundos Estruturais

CANDIDATURAS PRR

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 28 825 844,38	97%	€ 27 960 611,44	€ 4 109 561,84	€ 12 868 702,93	45%	€ 15 524 619,31	56%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -	€ -	ND/ND/ND	€ -	ND/ND/ND
TOTAL	€ 28 825 844,38		€ 27 960 611,44	€ 4 109 561,84	€ 12 868 702,93	45%	€ 15 524 619,31	56%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 1 082 296,90	100%	€ 1 082 296,90	€ 79 154,63				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 29 908 141,27	97%	€ 29 042 908,34	€ 4 188 716,48				

CANDIDATURAS PORTUGAL2030

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 12 131 564,37	83%	€ 10 109 740,34	€ 3 445 508,43	€ 6 861 999,57	57%	€ 5 856 280,84	58%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -	€ -	ND/ND/ND	€ -	ND/ND/ND
TOTAL	€ 12 131 564,37		€ 10 109 740,34	€ 3 445 508,43	€ 6 861 999,57	57%	€ 5 856 280,84	58%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 16 019 524,07	73%	€ 11 698 963,48	€ 13 992 732,88				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 28 151 088,45	77%	€ 21 808 703,82	€ 17 438 241,31				

CANDIDATURAS CCDRC-BEI

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -	€ -	-	€ -	ND/ND/ND
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -	€ -	-	€ -	ND/ND/ND
TOTAL	€ -		€ -	€ -	€ -	ND/ND/ND	€ -	ND/ND/ND
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				

CANDIDATURAS PORTUGAL 2020

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -	€ -	ND/ND/ND	€ -	ND/ND/ND
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%
TOTAL	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%

CANDIDATURAS OUTROS APOIOS

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 69 434,18	69%	€ 48 000,00	€ 21 434,18	€ 46 033,43	66%	€ 9 434,20	20%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 484 147,38	71%	€ 344 395,16	€ 139 752,22	€ 344 395,16	71%	€ 344 395,16	100%
TOTAL	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40	€ 390 428,59	71%	€ 353 829,36	90%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS (OU NEGOCIADAS) POR APROVAR	€ -	ND/ND/ND	€ -	€ -				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40				

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E MOBILIDADE
DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

1. Contratos de avença e outras Concessões

No período em apreço, a operação dos parques de estacionamento cobertos sob gestão municipal – Fonte Quente e Mercado de Sant'Ana – registou **148 contratos de avença ativos**, distribuídos por **126** contratos no parque da Fonte Quente e **22** no Mercado de Sant'Ana, com crescimento de 2% no total das avenças. O tempo médio de resposta administrativa situou-se em **10 dias úteis**, verificando-se o integral cumprimento dos prazos estabelecidos nos instrumentos regulamentares aplicáveis.

2. Cartões de residente

No decurso do período, foram emitidos **58 cartões de residente com um crescimento de 26%**. A **Zona A** mantém a maior pressão sobre a oferta disponível, sendo responsável por **50%** do total de emissões. O total

de utilizadores dos parquímetros foi de 105.340, e a modalidade de pagamento em numerário foi a mais utilizada (75,66%). O tempo médio de resposta administrativa fixou-se em **10 dias úteis**. No que respeita à operação dos parquímetros, foram realizadas **10 recolhas** no período, mantendo-se a normalidade operacional.

3. Sistema BICLIS

O sistema público de bicicletas partilhadas contou, no período em referência, com **119 utilizadores ativos**. Foram **atribuídas 45 novas bicicletas** e realizadas **21 renovações**, encerrando-se o período com a abertura de nova fase de candidaturas, disponibilizando **25 bicicletas para atribuição**.

Desde o início do programa, o número acumulado de utilizadores ascende a **261**, evidenciando uma procura consolidada por soluções de mobilidade suave no município. O total de quilómetros percorridos ao longo do programa atingiu 131.428,44 km, com a correspondente redução estimada de emissões de carbono, mantendo-se a estação da Fonte Quente como a mais utilizada da rede.

A metodologia de reporte foi revista, passando a assentar nos dados consolidados do programa, com o objetivo de proporcionar uma leitura mais abrangente dos resultados alcançados desde a sua implementação.

4: Serviço público de transporte rodoviário de passageiros | Mobilis e Terminal provisório de Leiria

No âmbito do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros da cidade de Leiria – Mobilis – prosseguiram-se os trabalhos de ajustamento da rede, decorrentes da deslocalização do terminal rodoviário para a avenida Bernardo Pimenta. Foram igualmente desenvolvidos os trabalhos técnicos necessários à reestruturação da rede de transporte público urbano, incluindo a definição de novos percursos, horários e necessidades de produção quilométrica associadas ao funcionamento do terminal provisório, em articulação com o Operador e os serviços municipais competentes.

Prosseguiram ainda os trabalhos associados à definição do modelo de gestão do Terminal Provisório de Leiria, envolvendo todos os Operadores de transporte e a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), em paralelo com a preparação do futuro Terminal Intermodal de Leiria (TIL), incluindo a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira e a estruturação dos procedimentos necessários à sua concretização.

Por fim, os dados de Operação do serviço público de transporte reportados ao primeiro trimestre de 2026 apresentam um total de **312.240 passageiros transportados**, tendo o mês de **março** registado a maior procura, com **143.072 passageiros**. No período em análise foram vendidos 25.487 títulos de transporte, distribuídos entre 19.352 bilhetes simples ou de bordo, 5.837 passes urbanos mensais da Zona de Leiria e 298 títulos pré-comprados. O **Passe Jovem Gratuito registou 15.761** validações durante o trimestre.

5: Mobilidade sustentável, Inovação e Representação institucional

No período em análise, e no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Leiria – PMUS, procedeu-se à consolidação das 75 propostas de ação que integram a Fase III do Plano, bem como à revisão técnica das metas definidas. Seguir-se-á a respetiva discussão pública do documento estratégico.

Prosseguiram igualmente os trabalhos associados ao futuro Terminal Intermodal de Leiria (TIL), incluindo a preparação de peças procedimentais, a reunião de arranque do projeto relativo ao sistema de gestão da infraestrutura e o acompanhamento dos estudos técnicos e económico-financeiros associados.

No domínio da cooperação institucional e representação externa, procedeu-se à formalização da candidatura do município à participação no Workshop Técnico a realizar em Saint-Ouen-sur-Seine, bem como à participação em iniciativas promovidas por entidades nacionais e internacionais do setor da mobilidade, incluindo o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e a União Internacional dos Transportes Públicos (UITP). Foi igualmente assegurada a resposta a inquéritos e consultas internacionais, designadamente no âmbito da Île-de-France Mobilités e de organismos europeus ligados à mobilidade urbana.

No âmbito do acompanhamento do Sistema de Mobilidade da Região de Leiria, no quadro do Decreto-Lei n.º 21/2024, foram desenvolvidos trabalhos de articulação técnica com a CIM Região de Leiria e os municípios, incluindo o acompanhamento da operacionalização do programa Incentiva +TP e a validação de informação relativa a comparticipações e pedidos de pagamento referentes a 2025.

Foram ainda assegurados contributos técnicos no âmbito de instrumentos de financiamento e planeamento, incluindo o Programa Centro 2030 e a European Urban Initiative (EUI), bem como a participação na definição de candidaturas à mobilidade ativa e sustentável.

No domínio da monitorização e recolha de informação, foi promovida a recolha de dados junto dos municípios relativa a infraestruturas de transporte e serviços públicos de transporte de passageiros em táxi, em articulação com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), bem como a participação no Inquérito Nacional de Mobilidade promovido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Foram elaborados os cadernos técnicos mensais de acompanhamento da operação Leiria Smart City (parques de estacionamento). Foram igualmente desenvolvidas atividades de natureza organizacional e de gestão interna, incluindo a contratualização de objetivos no âmbito do SIADAP para o ano de 2026, assegurando o alinhamento com os objetivos estratégicos da divisão.

6: Resposta à Tempestade Kristin

No domínio dos transportes públicos, foi dada continuidade à estruturação do modelo de gestão do Terminal Provisório de Leiria, em articulação com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) e no quadro do respetivo enquadramento regulatório. Foram acompanhados os estudos técnico-económicos de suporte ao modelo de exploração da infraestrutura, incluindo a Conta de Exploração, a validação de dados operacionais com os operadores e a preparação dos elementos necessários à formalização do modelo de gestão, tendo sido igualmente promovida a audição dos operadores. Foram ainda desencadeadas intervenções na rede de abrigos de passageiros afetados, em articulação com as juntas de freguesia e entidades responsáveis, com demais articulação com os trabalhos em curso na rede urbana (Contrato n.º 123/2018 – JCDECAUX).

DIVISÃO DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESÍDUOS URBANOS:

No período em análise, houve necessidade de continuar a acompanhar e despoletar procedimentos específicos de contratação pública, por forma a dar uma resposta excecional ao volume anormal registado de resíduos em todo o Concelho, decorrentes da Depressão Kristin, com respetiva articulação com operadores e gestão contratual.

Projeto Se Não Vestes, Valoriza! – recolhido seletivamente, desde o início da atual edição, cerca de 1 905 kg de material têxtil.

Projeto BioLEIRIA: RESTOS não são lixo, são (COM)POSTO no lugar certo – Desde o início do ano de 2026, o projeto BioLeiria “RESTOS não são lixo, são (COM)POSTO no lugar certo”, permitiu recolher e valorizar na origem cerca de 11,8 toneladas de biorresíduos, através de uma forma simples e inteiramente natural: utilização das seis ilhas de compostagem comunitária instalados no concelho. Salienta-se que, na sequência da depressão *Kristin*, cinco ilhas de compostagem comunitária foram severamente danificadas, ficando apenas disponíveis para utilização no mês de maio, com exceção da ilha de compostagem comunitária sita em Telheiro – União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.

Recolha, transporte e encaminhamento de resíduos de pescado (Subprodutos de Origem Animal – Matérias de Categoria 3) – Desde o início do ano de 2026, foram recolhidos seletivamente e devidamente encaminhados o total de cerca de 2.343 kg de subprodutos de origem animal (Pescado) proveniente da atividade do Mercado Municipal de Maceira e Mercado Municipal de Monte Real.

Projeto Leiria +Verde (dados relativos ao período compreendido entre 01/04/2026 e 30/04/2026)¹: Recolha seletiva de biorresíduos nos estabelecimentos de restauração, hotelaria e cafés aderentes, com frequência de recolha diária (terça-feira a sábado) e em zonas habitacionais com frequência trissemanal, num total de 20.50 ton de biorresíduos recolhidos, dos quais 17.70 ton são respeitantes ao canal HORECA e 2.80 ton respeitantes ao setor doméstico.

Projeto RecicLar (dados relativos ao período compreendido entre 01/04/2026 e 30/04/2026)¹: No período em causa foram recolhidas 2.16 ton de embalagens de papel e cartão, 3.10 ton de embalagens de plástico e metal, 2.00 ton de biorresíduos e 12.10 ton de indiferenciados, num total de 19.36 ton.

Ecocentro Móvel: No período compreendido entre 01/05/2026 e 31/05/2026, o equipamento fez uma passagem completa em Caranguejeira, tendo-se recolhido 199 kg de resíduos, dos quais 41 kg foram de Têxteis, 80 kg de REEE's, 17 kg de Papel não embalagem, 15 kg de Pilhas e acumuladores, 14 kg de Tinteiros e tonners e 32 kg de Lâmpadas tubulares/normais.

¹ À data de elaboração da presente informação ainda não foram enviados pela Ecoambiente, S.A. e Valorlis, S.A., os dados relativos ao mês de maio de 2026, pelo que o reporte apresentado para os projetos “Leiria +Verde” e “RecicLar” são referentes ao mês de abril de 2026

LUTA ANTI-MURINA - Ações preventivas de controlo de pragas urbanas; 12 Desinsetização; 4 desratização; 1 desbaratização.

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL- Gestão da Informação no Processo de Controlo e erradicação da Vespa Velutina (143 ocorrências reportadas); Resposta a denúncias recebidas e a ocorrências ambientais detetadas no âmbito das atividades de vigilância; Reporte e verificação de deposições de resíduos na via pública na sequência da tempestade Kristin; Acompanhamento à DICS I a vistoria a exploração pecuária no âmbito do RERAE; Apoio ao SMPC na verificação de obstruções em caminhos florestais na sequência da tempestade Kristin.

RECURSOS HÍDRICOS – Acompanhamento das intervenções realizadas nas linhas de água integradas na rede hidrográfica do concelho, designadamente da remoção de material lenhoso no Rio Lis, iniciada em 11 de maio de 2026, no âmbito do Ajuste Direto n.º 179/2026/DICP- Tempestade Kristin.

PRAIA DO PEDRÓGÃO - Preparação para a época balnear: regularização do areal da Praia do Praia do Pedrógão.

RECURSOS GEOLÓGICOS -Realização de vistorias a pedreiras e concessões do concelho.

UNIDADE DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito do Centro de Interpretação Ambiental foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em 3 conselhos Eco Escolas;
- 7 atividades de educação ambiental, no período de férias escolares, para grupos organizados;
- No âmbito do projeto Leiria Sem Invasoras foram realizadas com 22 turmas. As atividades foram realizadas na Mata dos Marrazes, no Cabeço de Monte Real, na Praia do Pedrógão, na Lagoa da Ervedeira e também nos terrenos do Estabelecimento Prisional Jovem de Leiria;
- No âmbito do Projeto Azulitas foram realizadas 7 atividades com idosos e uma no Centro Escolar do Coimbrão;
- Guardiões das Dunas, projeto de plantação de estorno nas dunas da Praia do Pedrógão foram realizadas com 14 turmas do Concelho de Leiria;
- Visitas à ETAR das Olhalvas com 21 turmas do Concelho de Leiria;
- 2 atividades de educação ambiental no âmbito do Projeto “Pequenos polinizadores, grandes heróis”;
- Extensão Leiria do Cine Eco, assistida por 550 alunos e professores;
- Praia Limpa, duas atividades com a participação de 413 alunos e professores;
- 5 atividades de educação ambiental no âmbito do Projeto “O mar começa aqui”;
- 10 atividades de educação ambiental no âmbito do Projeto “Muros com Vida”;
- Realização de uma visita à ETAR do Coimbrão destinada a eleitos locais e funcionários das Juntas de Freguesia;
- 2 sessões da atividade “Passeio familiar de observação de aves”;
- “Conservando/conversando” na Bajouca;
- Workshop de construção de hotéis de insetos e bebedouros para aves com a AMITEI;
- Tinturaria natural – 2 turmas

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E ESPAÇO PÚBLICO

ASSUNTOS TRANSVERSAIS/ÂMBITO GERAL

AÇÕES RELEVANTES

A) No período em causa, e face a nova escassez de funcionários no Cemitério Municipal de Leiria, foi proposto pelo seu Coordenador o desencadeamento de procedimento concursal de recrutamento;

B) Salienta-se, no período considerado, o desencadeamento de procedimento concursal para atribuição de licenças destinadas ao exercício da atividade de venda ambulante nas praias do concelho de Leiria, a vigorar durante a época balnear de 2026;

C) A UO procedeu à elaboração de proposta de requisição externa de despesa para cabimento e compromisso inerente aos serviços prestados pela Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, IP. (ARTE);

D) No período considerado, foi efetuada a avaliação das medidas na plataforma HER+, com efeitos a 31/12/2025, no âmbito da execução do plano de prevenção de riscos em vigor no Município de Leiria;

E) Destaca-se a participação da UO em reunião subjacente à regularização de receita relativa a esplanadas instaladas no concelho de Leiria, com intervenção do Departamento Financeiro, Divisão de Controlo de Receita, Divisão Jurídica e de Contencioso, Sr. Vereador José Cunha e GAV;

F) A DILAEP procedeu ao envio de notificação dirigida à União dos Sindicatos de Leiria, tendo em vista a sensibilização para a retirada de suportes de propaganda sindical alusivos às comemorações do 1º de Maio;

G) No período em causa foi desencadeado o procedimento concursal para atribuição de licença destinada à ocupação de espaço público com estabelecimento de restauração e bebidas não sedentário e esplanada, a instalar junto à Lagoa da Ervedeira.

AÇÕES PROPOSTAS

A) No período considerado, destaca-se a solicitação de atualização dos circuitos PUB, tendo em vista a agilização de procedimentos a tramitar na UO, designadamente, mediante inclusão de novos intervenientes;

B) Na sequência dos estragos provocados pela tempestade *kristin*, e tendo em vista a substituição de abrigos mais antigos, e outros, destruídos e/ou mais danificados, a DILAEP propôs que se acionasse o recurso ao contrato de concessão vigente;

C) Destaca-se, de igual modo, a apresentação de proposta pelo Coordenador do Cemitério Municipal, tendo em vista o ajustamento do formulário atualmente em vigor para efeito de inumação.

COLABORAÇÕES

A) No período em causa, e após solicitação do DECGO, destaca-se a colaboração prestada pelos serviços do Cemitério, no âmbito do procedimento de limpeza 2026/2027 – Mapa dos serviços permanentes, pontuais, requisitos técnicos e consumíveis de WC (01/10/2026 a 30/09/2027);

B) Na sequência dos estragos provocados pela tempestade *kristin*, a UO colaborou com o GAV do Sr. Vereador, Dr. Luís Lopes, no sentido de serem solicitados abrigos para apoio ao terminal rodoviário temporário a colocar na Av. Bernardo Pimenta (a inserir no contrato de concessão vigente);

C) No âmbito do projeto “Esplanadas Praça Rodrigues Lobo”, a DILAEP tem colaborado com a Unidade de Regeneração Urbana, Departamento de Desenvolvimento Territorial, entre outras unidades orgânicas, tendo em vista a identificação de operadores económicos, áreas ocupadas e procedimentos de licenciamento;

D) No período em análise, foi prestada colaboração com a DIMT, tendo diligenciado a UO pelo reporte de dados anuais inerentes aos veículos afetos à atividade de táxi licenciados no concelho de Leiria, que, por sua vez, os remeterá para o IMT;

E) Na sequência de solicitação efetuada pela Divisão Administrativa e de Modernização, foram indicados dois operacionais para integração na nova plataforma de “Gestão de Ocorrências”, tendo aqueles participado em formação relacionada com o tema;

F) Destaca-se, de igual modo, a partilha de informação efetuada com o Departamento de Educação e Cultura e Divisão de Ação Cultural, inerente às meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística rececionados no Município de Leiria durante os anos de 2024 e 2025;

G) No período considerado, destaca-se a participação em reunião com a Divisão Jurídica e de Contencioso, na qual foram prestados esclarecimentos relacionados com o projeto de alteração ao Regulamento dos Horários de Funcionamento do Município de Leiria.

RECURSOS HUMANOS

A) No período considerado, a Unidade Orgânica (DILAEP) conta com 14 colaboradores (incluindo a dirigente), estando 5 alocados aos serviços do Cemitério Municipal de Leiria.

DESEMPENHO DE ATIVIDADES – No período considerado, foram desenvolvidas as atividades constantes no quadro seguinte:

Tipo de operação	Publicidade	OEP	Cemitério	Táxis	RJACSR	Alojamento Local	Meras Com. Natureza Artística	TMDP	Eventos Ações promocionais	Espetáculos e Divertimentos Públicos				
										Recinto Improvisado	Recinto Itinerante	Prova Desportiva	Licença Especial Ruído	Autorizações Fogo
Registo de pedidos	28	95	29	1	59	39	121	2	31	9	2	22	58	5
Registo de pedidos de renovação Prorrogações	40	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

RECEITA – A Unidade Orgânica gerou, através das várias áreas de atuação, um total de receita de **€ 89.744,10**, conforme seguinte discriminação:

Origem da receita	Valor cobrado (em €)
Emissão/prorrogação de alvarás de licenciamento de publicidade	29.040,33
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	32.254,74
Alvarás de licenciamentos vários (Recinto Improvisado, Recinto Itinerante, Provas Desportivas, Alargamento de Horário)	1.450,02
Alvarás de licença especial de ruído	3.812,64
Licenças de táxi	224,85
RJACSR	10.472,39
Alojamento Local	0
Serviços Cemiteriais	7.727,53
TRH e TMDP	4.761,60*

*TRH – Do valor apurado, € 18,00 destinam-se aos Fundos Azul e Ambiental

DIVISÃO DE COMÉRCIO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

No âmbito da parceria na área do comércio, deu-se continuidade ao apoio e à logística do PRO LEIRIA da ACILIS 2025/2026, nomeadamente através da preparação dos relatórios finais dos eventos realizados no âmbito da Black Friday e do Concurso Montra de Natal. Foi igualmente concluído o processo relativo ao Protocolo Leiria MARKET com a ACILIS.

Também a continuação da análise dos documentos anexos ao formulário do Relatório De Execução Física E Financeira no âmbito da Candidatura do Regulamento de Apoio à Segurança do Comércio do Concelho de Leiria.

Quanto à atividade do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, deu-se continuidade à divulgação no Site e Redes Sociais do ML, de diversa informação/documentação recebida da DGC (Avisos, Informação e Nota de Imprensa). Relativamente a atendimentos, somos de reportar 25 atendimentos presenciais e 8 telefónicos.

De salientar a participação na Ação capacitação ASF – Guia do Consumidor Idoso Seguros e Fundos de Pensões, no dia 26 de maio, via TEAMS.

Foram realizadas 2 Feiras de Artesanato do Município de Leiria, a 05 de abril de 2026, tendo comparecido 23 artesãos, e no dia 03 maio de 2026 com a presença de 20 artesão, num total de 49 inscritos.

Foram realizadas 2 Feiras de Antiguidades e Velharias do Município de Leiria, a 10 de abril de 2026 e no dia 09 de maio de 2026, com ocupação de todos os 50 lugares disponíveis.

A receita total obtida neste período foi de **36 861,40 €**, nos seguintes termos:

i) **Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:** Receita_421,00 €

ii) **Mercado Municipal de Leiria:** Receita_12 201,38 €

iii) **Mercado Municipal de Leiria(ocasional):** Receita _ 289,38 €

iv) **Mercado de Venda por Grosso do Falcão:**

Têxteis e Hortofrutícola: Receita total 12480,28 €

Receita banhos: 18,24 €

Emissão de cartões: 0,00 €

v) **Feira de Leiria:** Receita_8.331,08 €

vi) **Feira de Leiria (ocasional):** Receita_1.575,84€

vii) **Feira da Praia de Pedrogão:** Receita_1.512,42 €

viii) **Feira da Praia de Pedrogão (ocasional):** Receita_31,36 €

No que se refere à aferição Metrológica, é de referir a entrada de 21 pedidos de controlo metrológico efetuados através do portal do Município de Leiria e a inexistência de reclamações.

Foram sujeitos a controlo metrológico 588 instrumentos e emitidos 157 documentos comprovativos de controlo metrológico, bem como a emissão de 310 certificados de verificação legal.

Foram rejeitados 3 instrumentos de medição por não se encontrarem em conformidade.

A receita referente ao número de instrumentos de medição verificados foi de **13 194,50€**.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA
DIVISÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:

Analisando os valores das entradas mais relevantes relativamente ao período homólogo (abril e maio), em termos de entradas totais, no período em análise, em 2025 ocorreram 2341 entradas e em 2026 ocorreram 2524, o que se traduz numa num aumento de aproximadamente 8 %.

Analisando individualmente, por entradas mais relevantes, verifica-se uma redução generalizada, muito relacionada com os efeitos da Tempestade Kristin, com exceção dos pedidos de declaração de localização,

assunto que também se relacionada com procedimentos específicos, nomeadamente candidaturas apresentadas pelos municípios aos financiamentos no âmbito do previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026.

Em termos de totais de entradas anuais, contabilizou-se em 2026, um número de entradas, mais elevado dos últimos 17 anos, relativo ao período homólogo.

Quanto ao número de emissões de Alvarás, relativamente ao período homólogo (abril e maio), verifica-se que ocorreram 652 emissões no ano de 2025 e 839 emissões no ano de 2026, verificando-se assim um aumento de aproximadamente de 30 %. Tal facto deve-se também à emissão de declarações de localização no âmbito da tempestade Kristin e demais procedimentos, nomeadamente alterações de toponímia, emissão de números de polícia, elementos necessários para efeitos das referidas candidaturas no âmbito do apoio às habitações, na sequência da Tempestade Kristin.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo de abril a maio, foram emitidos alvarás de obras de alteração e ampliação, para 216 fogos durante o ano de 2026, 275 fogos durante o ano de 2025, 103 durante o ano de 2024 e 168 durante o ano de 2023. Verifica-se assim uma redução em cerca de 21% relativamente ao ano de 2025.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo neste caso, de abril a maio, foram emitidos alvarás de utilização, para 113 fogos durante o ano de 2026, 79 fogos durante o ano de 2025, 110 fogos durante o ano de 2024 e 99 fogos durante o ano de 2023, verificando-se assim um aumento relativamente aos anos anteriores.

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (abr/mai)

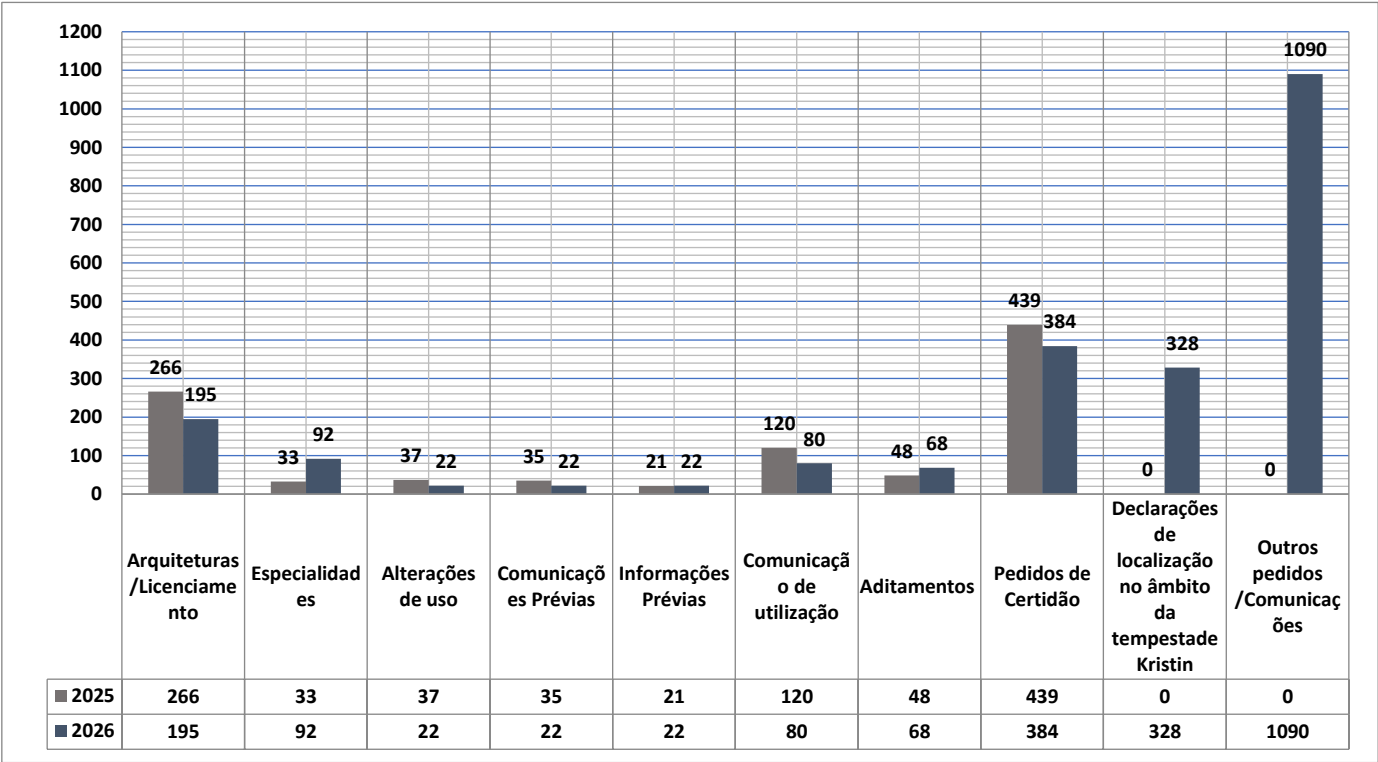


Gráfico 2 – Total de entradas ao longo dos anos (abr/mai)

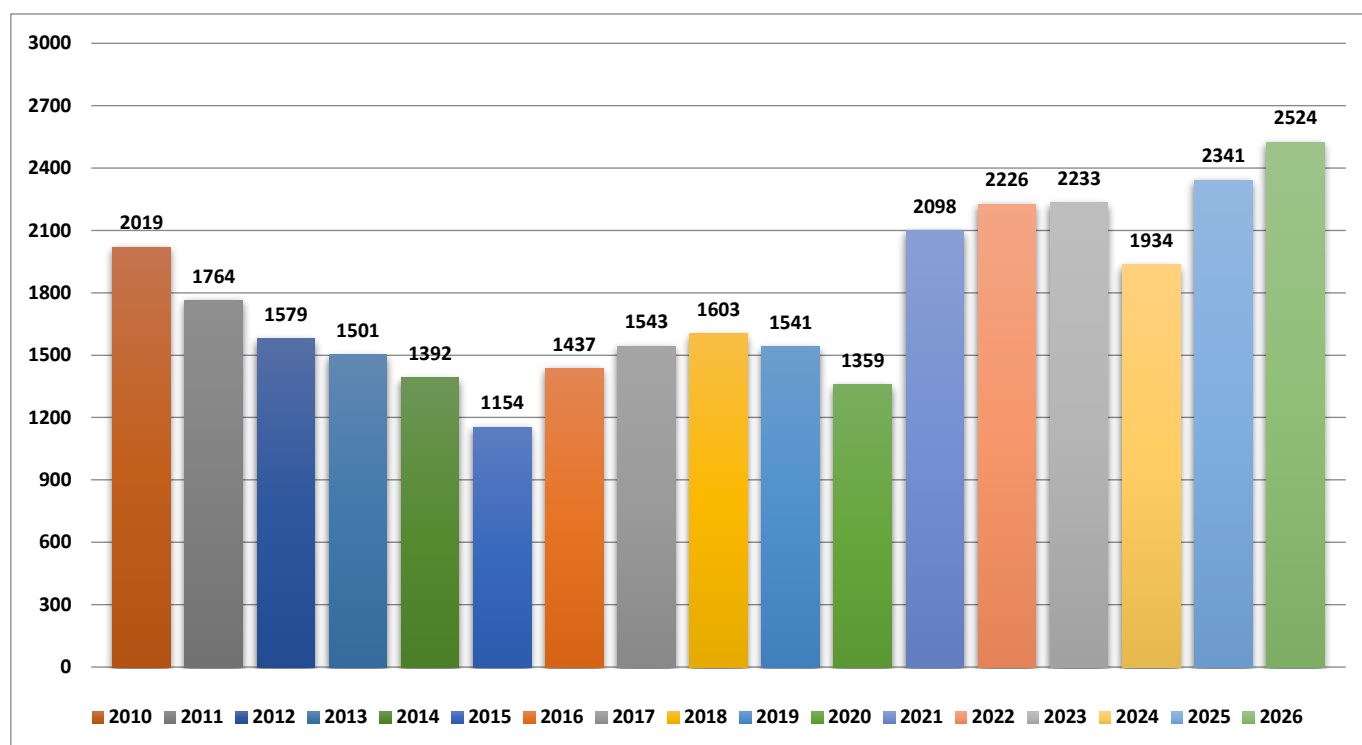


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás e Certidões (abr/mai)

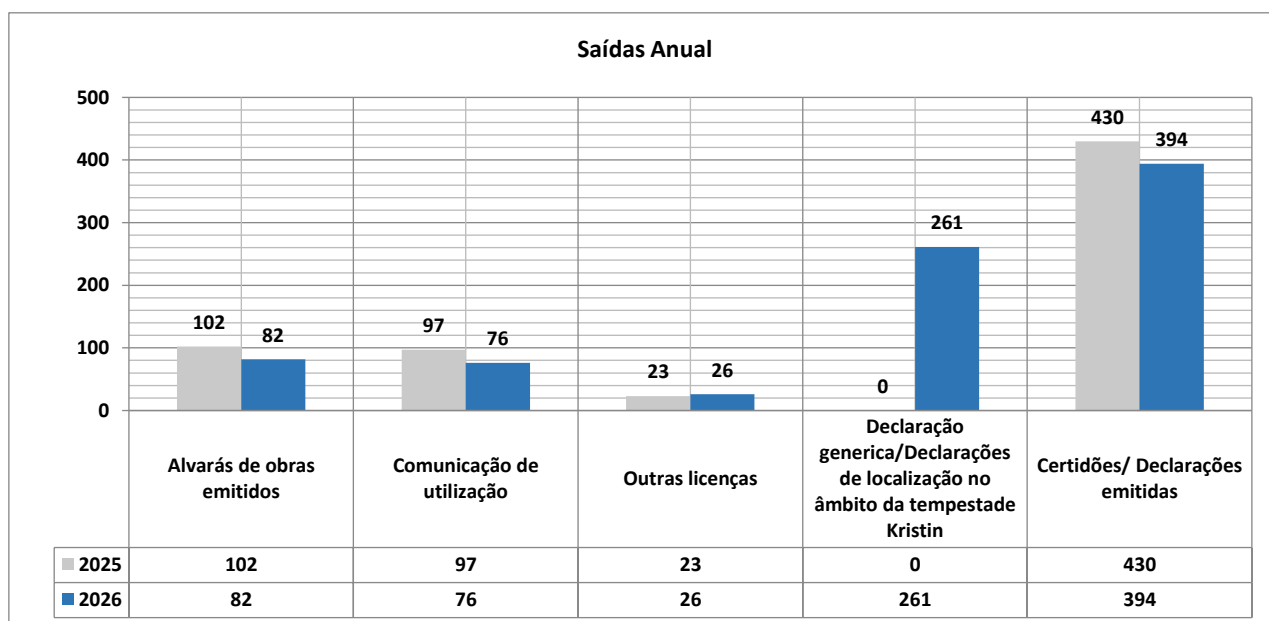


Gráfico 4 – Total de saídas (abr/mai)

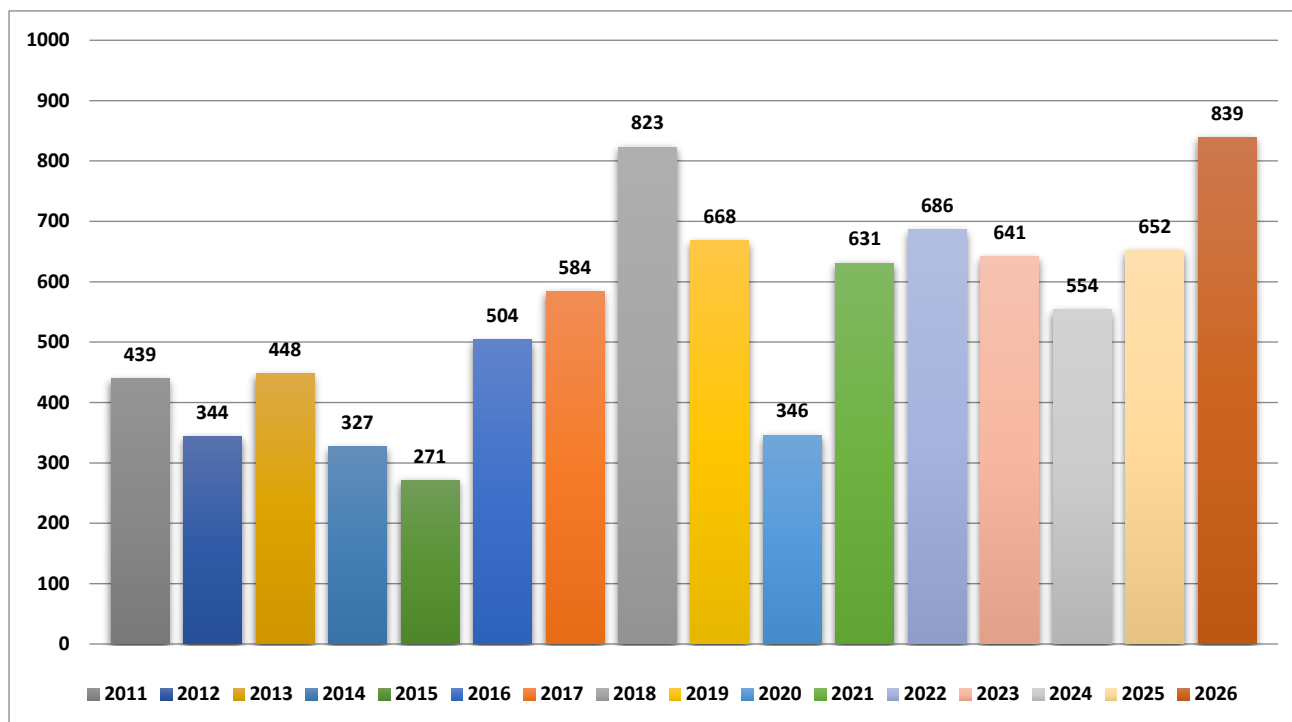
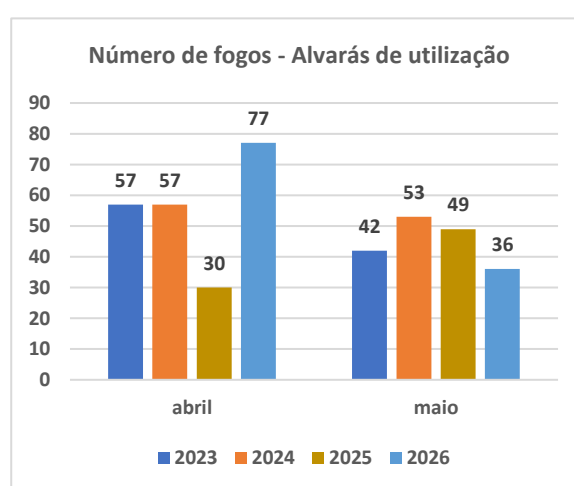
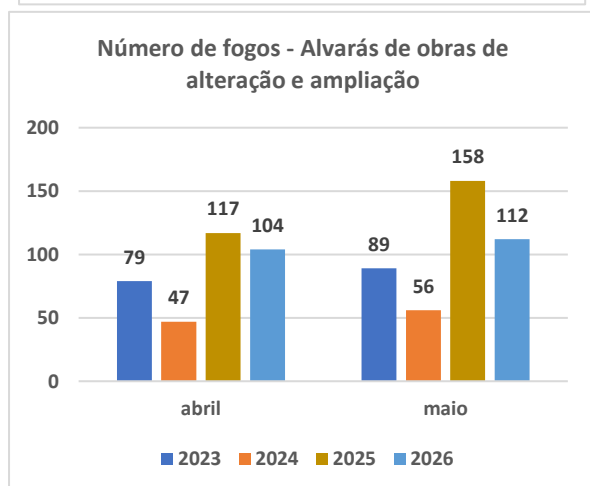
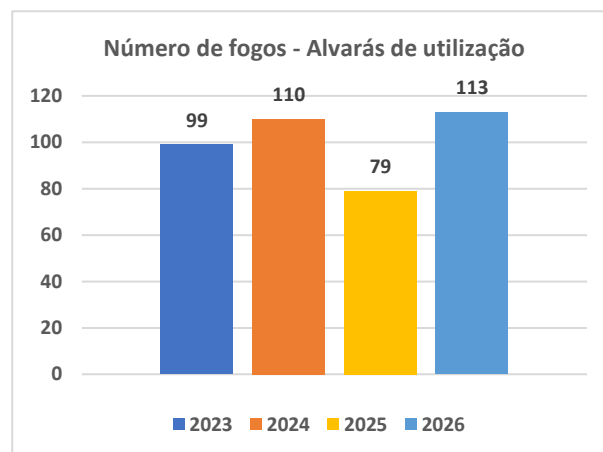
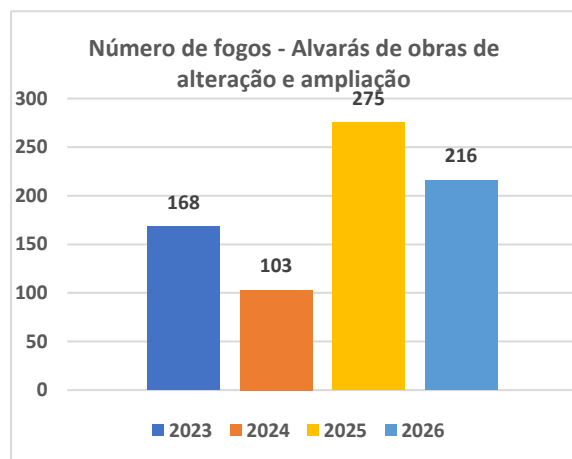


Gráfico 5 – Número de fogos(abr/mai)



2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO

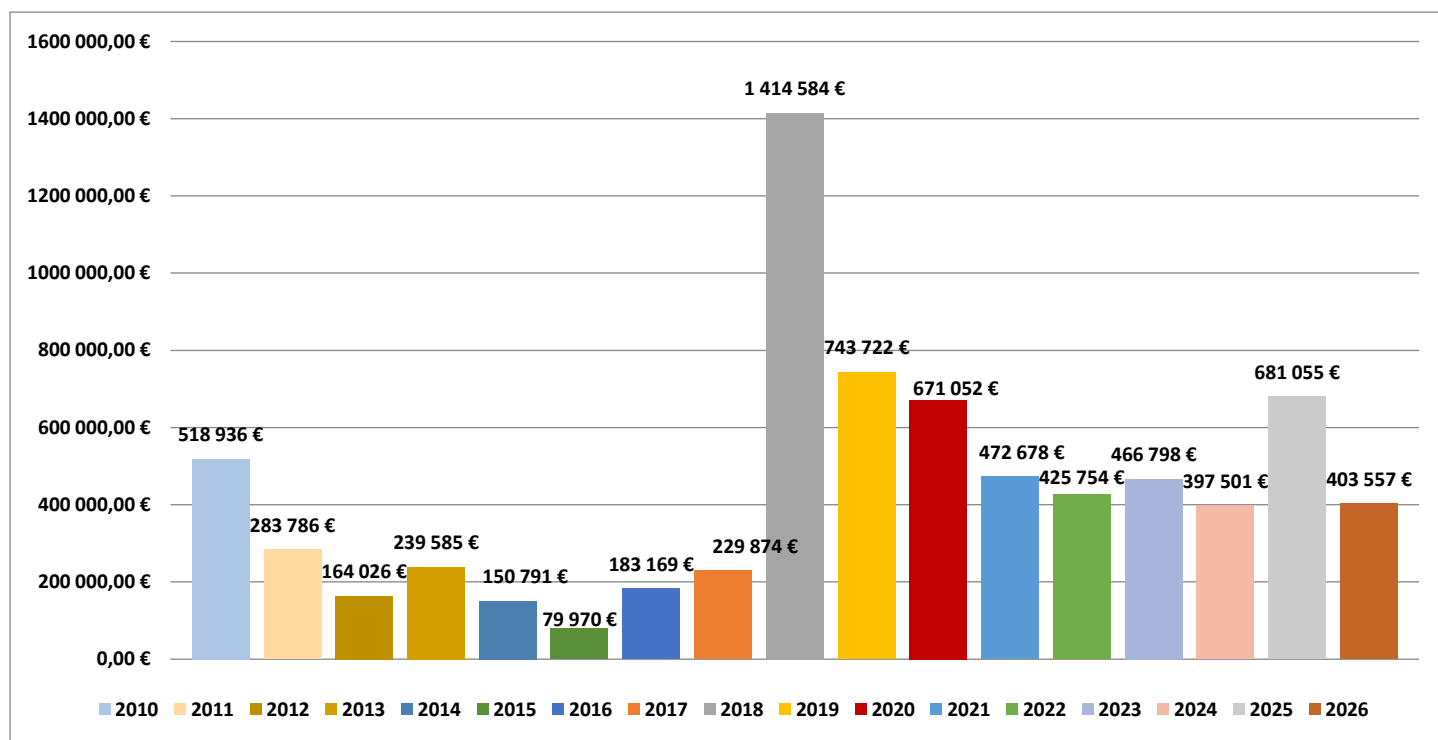
Constata-se que em termos de receita, comparando os períodos homólogos (abril a maio), ocorreu uma diminuição de cerca de 60 %, comparativamente ao ano de 2025.

O valor da receita durante o ano de 2026 está num dos valores mais baixo desde o ano de 2018.

As alterações à receita obtida pelo Município de Leiria, deve-se aos constrangimentos e alteração de tarefas e prioridades, impulsionadas pelos danos provocados pela tempestade Kristin.

Embora o número total de entradas e emissões, durante o período de fevereiro a março, seja superior aos anos anteriores, devido à natureza das mesmas (certidões, declarações, toponímia, número de polícia ...) o valor de receita foi inferior.

Gráfico 6 – Receita total (abr/mai)



3. TOPONÍMIA E CADASTRO / UNTC

As atividades desenvolvidas centraram-se principalmente no registo, em ambiente SIG, do cadastro das operações urbanísticas. No domínio da toponímia, o trabalho incidiu na validação e atualização da base de dados da toponímia municipal, considerando a atribuição de novos topónimos e eventuais retificações.

Tarefas desenvolvidas	Dados Quantitativos
Inserção de processos de operações urbanísticas na base de dados das operações urbanísticas	250
Inserção de processos de antecedentes	176
Inserção de Alvarás de utilização na base de dados das operações urbanísticas	112
Informações técnicas no âmbito do cadastro	42
Correções Cadastro	42
Cadastro Áreas de Cedência no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas	22
Registo em SIG de Vistoria Depressão Kristin	1
Instrução de processos de atribuição de topónimos	17
Informações técnicas de Certidões de Localização e CAOP	105
Informações técnicas de Declarações no âmbito da Depressão Kristin	72
Informações técnicas no âmbito de dominialidade (certidões e Operações urbanísticas)	2
Validação de topónimos na base de dados da toponímia municipal	22
Inserção de novos topónimos na base de dados da toponímia municipal	8
Emissão de certidões de localização/CAOP/dominialidade	136
Emissão de declarações no âmbito da Depressão Kristin	378
Publicitação de topónimos	17
Informações no âmbito da atribuição de números de polícia	1
Requisições de processos de operações urbanísticas	223
Pesquisas no arquivo físico da Toponímia Municipal	52
Colaboração com o Núcleo de apoio à gestão urbanística na emissão de certidões narrativas	10
Sistema de Informação Cadastral Simplificada – Representação gráfica georreferenciada efetuadas	2
Sistema de Informação Cadastral Simplificada – Representação gráfica georreferenciada recusadas	2
Reunião: Junta Freguesia de Maceira	1
Reunião: Junta Freguesia de Carreira	1
Reunião: Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa	4
Reunião: Junta da União das Freguesias de Parceiros e Azoia	1

Monitorização de uma moradia e muro por métodos topográficos e relatório de 7 campanhas de observação já efetuadas	4 campanhas de observação
Apoio e respetivo levantamento topográfico	1 (Rua da Fonte)

Para além do acima indicado ocorreu ainda:

- Formação no equipamento de laser scanning (MS60) relacionado com levantamentos topográficos;
- Avaliação do futuro software de topografia.

4. CONCLUSÃO

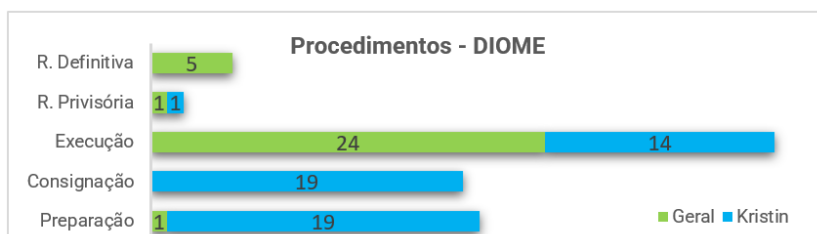
Atendendo a que o período em análise abrange ainda parte da fase mais crítica de resposta às diversas situações de carácter extraordinário decorrentes da Tempestade Kristin, os dados apurados refletem o trabalho desenvolvido pelo DEGU, naquilo que são as suas competências diretas, com redução bastante significativa do trabalho habitualmente desenvolvidos, que se mantém nesta data, apesar de se verificar um acréscimo de diversas situações, nomeadamente emissão de declarações e certidões.

Acresce que o DEGU tem desenvolvido ainda apoio direto ao Gabinete Reerguer Leiria que se encontra instalado no Mercado Santana no Âmbito da análise e candidaturas a apoios financeiro aos estragos apresentadas pelos particulares à CCDRC, que à data de 7 de abril totalizavam 10 832 candidaturas, com afetação de técnicos e assistentes técnicos em número bastante significativa, o que poderá refletir-se na redução do trabalho habitualmente desenvolvido. Acresce que à data atual se encontram já analisadas 5036 o que equivale a cerca de 50% das candidaturas.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS **DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM EDIFÍCIOS**

Desencadear os procedimentos concursais das empreitadas de obras públicas, proceder à gestão técnica e administrativa, coordenação de segurança e assegurar a execução e fiscalização de obras municipais:

Divisão de Obras Municipais em Edifícios (DIOME)



- 1. Pré-consignação: Formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.**

Desenvolvimento das atividades inerentes à formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.

- T-48/2021 – Reabilitação do Solar das Artes da Barreira – Fase I – Jardim
- T-94/2023 - Construção de habitação a custos controlados, Rua da Mata – Parceiros. Decorre processo de Contratação n.º CPN 12/2026/DICP. – Propostas em análise
- T-02/2024 - Requalificação do Jardim de Infância de Santa Eufémia, Leiria – (OP/P29). Aguarda aprovação PSS e consignação.
- T-45/2026 - Reconstrução da Escola EB 2,3 dos Marrazes – DEOM: Decorre o processo de Contratação n.º CPN 13/2026/DICP. – Propostas em análise

2. Contratos de empreitada: gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico

2.1 Execução

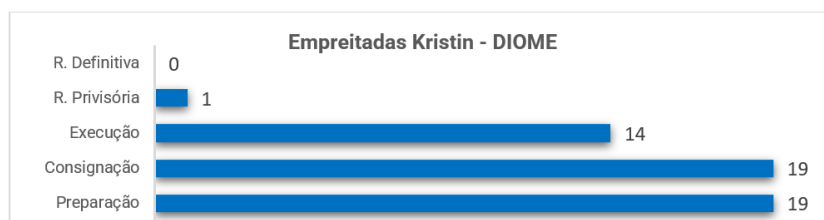
- T-65/2019 - Fase 3 - Reabilitação de 5 Habitações Sociais no Concelho de Leiria – barreira e Santo António do Carrascal
- T-65/2019 - Fase 4 - Reabilitação de 2 Habitações Sociais no Concelho de Leiria.
- T-65/2019 - Fase 5 - Reabilitação de 5 Habitações Sociais no Concelho de Leiria - Parceiros
- T-65/2019 - Fase 6 - Reabilitação de 3 Habitações Sociais no Concelho de Leiria - Ortigosa
- T-11/2020 - Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis, Leiria.
- T-19/2020 - Requalificação e Apetrechamento da Escola do 3º Ciclo e Secundária Afonso Lopes Vieira
- T-44/2020 - Construção do Edifício do Serviço de Finanças na Torre Nascente do Estádio Municipal.
- T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão, Leiria.
- T-136/2021 - Construção da Unidade de Saúde de Santa Eufémia, UF Santa Eufémia e Boa Vista, Leiria.
- T-23/2022 - Unidade de Saúde de Pousos.
- T-6/2023 - Reabilitação e alteração de estabelecimento escolar para habitação unifamiliar - Rua da Escola Nova, Figueiras.
- T-20/2023 - Execução de Habitação Social / Custos Controlados – Coimbrão.
- T-32/2023 - Construção do Centro de Saúde da Barreira.
- T-40/2023 - Construção da Central de Mobilidade de Leiria.
- T-78/2023 – Construção de habitação a custos controlados, Monte Redondo – consignação a 09/03/2026. Aguarda aprovação do PSS.
- T-84/2023 - Reabilitação da Casa do Horto para Habitação a Custos Controlados - Travessa do Horto, Leiria.
- T-92/2023 – Reabilitação de edifício para habitação a custos controlados – rua da Cova, Bidoeira de Cima – consignação a 09/03/2026. Aguarda aprovação do PSS.
- T-58/2024 - Substituição parcial da cobertura do estádio - Lote 2 policarbonato (em colaboração com o DECGO).
- T-53/2025 - Remodelação da escola da Bouça (1.º ciclo e jardim de infância), União das Freguesias de Colmeias e Memória.

2.2 Receção (Provisória e Definitiva)

- T-34/2017 - Reabilitação, Requalificação, Restauro e Conservação do Centro de Artes Villa Portela, Leiria - Obra concluída: aguarda a execução de correções pontuais necessárias para proceder à receção provisória total.
- T-57/2017 - Empreitada para a valorização da Torre Sineira – Sé de leiria (ITI)
- T-65/2019 - Fase 6 - Reabilitação de 3 Habitações Sociais no Concelho de Leiria - Ortigosa
- T-10/2020 - Reconversão de Antigo Edifício Escolar para Centro de Artes - Freguesia de Arrabal
- T-47/2020 - reabilitação e adaptação dos Edifícios e Anexos do Agromuseu Municipal Dona Julinha – União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa
- T-103/2020 Execução de ampliação de Sala de espera na Unidade de Saúde de Caranguejeira
- T-11/2021 - trabalhos Diversos na Ludoteca – Jardim da Almuinha Grande – Marrazes
- T-16/2025 - Arranjos Exteriores da Habitação, Barreira, Leiria

3. KRISTIN – Contratos de empreitada: preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico Contratos

Neste período, a Divisão de Obras Municipais em Infraestruturas (DIOMI) assegurou a preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos de contratação de empreitadas no âmbito da tempestade «Kristin», incluindo a análise e preparação da documentação necessária aos processos pré-contratuais. Foi igualmente efetuado o acompanhamento da execução dos contratos em vigor, bem como a coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas, garantindo o cumprimento das condições contratuais, dos prazos estabelecidos e dos requisitos técnicos aplicáveis.



- T - 08/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona No rte
- T - 09/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona Sul
- T - 10/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Malha Urbana
- T - 11/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução da Escola Secundário Afonso Lopes Vieira
- T - 12/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica D. Dinis
- T - 13/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica José Saraiva e Centro de Formação
- T - 14/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica n.º 2 de Marrazes
- T - 15/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB123 +JI).
- T - 16/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Rainha Santa Isabel, Carreira.
- T - 18/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Dr. Correia Alexandre

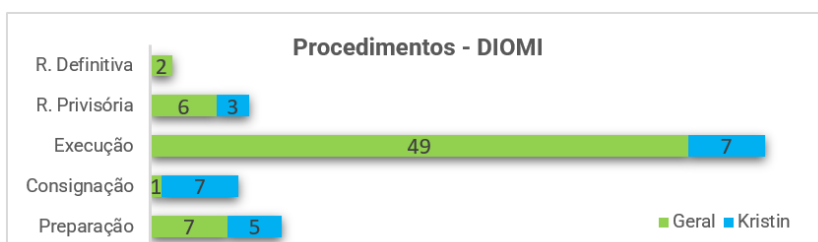
- T - 19/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Colmeias
- T - 20/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Santa Catarina da Serra
- T - 21/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Escola Profissional de Leiria e Centros Tecnológicos CT1 e CT2
- T - 22/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no edifício da Villa Portela
- T - 29/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Centro Escolar do Coimbrão
- T - 32/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Aquisição de 15 módulos para salas de aula de apoio à atividade escolar (inclui entrega e instalação), na Escola Henrique Sommer
- T - 40/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: EB1 do Vale da Rosa, EB1 de Caldelas, JI de Caranguejeira, EB1 e JI da Palmeira
- T - 43/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carreira
- T - 49/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Regueira de Pontes: JI e EB1 Regueira de Pontes e EB1 das Chãs – DEOM
- T - 50/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Arrabal: EB1 de Arrabal, EB1 da Martinela, EB1 da Várzea e JI do Soutocico – DEOM
- T - 57/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Demolição de edifícios em risco de queda e sinalizados pela Proteção Civil
- T - 59/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Mercado Santana.
- T - 60/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no BAG.
- T - 61/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carvide
- T - 68/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria
- T - 69/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Biblioteca Municipal.
- T - 72/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício do Castelo de Leiria
- T - 73/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício dos Paços de Concelho
- T - 79/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução de danos na Igreja da Misericórdia – Leiria
- T - 88/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria – Fase
- T - 81/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e recuperação de danos no Centro Escolar da Maceira
- T - 88/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria – Fase 2
- T - 89/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no CAE – Barreira
- T - 92/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Execução de trabalhos de reposição de danos Escola Básica 23 das Colmeias - Fase 2
- T - 109/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no JI Ruivaqueira, JI Riba D'aves - Freguesia de Ortigosa e EB1 Amor - Freguesia de Amor
- T - 110/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na EB1 Coucinheira, EB1 Casal dos Claros, JI Amor, EB1 Casal Novo e EB1 Barreiros - Freguesia de Amor

- T - 111/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na EB1 Ortigosa e EB1 Lameira - Freguesia de Ortigosa
- T - 117/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de Danos na EB1_JI Praia do Pedrogão e EB1_JI Ervideira - Freguesia de Coimbrão
- T - 119/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação de Danos na Escola Secundária Afonso Lopes Vieira - Fase 2
- T - 124/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos na EB da Bajouca
- T - 125/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos em habitações sociais

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM INFRAESTRUTURAS

A Divisão de Obras Municipais e Infraestruturas (DIOMI), integrada no Departamento de Obras Municipais (DEOM), assegura a gestão, coordenação, acompanhamento técnico e fiscalização das empreitadas municipais nos domínios das infraestruturas, espaço público e mobilidade. No período em análise, a DIOMI procedeu à preparação das peças procedimentais necessárias aos procedimentos de contratação pública e acompanhou a execução das empreitadas municipais na área das infraestruturas. Paralelamente, colaborou com a Divisão de Obras Municipais em Edifícios (DIOME) na elaboração de peças procedimentais e no acompanhamento da execução de diversas intervenções destinadas à reparação dos danos provocados pela tempestade «Kristin». No decurso deste processo, quatro técnicos da DIOMI foram afetos aos trabalhos de análise e apreciação técnica das candidaturas submetidas à CCDR Centro, no âmbito dos apoios destinados à recuperação dos danos decorrentes da tempestade «Kristin», integrando para o efeito a equipa do Gabinete Reerguer Leiria.

Esta capacidade de articulação e resposta permitiu dar cumprimento às necessidades excecionais decorrentes da tempestade «Kristin», assegurando, em simultâneo, a preparação dos procedimentos de contratação pública, o acompanhamento das empreitadas em execução, ainda que condicionado pela afetação temporária de recursos técnicos a estas tarefas extraordinárias, e o regular funcionamento dos serviços municipais.



1. Pré-consignação: Formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.

Desenvolvimento das atividades inerentes à formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.

- T-85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria. Aguarda consignação

- T-28/2024 - Construção de parque de estacionamento na Av. Papa Francisco – Leiria. Aguarda aprovação PSS e PATA
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: Decorre processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 10: Decorre Processo de Contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 11: Decorre processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de proposta
- T - 44/2025 – Construção de Passeios na Freguesia dos Milagres. Preparação das peças do procedimento.
- T-1/2026 - Reconstrução de muro de suporte na Rua Mina do Lenhite – Marrazes. Aguarda consignação

2. Contratos de empreitada: gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico

2.1 Consignação

- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 13: Freguesia de Regueira de Pontes (18.05.2026)

2.2 Execução

- T-57/2018 - Construção de Rotunda na E.N. 242, Barosa, Leiria
- T-65/2019 - FASE 03 - Reabilitação de 05 Habitações Sociais no Concelho de Leiria
- T-10/2021 - Construção de um espaço de utilização coletiva com estacionamento junto à rotunda D. Dinis, Leiria
- T-37/2021 - Execução do Largo da Igreja, rua de Júlia da Silva Crespo e rua Dom Dinis, Regueira de Pontes
- T-35/2023 – Manutenção da Rede Viária na malha urbana de leiria – Lote 2
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 1: União de freguesias de Monte Redondo e Carreira
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: União de freguesias de Monte Real e Carvide e freguesia de Coimbrão
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3: União de freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa e freguesia de Amor
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4: Freguesia de Regueira de Pontes, freguesia de Milagres e freguesia de Bidoeira de Cima
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 5: União de freguesias de Marrazes e Barosa e Parceiros e Azoia
- T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 6: União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7: União de freguesias de Colmeias e Memória e União de freguesias de Santa Eufémia e Boavista
- T-51/2023 - Construção de Novos Acessos e Equipamentos no Parque Verde de Leiria

- T-67/2023 - Fase 1- Execução das Infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo, Leiria
- T-69/2023 - Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas em Aroeira e Requalificação da EN 109-9 entre Aroeira e Coimbrão, Monte Redondo
- T-70/2023 - Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Requalificação do Arruamento
- T-80/2023 - Requalificação da rede de drenagem pluvial na Rua de São Miguel e Rua Emídio Agostinho Marques, Leiria
- T-84/2023 - Reabilitação da Casa do Horto para Habitação a Custos Controlados - Travessa do Horto, Leiria
- T-39/2024 - Reformulação da Drenagem Pluvial na Rua Dr. Luís Pereira da Costa (EN 109, no troço de arruamento compreendido entre a rua da Bajouca e o cemitério - Monte Redondo
- T-53/2024 - Estabilização e valorização do abrigo do lagar Velho (ALV) – UF Santa Eufémia e Boavista.
- T-66/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na Freguesia da Caranguejeira
- T-67/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 1: Freguesia de Arrabal
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3: Freguesia de Bidoeira de Cima
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4: Freguesia de Coimbrão
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 5: União das freguesias de Colmeias e Memória
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 6: União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7: Freguesia de Maceira
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 8: União de Freguesias Marrazes e Barosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 9: Freguesia de Milagres
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 12: União de Freguesias Parceiros e Azoia
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 13: Freguesia de Regueira de Pontes (18.05.2026)
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 14: União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 15: União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista –
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 16: Freguesia de Amor
- T-07/2025 - Requalificação e drenagem pluvial da Rua de Leiria - 2.ª Fase
- T-16/2025 - Arranjos Exteriores da Habitação, Barreira, Leiria

- T-45/2025 – Reparação do pavimento da EM531 entre a rotunda do PEMR e a rotunda da A17 – Monte Redondo
- T-47/2025 – Reparação da Rua do Vale em Ferreiros e execução de Rede pluvial na Rua da Igreja e na Rua da Cerca – União de Freguesias de Santa Eufémia e Boavista
- T-83/2025 - Desvio de infraestruturas e reabilitação do pontão sobre o ribeiro de Santo Aleixo

2.3 Receção (Provisória e Definitiva)

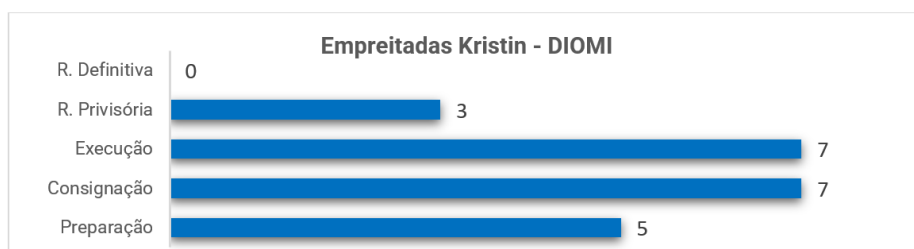
- T-19/2019 –Requalificação dos Passeios na Rua das Fontainhas – Amor
- T-121/2020 – Requalificação Viária da rua do Hospital Militar e Rua Quinta das saladas
- T-35/2023 – Manutenção da Rede Viária na malha urbana de leiria – Lote 2
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: União de freguesias de Monte Real e Carvide e freguesia de Coimbrão
- T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7: União de freguesias Colmeias e Memória e União de freguesias Santa Eufémia e Boavista
- T-47/2023 – Reformulação da drenagem pluvial da Rua da Vala e ruas adjacentes – Praia do Pedrogão
- T-83/2025 - Desvio de infraestruturas e reabilitação do pontão sobre o ribeiro de Santo Aleixo
- T-45/2025 – Reparação do pavimento da EM531 entre a rotunda do PEMR e a rotunda da A17 – Monte Redondo

3. Contratos de prestação de serviços: coordenação e acompanhamento da execução contratual

- T-70/2020 – Elaboração do Projeto de Requalificação da Rotunda Norte da Praia do Pedrogão
- T-13/2022 – Elaboração do projeto de Requalificação do Centro Urbano dos Andrinos, Requalificação do Centro Urbano de Santa Eufémia e Requalificação do Centro Urbano da Caranguejeira;
- T-15/2022 – Projeto de Execução de Requalificação do Parque Industrial da Carreira – Barosa
- T-36/2022 - Projetos de requalificação viária de 3 arruamentos na União das Freguesias de Parceiros e Azóia
- T 39/22 - Elaboração do projeto de execução de Ligação da rua do Arneiro com a rua da Escola e Construção de um espaço polivalente junto à escola da Bidoeira.
- T-54/2022 - elaboração dos projetos de execução de Requalificação da rua do Carreirinho – Casal dos Claros – Freguesia de Amor
- T-55/2022 - Elaboração do Projeto de Execução da ciclovía da praia do Pedrogão – ligação à rotunda norte – Freguesia do Coimbrão
- T 37/2023 - Elaboração do projeto de execução de Requalificação da rua da Base Aérea” e de Reconversão do Largo Padre Margalhau – Freguesia de Amor
- T-38/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da Estrada dos Casais” – Freguesia de Regueira de Pontes
- T-39/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EM 356-1” – Freguesia de Maceira
- T- 46/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EN 357 – Caminhos de Fátima” – União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça
- T-70/2024 - Elaboração dos projetos de execução de Requalificação da ER 349 em Carvide e de Requalificação do CM 1038 na Bidoeira de Cima

4. KRISTIN – Contratos de empreitada: preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico Contratos

Neste período, a Divisão de Obras Municipais em Infraestruturas (DIOMI) assegurou a preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos de contratação de empreitadas no âmbito da tempestade «Kristin», incluindo a análise e preparação da documentação necessária aos processos pré-contratuais. Foi igualmente efetuado o acompanhamento da execução dos contratos em vigor, bem como a coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas, garantindo o cumprimento das condições contratuais, dos prazos estabelecidos e dos requisitos técnicos aplicáveis.



- T-15/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB123 +JI)
- T-25/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de abatimento no parque de estacionamento do Edifício Palácio da Justiça de Leiria
- T-26/2026 – Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos na Avenida da Comunidade Europeia, Leiria.
- T-28/2026 – Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos nos arruamentos de Souto da Carpalhosa.
- T-30/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua dos Manjerinos, em São Romão, e no pontão na Rua do Arieiro.
- T-40/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: EB1 do Vale da Rosa, EB1 de Caldelas, JI de Caranguejeira, EB1 e JI da Palmeiria
- T-42/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos nos arruamentos: Rua Moinhos de Vento, Rua dos Gomes – Milagres e Rua Santo Ildefonso – Bidoeira de Cima.
- T-43/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carreira
- T-48/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua do Braçal, Rua da Costa, Rua Principal e Rua da Fontinha.
- T-49/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Regueira de Pontes: JI e EB1 Regueira de Pontes e EB1 das Chãs – DEOM
- T-50/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Arrabal: EB1de Arrabal, EB1 da Martinela, EB1 da Várzea e JI do Soutocico – DEOM
- T-51/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua da Agricultura e Rua Vale David.
- T-59/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Mercado Santana
- T-60/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no BAG

- T-68/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria
- T-74/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos nos equipamentos de praia da Praia do Pedrógão
- T-75/2026 – Tempestade Kristin – Trabalhos de reposição de danos na Rua Principal (Carpalhosa e São Miguel)
- T-76/2026 – Tempestade Kristin – Reposição de danos na Rua Rei Lavrador e Avenida Liz
- T-83/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos no talude da encosta de São Romão – Leiria
- T-85/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua Principal, Riba d’Aves – Ortigosa
- T-94/2026 – Tempestade Kristin - Reposição danos no pontão da rua da Lapa

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL

O presente Relatório Trimestral de Atividades do Departamento de Conservação e Gestão Operacional tem como objetivo apresentar uma síntese das principais ações desenvolvidas, intervenções realizadas e resultados alcançados durante o período em análise.

O trimestre em referência ficou marcado por uma atividade particularmente exigente, em consequência dos impactos provocados pela Tempestade Kristin, que originou um aumento exponencial das solicitações de intervenção e uma acrescida necessidade de mobilização de recursos humanos e materiais. Perante este cenário, o Departamento desenvolveu um trabalho intenso, dedicado e contínuo, assegurando uma resposta célere e eficaz às diversas ocorrências registadas no território municipal.

As equipas operacionais concentraram os seus esforços na reposição das condições de segurança, na remoção de materiais e obstáculos resultantes dos fenómenos meteorológicos adversos, na recuperação de infraestruturas afetadas e na manutenção dos espaços públicos, garantindo a minimização dos impactos para a população e contribuindo para a normalização gradual do funcionamento dos serviços e equipamentos municipais.

Paralelamente, as equipas técnicas realizaram inúmeras deslocações aos locais afetados, com o objetivo de proceder à verificação in loco dos danos registados em vias, equipamentos e edifícios públicos. Na sequência destas avaliações, foi preparado um conjunto significativo de procedimentos de contratação e de empreitadas destinados à reposição das condições de funcionamento e à recuperação das infraestruturas afetadas.

Sem prejuízo da resposta de emergência, o Departamento assegurou igualmente a continuidade das suas atividades regulares de conservação, manutenção e gestão operacional, garantindo o cumprimento das competências que lhe estão atribuídas e contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do espaço público e dos serviços prestados aos munícipes.

Concomitantemente, foram desenvolvidas ações de análise e monitorização dos procedimentos administrativos em curso na unidade orgânica, das quais resultou o reconhecimento da necessidade de otimização dos processos de trabalho e da implementação de ferramentas de apoio à gestão.

Com o objetivo de tornar mais eficiente e estruturada a gestão das operações de manutenção, procedeu-se a uma análise cuidada de soluções/plataforma digitais disponíveis no mercado, tendo sido selecionada

a Infrasppeak como a plataforma mais adequada às necessidades desta Unidade Orgânica. Do mesmo modo, foi identificada a plataforma WATT como uma ferramenta de elevado interesse para a gestão dos contratos de fornecimento de energia elétrica, possibilitando a centralização da gestão contratual e da faturação, a automatização dos processos de validação e controlo das faturas, bem como a monitorização dos consumos com a periodicidade considerada adequada.

Em ambos os casos, já foram concluídas as diligências administrativas tendentes à aquisição das aplicações informáticas, prevendo-se que, após a sua implementação, sejam alcançados ganhos significativos ao nível da eficiência operacional, da qualidade da informação disponível para apoio à decisão, da capacidade de planeamento e controlo das atividades, bem como da otimização dos recursos afetos à Unidade Orgânica.

Refira-se que todas as unidades orgânicas estão a ser envolvidas na parametrização do Infrasppeak, prevendo-se a finalização desta etapa até finais de 2026.

A plataforma Watts entrará em funcionamento durante o mês de julho, de modo a controlar a operação da gestão da energia de forma centralizada.

DIVISÃO DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

A Divisão de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Sistemas (DIMEES) tem diversas vertentes de serviços transversais às diversas unidades orgânicas do Município de Leiria. Os grandes grupos de serviços podem ser identificados abaixo:

- Manutenção de edifícios - por meio de recursos internos (oficinas) ou por recurso a serviços e empreitadas externas
- Operação de edifícios e eventos com serviços transversais – Vigilância; Limpeza; manutenção de elevadores, climatização, sistemas de segurança; eficiência energética; energia (água e gás); águas residuais.
- Apoio à montagem e desmontagem de eventos

No período a que respeita o presente relatório, para além das atividades normalmente desenvolvidas, procedeu-se ao levantamento e verificação técnica de alguns dos edifícios afetados pela depressão *Kristin*.

No período destaca-se o acompanhamento e Fiscalização de Obras:

- T 64/2024 – Substituição do Piso dos Pavilhões Desportivos Municipais, Lotes 1, 2 e 3 (Pousos, Carreira e Cruz d'Areia)
- T 77/2026 – Reparação do Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio
- T71/2029 – Tempestade Kristin – Reparações de danos no Museu da Imagem em Movimento

Refira-se a intensa afetação de meios e recursos humanos no acompanhamento das intervenções em edifícios danificados pela tempestade Kristin, traduzindo-se nos seguintes indicadores:

Quadro 4 – Empreitadas Tempestade Kristin

Indicador	Valor
Empreitadas em acompanhamento pela DIGEE	38
Empreitadas lançadas	17
Empreitadas em fase de instrução de procedimentos	21

Quadro 5 – Intervenções em Edifícios (valores €)

Indicador	Valor
Valor dos procedimentos lançados	4.935 M €
Valor dos procedimentos em preparação	1.918 M €

De entre 44 edifícios em intervenção por parte da DECGO, destacamos os principais:

- **Estádio Municipal de Leiria:** substituição total da cobertura e reparações interiores (tetos, pavimentos, eletricidade, iluminação desportiva, elevadores, etc.).
- **Pavilhões desportivos (Arrabal, Afonso Lopes Vieira, Maceira, CE Ténis, Colmeias, Souto da Carpalhosa, Pousos, Carlos Neto):** substituição de coberturas e chapas laterais.
- **Cineteatro de Monte Real:** substituição parcial da cobertura.
- **Museus (MIMO, Moinho do Papel, Agromuseu Dona Julinha):** reparação e substituição de coberturas, portas, vãos envidraçados e instalações elétricas.
- **Estaleiros Municipais:** reconstrução de armazém e renovação de espaços administrativos e de oficina.
- **Casa Mortuária:** substituição de vidros, fachadas em pladur, estores e telhado.
- **Centros e extensões de saúde** nas unidades de Gorjão Henriques, Dr. Arnaldo Sampaio, Amor, Barreira, Cortes, Maceira-Arnal e Bidoeira de Cima, com foco em reparação/substituição de coberturas, rufos, vãos e pinturas.
- **Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:** substituição de cobertura e porta.
- **Parque de Estacionamento da Fonte Quente:** substituição de luminárias e estruturas metálicas, reparações de alvenaria.
- **Cemitério de Leiria:** substituição de vidros e reparação de muros.
- **Casa do Pelourinho:** substituição de telhas e reconstrução de chaminé.

Estão em fase de lançamento os seguintes procedimentos de empreitada:

- T 77/2025 – Trabalhos de melhoramento do Centro de Saúde de Maceira

- T114/26 - Requalificação do Sistema de acumulação de águas quentes e impermeabilização no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria

Destaca-se ainda o lançamento de procedimentos de concurso para aquisição de bens e serviços, designadamente:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para os edifícios municipais
- Serviços de limpeza de edifícios e eventos municipais

Os serviços contratualizados externamente estão a ser acompanhados diariamente, com principal destaque para:

- Serviços de higiene e limpeza nas instalações e eventos municipais
- Serviços de Vigilância e segurança humana nas instalações e edifícios municipais
- Manutenção de elevadores
- Manutenção de climatização
- Serviços de Certificação Energética dos edifícios municipais

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O presente relatório de atividades, tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela Divisão de Espaço Público - DIGEP, durante o período especificado, destacando os avanços, desafios e principais indicadores de desempenho.

A Divisão de Gestão de Espaço Público – DIGEP, segue comprometida com as atividades de manutenção, conservação e melhoria dos espaços urbanos, garantindo a preservação e o zelo por forma a manter o espaço urbano mais organizado e acessível para a devida fruição dos espaços pelos munícipes.

Apesar dos desafios enfrentados, muito ainda devido à Tempestade Kristin, as atividades desenvolvidas demonstraram impacto positivo e contribuíram para as ações de normalização e melhoria da preservação do espaço público.

O compromisso com a melhoria contínua e permanecerá como prioridade para os próximos períodos.

Iluminação Pública:

Quadro 1 – Intervenções IP (nº)

			Nr.º Pedidos
Iluminação Pública	Nr.º Pedidos recebidos		41
	Nr.º Pedidos Tratados		41
	Tipologia de Pedido	Ampliação de Rede IP	3
		Avaria na Rede de Iluminação Pública	8
		Foco(s) Apagado(s) ou intermitente(s)	5
		Ligação BTE	1
		Ligação BTN	1
		Ligação Eventual	2
		Modificar Local do Ponto de Entrega	1
		Modificar Rede BT	9
		Novo(s) Foco(s) em Rede Existente	2
		Renovação Focos IP	1
		Situação de Risco	8

Manutenções Diversas:**Quadro 2 – Intervenções IP (nº)**

Intervenções por Administração Direta	Nr.º Intervenções	
	Semáforos	3
	Deservagem	43
	Calçadas	102
	Tapa-Buracos	117
	Logística (Apoio a Eventos)	8
	Pinturas	9
	Manutenções Diversas	67

Gestão da Frota Automóvel:**Quadro 3 – Intervenções IP (nº)**

Viaturas Frota Automóvel	Nr.º total de Viaturas	Contrato (AOV)	42
		Próprias	113
	Tipologia de Viaturas	Ligeiros de Passageiros	78
		Ligeiro de Mercadorias	41
		Camiões	17
		Outros	19
	Km´s Percorridos	Ligeiros	12927
		Pesados	739
	Intervenções oficiais	Ligeiros	23
		Pesados	4
		Máquinas	3
	Avarias	Ligeiros	6
		Pesados	1
		Máquinas	3
	Revisões Efetuadas	Ligeiros	10
		Pesados	0
		Máquinas	0

Acompanhamento de Procedimentos e Fiscalização:

Contrato de Manutenção de calçadas e vias municipais, nomeadamente.

- Ceifa/Deservagem nas Freguesias de Caranguejeira, Colmeias e Memória, Marrazes, Santa Catarina Serra, Monte Real;
- Reparação de depressão/abatimento na Estrada da Base Aérea (Monte Real);
- Reparação e reconstrução de diversos passeios em Pavê (Pousos e Telheiro)
- Construção de Valeta Espraiada na Bidoeira de Cima
- Reparações diversas em calçada miúda, em diversos locais em Monte Real
- Construção de acessos para mobilidade reduzida em passeios na Guimarota

Contratos Interadministrativos:

- Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Manutenção de Vias – 1º Trimestre

Acompanhamento e Fiscalização de Obras:

- Limpeza e manutenção de vias municipais (com especial relevância nas freguesias de Leiria e Marrazes);
- Apoio a eventos
 - Festival “A PORTA”
 - Leiria Kids
 - Preparação Época Balnear – Praia do Pedrogão;
 - Apoio Logístico às diversas U.O. no transporte de bens do Município
 - Apoio no Armazém Solidário

DIVISÃO DE GESTÃO DOS ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Gestão de Espaços Verdes desenvolveu durante o período em análise e conforme plano, atividades de plantações, conservação e manutenção dos jardins e demais espaços verdes e respetivos sistemas de rega, quando aplicável.

- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 133/2025/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas, Lotes 1, 2, 3 e 4, que tiveram início a 15 de abril.

- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 148/2025/DICP – Manutenção e conservação de espaços verdes públicos nos espaços existentes na Villa Portela.

- Foi dado continuidade à realização do inventário do arvoredo em meio urbano, no âmbito do procedimento de consulta prévia n.º 71/2025/DICP – Contratação de serviços de elaboração do inventário municipal do arvoredo em meio urbano, tendo sido inventariadas neste período 2332 estando no total registadas até ao final do mês de maio as 12.000 árvores previstas inventariar neste procedimento.

- Foi dado continuidade à realização do inventário do arvoredo em meio urbano, no âmbito do procedimento de consulta prévia n.º 71/2025/DICP – Contratação de serviços de elaboração do inventário municipal do arvoredo em meio urbano, tendo sido inventariadas neste período 2332 estando no total registadas até ao final do mês de maio as 12.000 árvores previstas inventariar neste procedimento.

206/2026/DICP – Foi dado início ao novo contrato relativo aos serviços de reavaliação do Inventário Municipal do arvoredo urbano (Fase I) e elaboração do Inventário Municipal do arvoredo em meio urbano da restante área do Concelho, tendo sido já inventariadas 616 árvores.

- Fiscalização dos trabalhos realizados no âmbito do T65/2026 - Remoção de cepos e reparação de caldeiras – encontram-se removidos todos os cepos, estando em execução as caldeiras e passeios.

Gestão Horto Municipal

Durante o período em análise foram garantidas todas as operações culturais de produção e manutenção de espécies vegetais existentes no Horto Municipal, bem como a manutenção e conservação do parque de vasaria ornamental e o controlo de empréstimo de vasos e floreiras.

- Plantas época fornecidas/plantadas – 5372 (0+5372) unidades
- Arbustos fornecidos/plantados – 77 (0+162) unidades
- Árvores fornecidas/plantadas – 61 (39+22) unidades
- Composto – fornecidos cerca de 53 m3
- Ornamentação – foram solicitadas 4 ornamentações com mobilização de 84 vasos

Gestão Espaços de Jogo e de Recreio

Tendo como base de trabalho o Plano de Manutenção Preventiva, durante o período referido, procedeu-se à conservação e manutenção de **31 espaços de jogo e de recreio** que estão sob a responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes.

Gestão Hortas Verdes

O Projeto Hortas Verdes, integram as Hortas Verdes que contemplam quatro espaços, sendo as Hortas Verdes da Encosta do Castelo, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina I, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina II e as Hortas Verdes da Malaposta.

Quadro 7 – Gestão de Hortas Verdes (abril a maio de 2026)

Localização da Horta	N.º Total de Talhões	N.º Entradas / Saídas	Candidatos Lista de Espera
Encosta do Castelo	21	1	6
Quinta do Gordalina I	37	0	15
Quinta do Gordalina II	24	1	
Malaposta	9	1	5
<i>Sem preferência de local</i>			19
TOTAL=	91	3	45

Preparação e Acompanhamento de Procedimentos Concurrais

- Aquisição de serviços de tratamento fitossanitário, em arvoredo urbano, por método de endoterapia (ajuste direto simplificado), foram executados os tratamentos ainda em falta encontrando-se o procedimento concluído;
- T - 69/2025 – Execução de furo nas Hortas Verdes de Santa Clara (consulta prévia). Foram informados trabalhos a suprimir e respetivo valor de indemnização, estando em tramitação.
- T75/25 Serviços de elaboração de projeto de arranjo Paisagístico da Rotunda do Pedrome (ajuste direto simplificado), foram solicitadas alterações, de forma a cumprir com as condicionantes da REN, aguarda-se entrega da revisão;

DIVISÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

No âmbito das suas atribuições, a unidade orgânica desenvolve a sua atividade diária, nos seguintes domínios de intervenção:

- Recolha de veículos abandonados no espaço público, e respetivas diligências
- Análise e avaliação técnica sobre pedidos de sinalização de trânsito no Concelho de Leiria
- Análise e parecer técnico sobre pedidos de ocupação da via pública e avaliação dos PST's
- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de publicidade e Ocupação de Espaço Público, (DiLD)
- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de atividades desportivas e culturais
- Análise e parecer técnico sobre processos do DEGU bem como participação na realização de vistorias
- Acompanhamento técnico e fiscalização de Procedimentos no âmbito da tempestade Kristin

Quadro 6 - Intervenções Segurança Rodoviária

Indicador	nº de equipamentos	Valor	Prazo
Sistemas Semaforicos instalados e em curso	112	292.372,73€	08/05/2026
Sinal H7 Leds e Luminárias de passadeiras	37	28.885,25€	19/04/2026
Sinalização vertical de trânsito a repor e/ou substituir	5101	515.335,98€	27/03/2026
Fornecimento e instalação de painéis de Pré-Aviso Gráfico a instalar em várias vias principais no Concelho de Leiria	12	80.051,70€	30/06/2026
Totais	5250	916.645,66€	

Acompanhamento técnico e fiscalização de empreitadas e serviços:

- CPN 35/25 - Aquisição por lotes de sinalização VERTICAL
- AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOQUE PARA A REMOÇÃO E TRANSPORTE DE TODO O TIPO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA

Preparação de procedimento de Concurso Público

- T-67/2026 - EXECUÇÃO DE MARCAS RODOVIÁRIAS COM PINTURA A QUENTE EM SPRAYPLÁSTICO E TERMOPLÁSTICO NAS VIAS MUNICIPAIS NO CONCELHO DE LEIRIA

Apoio técnico e acompanhamento de empreitadas do DEOM

- T-57/2018 - CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN242 (VARIANTE DA BAROSA) - Barosa
- T-124/20 – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA (EBI) S. ROMÃO
- T-39-24 - REFORMULAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DR. ° LUÍS PEREIRA DA COSTA (EN 109), NO TROÇO DE ARRUAMENTO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DA BAJOUCA E O CEMITÉRIO - MONTE REDONDO

Avaliação e parecer técnico de projetos do ML, no âmbito da Rede Viária e Segurança Rodoviária

- T-72/2025 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA PAULO VI

Conclusão

A atividade da DECGO neste trimestre, foi fortemente condicionado pelos impactos da Tempestade Kristin, que determinou um aumento significativo de ocorrências e exigiu uma resposta operacional intensiva, transversal a todas as unidades do Departamento.

A prioridade centrou-se na reposição da segurança e normalização do território municipal, com intervenções urgentes de limpeza, remoção de detritos, recuperação de infraestruturas e manutenção do espaço público. Esta resposta implicou uma elevada mobilização de meios humanos e materiais, bem como um acompanhamento técnico contínuo no terreno para avaliação de danos e definição de soluções.

No quadro sinótico da atividade, podemos observar a dimensão das operações associadas à Tempestade Kristin:

- 38 empreitadas em acompanhamento, 17 já lançadas e 21 em fase de preparação.
- Investimento relevante, com cerca de 4,935 milhões de euros em procedimentos lançados e 1,918 milhões em preparação.
- Intervenções em 44 edifícios municipais, incluindo infraestruturas críticas como o Estádio Municipal, pavilhões desportivos, centros de saúde, museus e equipamentos públicos diversos.
- Forte afetação de recursos técnicos e operacionais na recuperação de coberturas, estruturas, sistemas elétricos e condições de funcionamento.

Ao nível organizacional, houve também um avanço estratégico na modernização da gestão:

- Seleção e aquisição das plataformas Infraspak (gestão de manutenção) e WATT (gestão energética), com implementação prevista ainda em 2026.
- Foco na otimização de processos, melhoria da informação para decisão e maior controlo operacional.

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE LEIRIA

Atividade Operacional:

No âmbito da atividade operacional, durante o período considerado para o relatório de atividades, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria registou **723** ocorrências, empregando um total de **1799** operacionais e **775** veículos.

Classificação da Ocorrência	Ocorrências	Operacionais	Veículos
Fenómenos Naturais	00	00	00
Incêndios Urbanos ou Área Urbanizável	16	94	28
Incêndios em Equipamentos ou Produtos	04	23	06
Incêndios em Transportes	07	41	12
Acidentes	27	105	34
Acidentes Industriais e Tecnológicos	01	05	01
Incêndios Rurais	17	82	18
Incêndios em Detritos	08	36	11
Comprometimento Total ou Parcial Segurança	25	69	27
Assistência em Saúde	462	944	466
Intervenção em Conflitos Legais	13	29	13
Assistência e Prevenção a Atividades Humanas	72	188	79
Operações Diversas	71	183	80
Total	<u>723</u>	<u>1799</u>	<u>775</u>

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria participou durante o período em epígrafe nas seguintes ações:

Formações:

- ANEPC – Ação Treino Operacional para 1ª COS – 11 Subchefes 2ª classe
- ANEPC – Ação Treino Operacional para Comandante Sector/grupo/brigada – 2 Subchefes 1ª classe
- RSB Lisboa – Sessão técnica Substâncias Perigosas – Comandante e 2 Subchefes 1ª classe

Prevenção Concerto Solidário “CONCERTAMOS JUNTOS”:

- Montagem de PCO – COS CMDT Humberto Morgado;
- 3 Veículos;
- 8 operacionais.

Reuniões:

- 2 Reuniões do Briefing mensal do Serviço Municipal de Proteção Civil;

- 1 Reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- 1 Reunião do Conselho Municipal de Segurança;
- 1 Reunião no Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Leiria.

Cerimónia de Tomada de Posse do Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria no dia 7 de maio.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA

No período em análise, o Serviço Municipal de Proteção Civil desenvolveu as seguintes atividades/ações:

- Reuniões diversas:
 - *Briefing's* Mensais do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) Leiria;
 - Reuniões mensais entre a ANEPC – CSREPC Leiria / SMPC's CIM Região de Leiria;
 - Reuniões de Coordenadores Municipais de Proteção Civil da CIM Região de Leiria;
 - Reuniões com os Coordenadores das Unidades Locais de Proteção Civil do Concelho de Leiria;
 - Representação do SMPC em atos oficiais.
- Ocorrências e Vistorias:
 - Vistorias diversas no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE);
 - Vistorias diversas no âmbito da Comissão de Vistorias da CML;
 - Elaboração de pareceres de eventos diversos no concelho aos Planos de Segurança apresentados;
- Simulacros / Formações / Ações diversas:
 - Presença e participação como "Observador" em simulacros internos;
 - Ação de sensibilização no âmbito da SCIE e o associativismo;
 - Formação para os novos elementos das ULPC (5º Ciclos de Formação);
 - Preparação e participação do Posto de Coordenação Conjunto – Concerto Solidário de Leiria;
 - Participação na apresentação pública do DECIR 2026, ANEPC – Comando Sub-regional de Leiria.

UNIDADE TÉCNICA FLORESTAL

Gabinete Técnico Florestal (GTF)

- **Gestão de Combustível**
 - Notificações: Procedeu-se à identificação e notificação de 8 proprietários de terrenos para que procedessem à ação de gestão de combustível, e à afixação de 6 Editais de proprietário desconhecido.
 - Entradas: Durante o período em apreço registaram-se 50 pedidos à autarquia para regularizar/verificar as ações de gestão de combustível;
 - Terrenos Limpos: Foram concluídos com sucesso, em termos de realização de gestão de combustíveis, 20 processos.

- **Vazios Urbanos e limpezas coercivas**

Durante o período considerado foi realizada a limpeza de terrenos com matos e silvas em 5 terrenos do município e 2 limpeza coerciva, distribuídos pelas freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes; Marrazes e Barosa; Parceiros e Azoia.

- **Rede Viária Municipal**

No âmbito da execução das faixas de gestão de combustível na faixa de 10m da Rede Viária, decorrentes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, foram executados 11.50ha na freguesia de Colmeias e Memória.

- **Desobstrução de rede viária**

Em articulação com o CIPO, desobstrução de cerca de 573.45 km de rede viária florestal.

Leiria, 18 de junho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Gonçalo Lopes